

Inventário Nacional dos Quilombos da Serra do Cipó - MG

Introdução

A cultura africana teve forte impacto nas definições culturais identitárias brasileiras, sendo que, entre as várias formas de manifestações do universo afro-descendente existentes no país, encontramos nas comunidades quilombolas uma das mais importantes expressões. No Brasil, existem comunidades quilombolas vivendo em pelo menos dezenove Estados, entre os quais Minas Gerais, que foi um dos que possuíram maior população negra escrava do país. Este multiverso quilombola carece de pesquisas que possam demonstrar as particularidades históricas, sociais, identitárias e culturais, além de uma maior atenção do poder público e reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais.

Situada na região central de Minas Gerais, a Serra do Cipó, encontra-se sob os “domínios” da Serra do Espinhaço e abrange os municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Itabira e Nova União. Trata-se de uma importante região no que diz respeito à diversidade biológica (flora e fauna) e sociocultural. Sobre esses aspectos, é importante citar a existência de duas Unidades de Conservação federais na região, a Área de Proteção Ambiental do Morro da Pedreira e o Parque Nacional da Serra do Cipó. Devido à sua beleza cênica, história e aspectos culturais, a região sempre despertou o interesse de desbravadores, empreendedores e recentemente, turistas. [...] o presente trabalho, buscou fazer um resgate histórico sobre o processo de ocupação territorial na região desde sua pré-história, passando pelo período das grandes viagens dos naturalistas dos séculos XVIII e XIX, assim como as viagens dos tropeiros que se deslocavam de Diamantina ao Rio de Janeiro e finalmente chegando aos séculos XX e XXI.

Até meados do século XIX, a região conhecida como Serra do Cipó era denominada Serra da Vacaria. Tratava-se de uma importante rota utilizada por tropeiros e viajantes que seguiam em direção à região mineradora do Arraial de Tejuco (atual Diamantina) através da Vila do Serro Frio (atual município do Serro).

Situada na região central de Minas Gerais, a Serra do Cipó encontra-se sob os “domínios” da Serra do Espinhaço (figura 2). O nome “espinhaço”, segundo Eschwege, quem primeiro cunhou esse termo, deve-se à aparência de uma grande “espinha dorsal” que corta a parte central do estado em direção à Bahia.

A Serra do Espinhaço caracteriza-se como um importante divisor de águas do estado. Em sua porção oeste, os cursos d’água compõem a bacia do rio São Francisco e, devido à facilidade de acesso rodoviário, correspondem à região mais conhecida e visitada da Serra do Cipó.” P. 34

“Divide os biomas do cerrado (oeste) e da mata atlântica (leste), com destaque para os campos rupestres, ecossistema peculiar, presente em toda a crista da Serra do Espinhaço, e que é um importante divisor de águas de Minas Gerais, drenando diversos cursos d’água para as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce.

Visando a proteger o patrimônio natural da região, foram criadas duas importantes unidades de conservação: o PARNA da Serra do Cipó – na década de 1980 – e a APA Morro da Pedreira – na década de 1990. Após a criação dessas unidades, outras foram fundadas com o mesmo intuito, o de conservação e preservação dos recursos naturais, sendo, aos poucos, associadas à valorização das culturas locais.

De forma simplificada, a base geológica da Serra do Cipó, no Espinhaço Meridional, é constituída predominantemente por uma matriz de quartzito, onde se inserem diques de anfibolito, xistos, ardósia, folhelhos e calcário marmorizado. A partir das áreas escarpadas da face leste (figuras 5, 6, 7 e 8), borda da bacia hidrográfica do rio Doce, surgem as rochas gnáissico-graníticas do embasamento cristalino, além de xistos mais ricos em biotita. Muitas dessas áreas suportam vegetação florestal, em razão da maior fertilidade e do teor de argila, com melhor

retenção de água.

“Os campos rupestres caracterizam a Serra do Cipó e surpreenderam todos os naturalistas que por eles passaram, impressionando-os com o contexto paisagístico, as plantas de pequeno porte e com flores grandes e vistosas, diferentes daquelas observadas no cerrado de onde provinham em longas viagens com tropas de mulas.

Os campos rupestres caracterizam a Serra do Cipó e surpreenderam todos os naturalistas que por eles passaram, impressionando-os com o contexto paisagístico, as plantas de pequeno porte e com flores grandes e vistosas, diferentes daquelas observadas no cerrado de onde provinham em longas viagens com tropas de mulas. Na porção onde o cerrado predomina é possível identificar as chamadas matas ciliares típicas e as matas ciliares de solos aluvionais quartzosos, principalmente na baixada do rio Mascates e em seu trecho superior. De acordo com informações prestadas pela equipe do PARNA, não há ocorrência de veredas típicas, com presença do buriti. São encontrados campos brejosos em áreas planas alagáveis, “mas talvez a vegetação que se observa deva-se à antiga história de desmatamento nas várzeas inundáveis do rio Cipó e do seu principal formador, o rio Mascates” (equipe PARNA Serra do Cipó).

Toda a região da Serra do Cipó está em área classificada pelo IBGE como de “tensão ecológica”, sendo, no caso, uma região montanhosa, com campos rupestres intermediando a transição entre a mata atlântica e o cerrado. Nos mapas de distribuição original e de remanescentes de mata atlântica apresentados por instituições como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a ONG SOS Mata Atlântica (www.rbma.org.br; www.sosmatatlantica.org.br), os seus limites nessa região mostram-se bastante arbitrários, fruto de uma ampliação de mapas sem verificação em campo, excluindo, assim, toda a área das duas unidades da Serra do Cipó – PARNA Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira (figura 19).

Além da grande diversidade florística, a região da Serra do Cipó conta também com uma rica fauna. Porém, essa riqueza ainda não é tão conhecida como a florística. Na elaboração do plano de manejo do PARNA, foram realizados estudos

de fauna contemplando os grupos de invertebrados, peixes, répteis e anfíbios, aves e mamíferos.

A bacia do rio Cipó vem sendo monitorada por equipes ligadas ao Projeto Manuelzão e por pesquisadores da UFMG. É pela grande diversidade de peixes ainda encontrada que o Cipó é considerado estratégico para a viabilidade da “Meta 2010” do projeto Manuelzão. Segundo os resultados do plano de manejo do PARNA, a ictiofauna caracteriza-se por uma predominância de espécies pequenas e boa situação de conservação. A grande quantidade de quedas d’água e corredeiras, entretanto, dificulta a dispersão das espécies. Assim, nas maiores altitudes (acima de 1.000m) foram encontradas apenas duas espécies de pequenos peixes. Nos levantamentos realizados para o plano de manejo, “foram catalogadas 36 espécies que ocupam os cursos d’água que drenam para a bacia do São Francisco e 17 espécies nos cursos d’água que drenam para o Doce, sendo 5 comuns às duas bacias” (Plano de Manejo PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 234 – encarte 3).

Os mamíferos da Serra do Cipó são espécies típicas de cerrado, mas algumas apresentam características de espécies de mata atlântica, associadas principalmente aos capões de mata do alto da Serra.

1. Primeira parte - apresentação das comunidades quilombolas inventariadas e das referências culturais identificadas; descrição da metodologia da pesquisa e das opções realizadas durante o Inventário.

1.1 Descrição das Localidades: os quilombos

1.1.1 Comunidade Quilombola Açude (Jaboticatubas)

COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AÇUDE

CARACTERIZAÇÃO GERAL

A comunidade quilombola do Açude situa-se na zona rural de Jaboticatubas, região Metropolitana de Belo Horizonte, próxima à rodovia MG-10, nas proximidades do Parque Estadual da Serra do Cipó. Dista em torno de três quilômetros do distrito de Cardeal Mota e dois quilômetros do Rio Cipó. Na comunidade residem aproximadamente 70 famílias, todas morando no entorno do baixo curso do Córrego João Congo, que deságua no Rio Cipó, sendo a maior condensação de pessoas à margem direita do córrego.

A maior parte da comunidade quilombola do Açude vive em terras que foram doadas informalmente por um ex-senhor, a negros que haviam sido escravizados na Fazenda Cipó ou a seus descendentes, após a abolição da escravidão. Para além dessa origem comum, a identidade coletiva da comunidade é fortemente marcada pela vivência do candombe.

O nome “Açude” se deve a dois açudes construídos pelos escravos no Córrego João Congo para gerar energia ao funcionamento de um moinho de fubá, uma fábrica de sabão e uma de azeite na Fazenda Cipó. Sobre o nome do córrego, nenhum dos entrevistados soube fazer referência a João Congo, quem dá nome ao córrego. Dizem apenas que o córrego possui este nome por que nasce em um lugar chamado João Congo.

Parte da comunidade (a margem direita do córrego e as primeiras casas da margem esquerda) recebe água de um poço artesiano construído pela Prefeitura Municipal de Jaboticatubas, em época não identificada. Essa água, entretanto, está imprópria para consumo em função da elevada concentração de sais minerais. Os quilombolas informam que a solução seria a instalação de um filtro, um procedimento de alto custo que deveria ser financiado pela prefeitura municipal. Outras fontes de água são o Córrego João Congo, poços particulares e a compra de água mineral. Todas as residências são beneficiadas por energia elétrica, instalada no Açude em 1999.

Na segunda metade dos anos 2000, por agência da Associação Comunitária dos Moradores do Açude e Adjacências, inaugurou-se um posto de Saúde na comunidade. Antes da fundação do posto os quilombolas eram atendidos na Vargem Grande ou no Cardoso. Para chegar a Vargem Grande pegavam um ônibus na MG-10 e ainda caminhavam por um trecho montanhoso. Já para o Cardoso não há alternativa de ônibus nem mesmo até uma parte do trajeto e precisavam caminhar entre duas a três horas. O atendimento médico no posto de saúde do Açude acontece uma vez por semana.

A principal ocupação profissional dos quilombolas do açude gira em torno do turismo. Muitos trabalham em pousadas, restaurantes e bares na Serra do Cipó – alguns como contratados e outros como diaristas. Os moradores de Açude se dividem entre seguidores da religião católica e de religiões evangélicas.

A Escola Municipal Padre Candinho situada na Fazenda Cipó Velho (um dos fragmentos da antiga Fazenda Cipó)¹ atende crianças e jovens do Açude - do pré-escolar ao quinto ano do ensino fundamental, no sistema de turmas multiseriadas -, além de alunos das outras povoações do entorno. Foi oficialmente criada no ano de 1965, no âmbito estadual. A escola funcionou em diferentes edifícios, todos na Fazenda Cipó. Um dos locais de funcionamento foi a casa onde morou Padre Candinho (falecido em 1931) e é por este motivo que a escola carrega seu nome. Outro local que abrigou a escola foi a antiga senzala. Desde 1995 a escola

¹ A Fazenda Cipó foi onde os ancestrais dos quilombolas do Açude foram escravizados. Já fazenda Cipó Velho é uma das fazendas originadas do desmembramento da Fazenda Cipó entre os herdeiros de José Ferreira Santos. A sede da Fazenda Cipó encontra-se na atual Cipó Velho.

funciona em um prédio construído pela prefeitura em uma área doada por herdeiros da Fazenda Cipó. Está localizada em um espaço entre a sede da Fazenda Cipó e a comunidade quilombola.

HISTÓRIA

Os moradores do Açude possuem relação de parentesco entre si. São primos, sobrinhos, filhos e netos descendentes dos escravos que trabalharam na Fazenda Cipó. Mariana B. Fonseca descreve o momento da chegada dos escravos na Serra do Cipó:

“A Serra do Cipó foi rota de bandeirantes e iniciou seu povoamento em 1716 com a concessão de sesmarias. Entre 1789-1792, os irmãos portugueses Morais fundam a Fazenda Santa Cruz do Cipó. Em 1823, o Guarda-Mor, José Santos Ferreira compra as terras, agora Fazenda Cipó, ‘farto celeiro que abastecia os vizinhos, tendo sido também fornecedora de azeite para iluminação pública de Ouro Preto e outras vilas.’ Como mão de obra, a fazenda utilizava um plantel médio de 60 escravos.” (FONSECA, M. B. Educação pelos tambores: a transmissão da tradição oral no Candombe do Açude. In: IV Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia, p. 2)

Após a abolição, o fazendeiro escravagista José dos Santos Ferreira doou parcelas de terras a alguns libertos que em troca permaneceram trabalhando para ele. Assim surgiu Açude e várias das comunidades próximas, como Xiru, Berto, Cavinha, Vargem Grande, Capoeira Grande, Paraúna, João Congo, Vacaria, Berto, Zareias e Cardoso. Todos esses lugares foram fundados a partir doações de terras do fazendeiro a casais de negros que foram escravos na Fazenda Cipó ou descendentes desses.

Para compreender a formação do território da Comunidade Quilombola de Açude precisamos resgatar a história de algumas dessas doações e seus desdobramentos ao longo do tempo. A história descrita a seguir se fundamenta principalmente em duas entrevistas realizadas pela equipe do INRC Quilombos do Cipó.

A primeira entrevista foi com “Dona Antônia”, neta de José dos Santos Ferreira,

em julho de 2015 e aconteceu na sede da Fazenda Cipó, onde ela reside. Ela foi mencionada por vários quilombolas como importante referência para se contar a história do Açude em função de sua memória excepcionalsomada ao fato de ter nascido no início dos anos 1900. Dona Antônia foi apresentada à equipe do INRC Quilombos do Cipó por Rivanil Sabino dos Santos (Nil), um dos filhos de Dona Mercês.

A segunda entrevista que fundamenta a história descrita a seguir foi com Eny Aparecida da Apresentação (Juquinha, 53 anos), em novembro de 2016. Os relatos de Juquinha se baseiam em uma investigação feita por ela na segunda metade do ano de 2016, quando reuniu informações de uma conversa com Dona Antônia e também com alguns dos moradores mais velhos do Açude. Sobre seu trabalho de pesquisa em busca da história do Açude Juquinha conta: *“Isso aí fui descobrindo... Você vai conversando com um... Conta um caso... Você chega em uma família eles vão desembaraçando... Aí você vai escrevendo rápido. Porque está acabando. Os mais velho estão morrendo.”* (Juquinha, novembro de 2016)

Como citado acima, o Açude se dispõe ao longo das margens do Córrego João Congo. Os primeiros moradores chegaram ali alguns anos após a abolição formal da escravidão, portanto há mais de 100 anos. Na margem direita do córrego (que é o trecho da comunidade mais a montante² do córrego) as doações de José Santos Ferreira foram para quatro casais e na seguinte ordem: Henrique e Castorina; Acácio Zeferino e Maria Sabina; Paulo e Ormindá; e Bil e Rita. Na margem esquerda (que é o trecho mais a jusante do córrego) primeiramente para Tereza, conhecida como Neleza, e depois para o casal Zeca e Jovina.

Castorina (esposa de Henrique), Maria Sabina (esposa de Acácio), Ormindá (esposa de Paulo) e Rita (esposa de Bil) são irmãs, filhas do casal Sabino e Inês. Sabino e Inês foram os primeiros ocupantes da região conhecida como Vargem. Receberam esta área do fazendeiro logo após a abolição da escravidão.

Henrique foi ao lado da esposa os primeiros moradores do Açude. Dona Antônia conta que Henrique pertence a uma geração de negros que foi escravizada na

²Jusante e montante são lugares referenciais de um rio pela visão de um observador. A foz de um rio (onde o rio desagua) é o ponto mais a jusante deste rio e a nascente é o seu ponto mais a montante.

Fazenda Cipó. Na geração atual, um dos descendentes de Henrique é Erasmo (neto de Henrique), dono Bar Cafofo, um bar que funciona dentro do quilombo.

Paulo era filho do casal Bruno e Petrina. Bruno e Petrina foram os primeiros moradores da Cavinha, onde receberam um pedaço de terra de José Santos Ferreira para permanecerem trabalhando para o fazendeiro após a abolição formal da escravidão. O casal Paulo e Ormindamorou onde hoje vive Maria de Sogú (uma das herdeiras da família de José Santos Ferreira). Depois de viúvo, Paulo se mudou com os filhos para o município de Vespasiano.

“Em Vespasiano você encontra muito parentesco nosso. Se você avistar lá um preto que tá até azul. São eles... (...) Esse povo mudou tudo pra Vespasiano. Essa família mora em Vespasiano e mora num lugar, num bairro, que você sai de uma porta e cai na outra. Você sai na rua e entra no portão. É tipo uma comunidade. Eles compraram um lote, um quarteirão. Tem um quarteirão da rua que é todo só dessa família. Que são esses pretos que eu estou te falando que é só você chegar e olhar. Você ver aqueles preto lumando lá, são eles. Então, é a família do tio Paulo.” (Juquinha, novembro de 2016)

Acácio Zeferino (que casou com Maria Sabina) era filho do casal Antônio Grande e Regina. Os dois eram funcionários na Fazenda Campinho, onde também moravam. Regina trabalhava na casa da fazenda (de propriedade de Seu Zé e da Dona Sinhá). Antônio Grande trabalhava junto à tropa. Ele era o responsável pela alimentação dos tropeiros: cozinhava e carregava os mantimentos. Primeiramente Acácio trabalhou na Fazenda Campinho. Quando se casou, na década de 1910, foi morar no Açude junto de sua esposa Maria Sabina. Eles são avós maternos de Valdivino e pais de Vilma (Dona Vilma), a filha caçula do casal. Acácio ficou viúvo e casou-se novamente, desta vez com Modestina Guedes. Desta união nasceu Maria Helena (Dona Lena). Valdivino, Vilma e Lena são mestres candombeiros e alguns dos atuais moradores do Açude.

Os irmãos Bile Zeca (o mais velho entre os irmãos) eram filhos do casal Serafim e Raimunda. Serafim foi um escravo da Fazenda Cipó Velho que era reconhecido pelos outros escravos como o Rei dos Negros, contam seus descendentes (“Entre

os brancos ele era escravo, mas para os negros ele era rei”). Serafim e Raimunda, uma mulher branca, foram também um dos primeiros moradores da Vargem, onde receberam terras doada por José Santos Ferreira. Entre os atuais moradores do Açude, pertencem a esta linhagem: Juquinha (neta de Zeca), uma das lideranças locais, e Dona Mercês (filha de Bil).

Sobre Neleza, a primeira moradora da margem esquerda do Açude, sabe-se apenas que ela foi escrava e parteira. Da linhagem de descendência de Neleza foram citados os “Dugelo”, os “Carlota” e os “Dubem”. Valter (marido de Dona Mercês) e Ramiro (esposo de Dona Lena) são descendentes de Neleza.

Por volta de 1982, um dos herdeiros da família Ferreira Santos tentou retomar parte das terras no Açude e chegou a derrubar algumas casas, desalojando os quilombolas. Essa parcela de terra havia sido destinada ao casal Bil e Rita Sabina. Na época da tentativa de despejo viviam ali duas filhas de Bil e Rita (Dona Mercês e Dona Geralda – hoje falecida) e suas respectivas famílias, além dos filhos de uma terceira irmã (Lourdes, na época já falecida) e que foram criados por Dona Mercês. Mesmo após a derrubada das casas as irmãs não abandonaram suas terras de herança. Resistiram e por volta de 1994 conseguiram a regularização desta parcela do território quilombola como uso capião. A terra foi registrada coletivamente em nome das três irmãs. Neste espaço vivem hoje aproximadamente doze famílias.

A intenção do descendente de José Santos Ferreira que ordenou a derrubada das casas era também tomar as terras doadas a Acácio Zeferino e sua esposa. Como iniciaram a invasão a partir da área pertencente a Bil e Rita, antes de chegarem com o maquinário nas terras de Acácio, a família conseguiu acionar autoridades públicas e impedir que destruíssem também a casa de Acácio e suas benfeitorias. Entretanto, o conflito foi suficiente para que Acácio, já idoso, não suportasse o desgosto e falecesse.

Desde a época da ocupação do entorno do Córrego João Congo, há mais de um século, existia um caminho que ligava as terras de herança de Bil e Rita às terras dos outros quilombolas, passando por um pequeno trecho da antiga Fazenda Cipó. Esse caminho foi interrompido por volta de 2012 com a construção da casa

de Maria Sogú, uma das herdeiras da família Ferreira dos Santos. Atualmente para transitarem de uma área para a outra os quilombolas precisam passar pelo asfalto (MG-10). A casa de Maria Sogú fica aproximadamente onde foi a casa de Paulo, um dos primeiros moradores do Açude e que se mudou com os filhos para Vespasiano.

Hoje no território de Açude existem duas regiões para as quais lhes foram atribuídas os nomes de Colônia e Açudinho, mas que são nomes pouco acionados. Restringem-se à conta de luz, a comprovações de endereço (em geral feitas a partir da conta de luz) ou a quando os moradores desejam acionar alguma diferença entre as regiões que compõem o quilombo. De todo modo, em geral os moradores dizem que moram no Açude e é também assim que são conhecidos pelos moradores do entorno.

Como citado, as terras doadas informalmente por José Ferreira Santos se dispõem ao longo do Córrego João Congo. Considerando o território inicial da comunidade, a Colônia é a área que está mais a montante do córrego (mais distante do Rio Cipó, onde o córrego desagua). Lá foi doada uma área para Neleza e outra para Zeca. No sentido Colônia => Rio Cipó, temos primeiramente as terras doadas para Acácio Zeferino (a mais próxima a Colônia), depois as doadas para Henrique; na sequência as que ficaram com Paulo; e por fim as de Bil (o mais próximo do Rio Cipó e da sede da Fazenda Cipó). Essa foi a conformação original. Por diversos processos, algumas áreas não pertencem mais aos quilombolas e outras novas foram incorporadas a Comunidade do Açude.

O nome Colônia surgiu quando o Estado exigiu a regularização dos imóveis rurais. Nesta época a Fazenda Cipó já estava fracionada e, portanto, a cobrança de impostos deveria ser direcionada para cada um de seus fragmentos. Provocado pela exigência de regularização, um dos proprietários nomeou sua fazenda como Fazenda Colônia. Dentro da área que foi indicada pelo fazendeiro como os limites da Fazenda Colônia moram os quilombolas que ocupam o trecho da comunidade que havia sido doado para Neleza e Zeca e também terras que mais tarde foram doados pelos descendentes de José Santos Ferreiras a quilombolas de gerações posteriores às dos primeiros moradores quilombolas.

Quando foi instalada a rede elétrica, em 1999, as correspondências indicavam os endereços distinguindo Colônia terras doadas para Neleza e Zeca) e Açude (terras doadas a Acácio, Henrique, Paulo e Bil). O nome Açudinho é mais recente, data de por volta de meados da década de 2000, quando os moradores das terras de herança de Acácio e Henrique (Paulo já havia se mudado com a família para Vespasiano) tentaram delimitar uma diferença entre Açudinho e a área ocupada pelos descendentes de Bil. A área ocupada pelos descendentes de Bil é onde acontece o Candombe de Mercês. Atualmente, as correspondências da companhia de energia distinguem Colônia, Açudinho e Açude.

A distinção entre Colônia, Açudinho e Açude além de se tratar de uma referência definida para fins formais (em especial, correspondências da companhia de energia elétrica), também é acionada quando seus moradores (ou ao menos uma parte deles) desejam marcar fronteiras que buscam desvincular “Colônia” e “Açudinho” da progressiva exposição, circulação e espetacularização do Candombe que pesa sobre a região da comunidade onde acontece o Candombe de Mercês.

Entretanto, o uso formal de Colônia, Açudinho e Açude, assim como o acionamento desses nomes para a demarcação de fronteiras com relação ao posicionamento distinto quanto à exposição do Candombe, não é algo que se sobressai ao vínculo firmado nas relações de parentesco originadas com negros que foram escravizados na Fazenda Cipó e na vivência do Candombe. Ou seja, a unidade Açude se sobrepõe, seja interna ou externamente. Se perguntarmos em Cardeal Mota por ‘Juquinha de Colônia’ ou por ‘Vilma de Açudinho’, ninguém saberá indicar porque elas são ‘Juquinha do Açude’ e ‘Vilma do Açude’.

Ao longo do inventário acionaremos os nomes Colônia ou Açudinho apenas em situações específicas (em especial para facilitar a indicação espacial de alguns lugares) e, de modo geral, quando citarmos “Açude” estamos fazendo referência ao coletivo “Comunidade Quilombola do Açude.”

A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2006. Falar sobre a questão quilombola não ser consenso...Não existe uma associação quilombola. Seus moradores estão congregados na Associação Comunitária dos

Moradores do Açude e Adjacências fundada por volta do início da década de 1990. Por ‘adjacência’ se referem às várias povoações próximas, como João Congo, Cavinha, Campinho, Vargem, Capoeira Grande, Zareias, entre outros lugares. A maior parte desses lugares carrega a mesma origem de Açude. Ou seja, se formaram a partir da doação de pedaços de terras por José Santos Ferreira a casais que permanecessem trabalhando na fazenda. Esses casais são em geral descendentes dos negros escravizados na Fazenda Cipó e uma intricada rede de parentesco conecta essas povoações.

A Fazenda Cipó Velho também integra a Associação Comunitária dos Moradores do Açude e Adjacências. As primeiras reuniões da associação aconteceram na sede da Fazenda Cipó Velho e depois foram transferidas para a escola. O principal projeto da associação, iniciado nos primeiros anos da associação, é o Posto de Saúde do Açude. O espaço foi doado por Maria Sogú, uma das descendentes da família Santos Ferreira e que foi uma das presidentes da associação. O início da construção da edificação de três cômodos que hoje abriga o posto de saúde foi durante a sua gestão. Já o funcionamento do posto começou durante a gestão de Juquinha, presidente da associação na segunda metade dos anos 2000.

Em relação ao processo de despejo sofrido pelos herdeiros de Bil, extraímos alguns depoimentos do livro “Minas dos Quilombos” promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação e Cultura (Secad/MEC) no ano de 2010.

“Estou com 34 de idade, na minha faixa de 09 anos, onde hoje está esse bar aqui, isso era a casa da minha mãe com 14 cômodos. Lembro como se fosse hoje, na hora do almoço, a gente saindo pra escola e eles chegando com a polícia e derrubando a casa, jogando as panelas de comida tudo pro chão. Minha mãe estava aqui sozinha na época, minha tia estava viajando e meu pai trabalhando(...) Quando despejaram a gente, ficamos um bom tempo morando debaixo das árvores porque a família era muito grande e não cabia dentro da casa dos outros(...) Foi um confronto muito grande e com muita luta, de ser guerreiro negro mesmo, esse espírito de comunidade, não desistimos e voltamos. Fizemos um rancho aqui, fizemos um rancho para

todo mundo até fazer a tomada de novo. (...) Eles diziam que eram os donos do lugar. O policiamento que veio a mando do dono da terra era lá de Jaboticatubas. Foi um ato covarde, porque eles sabiam que naquela hora do dia só ficavam as donas de casa e as crianças no local. O resto estava trabalhando(...)”. (Flavio dos Santos, Cuta)

“Tinha sido doada de boca para meu bisavô e quando ele morreu os herdeiros da Fazenda Cipó quiseram pegar de volta (...) Nós conquistamos pelo uso capião. Ele trabalhou para essa fazenda até os 93 anos, quando morreu. Ele era escravo e com outras pessoas já ocupava essas terras(...)”. (Florisbela)

A seguir alguns trechos de depoimentos dos quilombolas sobre o período da escravidão reproduzidos do artigo “Educação dos Escravos pelos Tambores: o Candombe como educação. Minas Gerais, século XIX” de Mariana Bracks Fonseca.

“Os escravos trabalhavam demais, Nossa Senhora. Trabalhava e apanhava. Minha vó [Raimunda, esposa de Serafim] sempre falava, contava pra nós, que muitas vezes ela tinha que banhar eles com água com sal, porque eles apanhavam tanto. Mas que os escravos num era assim de fazer as coisas... Eles que eram muito humilhado, coitados. Humilhava eles de mais, eles eram muito preconceituosos, eram muito cruéis com eles. (Dona Mercês)

“Era demais, ué. Os ‘sinhô’ tratava eles assim mesmo, com toda maldade. Minha vó sempre contava que às vezes eles estava comendo, o ‘sinhô’ dava um grito e eles tinham que larga decumer pra ir lá atende ele(...)Eles era vendido mesmo. Vendia, trocava eles. Trocava eles assim por uma quarta de milho, por uma meia de pinga.” (Dona Mercês).

“Vovô [Serafim] foi rei dos escravos. O último rei. E ele era o único que num podia apanhar. Sinhô nenhum batia nele” (Dona Geralda).

Uma das famílias herdeiras da Fazenda Cipó criou em 2004 um museu que funciona numa antiga senzala do casarão colonial. Na parede do museu está

impressa a história da Fazenda Cipó, que fica em uma região hoje conhecida por Cipó Velho. O artigo de Mariana Bracks Fonseca, acima citado, reproduz o texto do museu. A seguir copiamos alguns trechos:

1500: Esta região era habitada por tribos indígenas do ramo AratuSapucaí (até o século XVI) e depois pelos Tupi-Guaranis

1619: Inicia-se a exploração das terras brasileiras pelas Entradas e Bandeiras. A Serra do Cipó foi caminho para bandeirantes. Há nas proximidades uma Cruz onde provavelmente um deles tenha sido sepultado.

1716: Início do povoamento da região com a concessão de sesmarias pelo governo português, nas suas proximidades para a Estrada do Serro Frio.

Entre 1789 e 1792: Os irmãos portugueses João e Felicíssimo de Moraes adquirem terrenos às margens do Rio Cipó e fundam a Fazenda de Santa Cruz do Cipó.

1823: O Guarda-mor José dos Santos Ferreira se casa com a filha de Joaquim Costa Vianna, proprietário da Fazenda da Serra (atual São José da Serra) e compra dos irmãos Moraes a fazenda. Devidamente reformada e ampliada, a então Fazenda do Cipó tornou-se um “farto celeiro que abastecia os vizinhos, tendo sido também fornecedora de azeite para iluminação pública de Ouro Preto e outras vilas”.

1829: Construção da capelinha de São José, “benta e inaugurada em 29 de abril de 1829 pelo seu filho Padre José dos Santos Vianna, que naquele dia ali cantou sua Missa Nova.”

1965: Instalação da Escola Estadual Padre Candinho, que funcionava na casa onde residiu Padre Candinho.

1992: Em 14 de janeiro ocorreu a maior enchente já registrada no Rio Cipó. O “Terreirão” se transformou, às 22 horas, em um grande lago. O prédio mais danificado foi a casa de Padre Candinho, onde funcionava a escola.”

1.1.2 Comunidade Quilombola Buraco (Conceição do Mato Dentro)

COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BURACO

CARACTERIZAÇÃO GERAL

A Comunidade Quilombola Buraco está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (MG), no distrito de Tabuleiro. É composto por aproximadamente 40 famílias. O acesso à comunidade a partir de Conceição do Mato Dentro é feito pela rodovia MG-010, sendo 13 km em estrada asfaltada até o trevo para o quilombo. A partir do trevo são aproximadamente 3 km por via não pavimentada até Buraco.

As crianças de Buraco com idade para cursarem da 1ª a 4ª série estudam na unidade escolar municipal localizada em Três Barras. Esta escola funciona em um espaço disponibilizado na casa de uma das famílias quilombolas. O acesso das crianças de Buraco até esta escola é feito por empresa de transportes contratada pela prefeitura municipal.

Os alunos matriculados no ensino médio de Buraco (assim como os de Três Barras) estudam em Conceição do Mato Dentro. Um transporte escolar contratado por meio de licitação pela prefeitura municipal faz o traslado diário destes estudantes.

No turno da noite um veículo contratado pela prefeitura realiza o traslado dos quilombolas de Buraco e Três Barras de alunos matriculados no EJA até a escola em Conceição do Mato Dentro. O transporte parte de Três Barras e os moradores de Buraco fazem a pé o caminho entre a comunidade e o ponto de ônibus.

A empresa vencedora da licitação para o transporte escolar dos alunos de Buraco matriculados em escolas da sede municipal frequentemente se recusa a buscar as crianças na comunidade. Sempre que seu proprietário avalia que a estrada pode danificar o carro escolar, o motorista realiza apenas uma parte do trajeto e as crianças de Buraco precisam caminhar por volta de 3 km.

Não há uma estrutura de saneamento básico adequada a uma boa qualidade de vida instalada em Buraco. As instalações sanitárias são conectadas a fossas

bastante grosseiras (fossos de aproximadamente um metro de diâmetro e três de profundidade com tampas de concreto e sem revestimento interno). Há ligação de energia elétrica em todas as casas do quilombo de Buraco.

Trabalho dos quilombolas de Buraco: alguns trabalham em fazendas e outros em Conceição do Mato Dentro. A maioria é católica. Expansão evangélica. Demilson e Sirlene contaram 18 pessoas evangélicas, mas advertiram que podem ter esquecido de algumas pessoas. Duas igrejas evangélicas: Igreja Povo de Israel, no terreno de João Baianinha. Esta fundada em meados dos anos 2010. Igreja Evangélica Pentecostal Fogo Puro, uma edificação construída por sr zé do olimpo ao lado de sua residência e onde ele atua como pastor desde a segunda metade dos anos 2000.

Em relação à assistência à saúde, quinzenalmente uma dupla de um médico e um enfermeiro atendem os quilombolas de Buraco na sede de uma das igrejas evangélicas presentes em Buraco, a Igreja Evangélica Pentecostal Fogo Puro.

Em novembro de 2016, quando foi realizada a última pesquisa de campo em Buraco, havia um poço artesiano e uma rede de distribuição de água instalada recentemente, mas ainda sem funcionar em função de um problema na bomba. A construção do poço artesiano foi resultado de um projeto proposto no ano de 2013 pela Associação Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas quando receberam do Governo Federal os materiais (canos e caixa d'água) necessários para a obra. Em contrapartida, a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro se comprometeu a arcar com a instalação da estrutura e os custos com geração de energia para o funcionamento da bomba. No início de 2014, o poço foi perfurado e os canos e a caixa d'água comprados. Entretanto, a prefeitura municipal não disponibilizou a equipe para as instalações hidráulicas. Os canos ficaram empilhados no terreno de um dos comunitários e parte das peças tornou-se inutilizável. Os representantes da comunidade procuraram por diversas vezes a prefeitura em busca da efetivação do serviço, mas sem respostas conclusivas. Apenas na segunda quinzena de 2016, no período que antecedeu as eleições municipais, a prefeitura adquiriu novos canos e implantou a rede de água. Apesar da rede instalada, até novembro de 2016 (última pesquisa de campo para o

INRC), as casas de Buraco eram abastecidas por nascentes sem qualquer controle sobre a qualidade da água. Frutos, folhas e animais contaminam a água desde a nascente até as residências. Algumas recebiam água que também serve o gado bovino da fazenda confrontante. Além disso, a água proveniente das nascentes não é suficiente e recorrentemente falta em parte das casas.

Em Buraco, alguns quilombolas (os mais antigos) vivem em casas construídas em adobe ou pau a pique e outros em alvenaria em tijolos (as mais recentes). Em 2014 o Programa Minha Casa Minha Vida / Programa Nacional de Habitação Rural concedeu aos quilombolas a substituição das casas de adobe e pau a pique por casas de alvenaria. Uma equipe financiada pelo programa iniciou a construção de várias casas, entretanto as obras foram paralisadas.

Em 2014 a comunidade quilombola de Buraco foi beneficiada pelo Programa *Minha Casa Minha Vida* / Programa Nacional de Habitação Rural. A prefeitura ficou encarregada de contratar a firma para a construção das casas. Ainda em 2014 as obras começaram. Entretanto, antes de concluir as casas, a empresa contratada paralisou as obras. Boatos na cidade de Conceição do Mato Dentro afirmam que a empresa faliu e que o proprietário encontrava-se detido por decisão da justiça. Representantes do quilombo buscaram respostas na prefeitura, entretanto não receberam qualquer informação sobre o retorno das obras.

Apenas menos de um mês antes das eleições de 2016, a prefeitura enviou uma equipe para avaliar a situação em que se encontrava a implementação do projeto em Buraco. Segundo informação passada à Demilson (que foi presidente da associação quilombola entre 2014 e 2016) pela esposa do prefeito, a vistoria foi acompanhado de um representante da Caixa Econômica Federal. Avaliaram cada casa. Em novembro de 2016, quando a equipe do INRC esteve na comunidade, eles ainda não haviam recebido um retorno sobre a continuidade da construção das casas.

Preta denuncia vários prejuízos e transtornos gerados pelo processo de implantação do Programa em Buraco. Para passar com as máquinas e abrir espaço para a construção de casas para dois de seus filhos, a empresa contratada

derrubou uma horta e várias árvores frutíferas.

“Ela [nora de Preta] ia fazer um barracozinho ali, mas a casa não saiu. (...) Limpou o lugar, mas não fez. Eu arranquei um mucado de planta. Arranquei abacate, pé de café, laranja... Minha filha, [pé de] jatobá que dava cada baga deste tamanho. Tombou tudo e não fez nada. Uma tristeza, né. (...) [arrancaram] abacate d’água que eu fazia mais de seis arrobas de sabão. Amontoou tudo aqui, eu mais Sérgio que tivemos que tirar. (...) Tinha pé de café lá adiante, bananeira, banana caturra. Tudo dava! Aqui tudo era banana. Cada cacho... Jogou tudo no chão e não fez a casa. (...) Alitambém pra fazer casa arrancou meu cafezal todo.”
(Preta, Novembro/2016)

Na primeira chuva com ventos, por mais de uma vez algumas das telhas da casa de Dona Preta foram arrancadas com a força do vento. O pé de abacate e outras árvores do entorno de sua casa que foram arrancadas funcionavam como uma barreira ao vento. Ela precisou substituir as telhas e o colchão encharcado pela chuva. Além disso, ao retirar a raiz do pé de abacate, a estrutura da casa que é pau a pique foi abalada. Relata ainda que a equipe contratada tirou uma pedra que impedia o trajeto do trator e a deslocou para um lugar onde dona Preta usava para plantio, agora ocupado pela pedra. A empresa também insistiu para que desmanchasse o galinheiro e a própria casa de Dona Preta, onde construiriam uma nova, entretanto intuindo problemas futuros ela não permitiu.

Para se chegar a Buraco (e também em Cubas) é preciso passar pela “ponte do Edir”. Esta ponte está localizada na estrada que liga a MG10 (via de acesso à sede de Conceição do Mato Dentro) aos povoados de Buraco e Cubas. Trata-se de uma ponte de madeira, sem muro ou grade de proteção, passagem de pedestres e corrimão e que não suporta o tráfego de veículos pesados. Aos pedestres e carros que atravessam a ponte, o risco de acidentes graves é grande. As margens do rio são altas e seu leito é repleto de pedras. Caminhões com materiais de construção entregam o material antes da travessia da ponte. O restante do trajeto os quilombolas precisam fazer de cargueiro ou alugar um carro menor para terminar o trajeto até Buraco ou Cubas.. Em audiência pública realizada no povoado de Três Barras, por volta de 2012, o prefeito se comprometeu a

substituir a ponte de madeira para acesso às comunidades de Buraco e Cubas por uma de alvenaria, construída segundo critérios adequados para a segurança dos que a atravessam. Algum tempo após a audiência, a prefeitura reforçou a ponte com toras de eucalipto e não se falou mais na substituição por uma ponte de concreto.

HISTÓRIA

Conforme contam os moradores mais antigos de Buraco, a formação de Buraco envolve cinco antepassados: os três irmãos “Fidirico” (Frederico), “João Baiano” e Olímpio “Véio”, além de Manuel Sabino e “Zé Silvano” (José Silvano).

Nossos principais interlocutores sobre a história de formação de Buraco foram: Zé do Olimpo, José de Paula Maria da Silva, nascido em 1939, filho caçula de Olímpio e, portanto, sobrinho de Frederico e João Baiano; Manuelina, Manuela dos Santos, nascida em 1932, neta de Manuel Sabino; Osvaldo Silvano, neto de José Silvano Velho, nascido em 1954; Expedito Silvano da Silva, nascido em 1939; Conceição Silvana da Silva, nascida em 1944; Preta, Nicolina Silvana da Silva, nascida em 1944. Expedito, Conceição e Preta são irmãos (filhos de “Zé Pequeno”) e netos de José Silvano Velho.

Os cinco fundadores vieram da região de Itacolomy (atualmente distrito de Conceição do Mato Dentro). Zé do Olimpo (filho caçula de Olimpo Veio) conta que seu pai (que era o irmão mais novo) e seus tios vieram de um lugar chamado Onça. Manuelina, neta de Manuel Sabino sabe que seu avô também morou neste mesmo lugar. Já os netos de José Silvano relatam que o avô morava em uma região conhecida como Macaca, também em Itacolomy. Segundo Zé do Olimpo, os cinco fundadores chegaram aproximadamente na mesma época em Buraco.

Os três irmãos chegaram tudo junto, de uma vez. Meu pai, Frederico João Baiano. Esses aí chegaram tudo junto. [E os outros dois?] Chegaram na mesma época. Mais ou menos na mesma época. Com uma decadência aí de uns poucos anos. (Zé do Olimpo, novembro/2016)

Os entrevistados se lembraram de duas outras pessoas quando falavam sobre a

história de Buraco, um chamado Varandão e outro Simião. Entretanto, todos os citaram de modo vago e nenhum descendente dessas duas pessoas foi identificado em Buraco.

Sobre a relação de parentesco entre os três irmãos com José Silvano e Manuel Sabino: Expedito indica que João Baiano, Frederico e Olimpo seriam sobrinhos de José Silvano; Manoelina explica que sua avô Maria Silvana da Silva, conhecida como Maria Pereira, esposa de Manuel Sabino era parente dos três irmãos; Zé do Olimpo informa que a esposa de Zé Silvano era prima de seu pai e os dois tios; Conceição conta que esposa de José Silvano era parente de João Baiano.

Para Zé do Olímpio, seu pai e seus tios compraram terras no lugar chamado Buraco, após vender a propriedade que possuíam em Itacolomy. Manuelina também afirma que seu avô Manuel Sabino comprou um terreno em Buraco.

Frederico que era o mais velho dos irmãos contou para Zé D'Olimpio “muitas coisas da escravidão: de um serviço pros lados de Três Barras que tinha um canal de cerca de 3 metros de fundura na pedra para tirar água e tocar moinho. Esses homens trabalhavam amarrados. Esse canal fica num local acima da casa de Zé Silva, em três barras”.

Identificamos em Buraco oito núcleos de habitação, cinco deles envolvendo as terras de herança dos primeiros moradores, dois comprados por descendentes dos fundadores e um doado pela família Jorge à “Zé Pequeno”, um dos filhos de José Silvano em face a serviços prestados. Em cada um desses núcleos vivem seus filhos e netos.

Geração	Núcleo	Número de famílias residentes	Observações
1ª geração dos fundadores)	Herdeiros de José Silvano	5	José Silvano é um dos cinco fundadores de Buraco.
1ª geração dos fundadores)	Herdeiros de Manuel Sabino	4	Manuel Sabino é um dos cinco fundadores de Buraco.
1ª geração dos fundadores)	Herdeiros de Frederico	Há uma casa de um neto de Frederico que mora em BH.	Frederico é um dos cinco fundadores de Buraco.
1ª geração dos fundadores)	Herdeiros de Olimpo	6	Olimpo é um dos cinco fundadores de Buraco.
1ª geração dos fundadores)	Herdeiros de João Baiano da linhagem de seu filho João Baianinha	4	João Baiano é um dos cinco fundadores de Buraco.
2ª geração (geração dos filhos dos fundadores)	Herdeiros de “Zé Pequeno” (filho de José Silvano).	Aproximadamente 10	Este terreno foi doado por Inhozinho à Zé Pequeno, que durante toda a vida trabalhou para a família de fazendeiros. Não há registro formal da doação.
2ª geração (geração dos filhos dos fundadores)	Herdeiros de Deca Baiano (filho de João Baianinha).	8	Este terreno foi comprado por Deca Baiano, um dos filhos de João Baianinha. Segundo Zé do Olimpo foi provavelmente comprado da família Jorge.
3ª geração (geração dos netos dos fundadores)	Família de “Das Dorez” (parentesco ligado a João Baianinha)	3	Este terreno foi comprado de Inhozinho Jorge por um filho de João Baianinha.

Sidnei, quilombola de Três Barras, nos reproduziu a versão sobre a história de Buraco, que lhe foi transmitida pelo Sr. Jeco (falecido por volta de 2012). O avô do finado Sr. Jeco, morador de Três Barras na região chamada Torre teria sido conterrâneo dos negros de Itacolomy que migraram para Buraco no período pós-abolição formal da escravidão. Após a abolição os negros escravizados em fazendas no atual distrito de Itacolomy, em Conceição do Mato Dentro, desejavam

permanecer no mesmo local, pois ali acreditavam que tinham a garantia de abrigo e comida. Entretanto, foram forçados a deixar a região, em função da proibição do emprego compulsório de trabalhadores e Teófilo Jorge, fazendeiro dono de infinitas terras nas proximidades de Três Barras, doou a região de Buraco aos negros de Itacolomy, a fim de livrar-se de obrigações com esses negros que já não poderiam ser escravizados. De Itacolomy então teriam vindo as cinco famílias. Nesse tempo, “em Buraco era só mato”.

Quase a totalidade do território atualmente ocupado pelos quilombolas de Buraco é confinante aos herdeiros de Teófilo Jorge. Teófilo Jorge faleceu em data não identificada e essas terras passaram para seu filho conhecido como Inhozinho Jorge, também falecido. Hoje pertencem aos filhos de Inhozinho e é administrada pela herdeira Cláudia, conhecida como Claudinha. O restante do território quilombola faz divisa com a fazenda de *Salabim e Zé Boi*, comprada de um dos herdeiros da família Jorge. Antes dessa venda, portanto, o território de Buraco era totalmente confrontante com a fazenda dos herdeiros de Teófilo Jorge.

Uma parte dessa fazenda foi no passado propriedade dos quilombolas de Buraco, contam os moradores mais antigos a partir de relatos dos primeiros quilombolas a ocupar a região. Também a partir de descrições dos *antigos* narram ainda episódios de fazendeiros que adquiriram terras dos quilombolas em troca de mantimentos, nos tempos difíceis.

Os moradores de Buraco já foram exclusivamente lavradores que cultivavam principalmente milho e feijão, em terreno dos antepassados da atual fazendeira Cláudia. Trabalhavam em regime de “parceria”. Há aproximadamente 10 anos um evento marcou a história da prática agrícola da comunidade: quando a fazendeira optou pela pecuária. Desde então a agricultura foi praticamente extinta na comunidade “Agora tudo é pasto”, lamenta Demilson.

Os quilombolas de Buraco estão hoje proibidos de extrair madeira verde (usada, por exemplo, para fazer cercas) na fazenda por imposição da fazendeira Cláudia e do “pessoal da ambiental” (Polícia Militar Ambiental e/ou Instituto Estadual de Florestas, não sabem precisar). Em relação à extração da madeira seca, não há qualquer impedimento na legislação ambiental. Os quilombolas extraem a

madeira seca para uso como lenha já que várias famílias usam o fogão a lenha. Apesar de a fazendeira nunca ter denunciado o acesso dos quilombolas à fazenda para a extração da madeira seca, não há o seu consentimento.

Há até cerca de 30 anos os moradores de Buraco eram exclusivamente lavradores que cultivavam principalmente milho e feijão, em terreno dos antepassados da atual fazendeira Claudia. Trabalhavam em regime de terça. “Hoje tudo é pasto”, lamenta Demilson. “Toda vida o povo de Buraco trabalhou no terreno dos fazendeiros antepassados dela”; Todos os custos da lavoura ficavam por conta deles e a terça parte da colheita para o dono da terra. Agora os quilombolas ficaram cercados por pasto. Segundo Expedito Silvano da Silva essa fazenda confinante “é terra demais! Só para boi porque o povo ficou circulado. A gente sem nada. Bois bebendo encima de nascente que abastece a gente de buraco. Água que usamos para beber. Estamos sendo escravos deles, bebendo água que os bois bebem antes. Querem governar tudo. Até lenha estão impedindo de tirar no mato.”

Os moradores de Buraco seguem um padrão de casamento primordialmente endogâmico. Zé do Olimpo e o casal Demilson e Sirlene listaram os casamentos entre moradores de Buraco e de Três Barras e não chegaram a dez uniões, considerando a geração atual e as passadas. De todo modo, alertam que possivelmente se esqueceram de alguma ou algumas. Entre essas uniões, a mais antiga talvez seja entre Deca Baiano (filho de João Baiano) e “Guiguiinha” (filha de Moisés, um negro que possivelmente é um dos mais antigos ocupantes de Três Barras). Deca Baiano se mudou para Três Barras após a união matrimonial e é lembrado em Três Barras como um dos *antigos*. Lá ele comprou terras dos herdeiros de Joaquim da Silva, um dos precursores de Três Barras.

A maior parte dessas uniões entre nativos de Três Barras e Buraco são entre homens de Buraco e mulheres de Três Barras. Em geral foram as mulheres que saíram da casa dos pais para morar na localidade do marido (uma das exceções foi o caso de Deca Baiano,). É por isso que existem mais pessoas nascidas em Três Barras que vivem em Buraco, do que o contrário. Ao terminar de citar cada um dos casamentos que lembrou, Zé do Olimpo nos disse:

“No mais todo mundo aqui, tudo é geração desses, dessas cinco pessoas que entrou pra aqui: meu pai chamava Olimpo - Olimpo Pereira da Silva -, o irmão do meu pai Frederico Pereira da Silva e o outro [irmão] João Baiano - os três irmãos -, [além de] Manuel Sabino, que é avô da minha esposa, e o Zé Silvano, ele também é gente parece que é da minha mãe. Três, quatro, cinco. São cinco pessoas dos que vieram aqui pra dentro da comunidade.” (Zé do Olimpo, novembro/2016)

Já sobre as relações matrimoniais entre Buraco e Cubas, quando questionado Zé do Olimpo explicou: “Não. Com Cubas não tem não. Só se for do meu tempo pra trás. Que no meu tempo, não tem não. Não me recordo não. Aqui pra dentro aqui. Todos aqui são irmãos, filhos, sobrinhos, netos, primos... É tudo uma família só.”

Para se chegar à comunidade de Buraco existem dois principais caminhos: pela estrada ou por um atalho passando pela Cachoeira de Três Barras. Este último é o mais usado pelos quilombolas e ambos os trajetos são geralmente feitos a pé. Pela estrada gastam aproximados 90 minutos de caminhada. Já caminhando pelo atalho economiza gastam por volta de uma hora.

Na segunda quinzena de 2015, os proprietários da Cachoeira de Três Barras, conhecidos como *Salabim* e *Zé Boi*, interditaram a cachoeira e, conseqüentemente, o atalho usado há décadas pelos quilombolas, possivelmente desde a fundação do quilombo.

Antes da interdição, os proprietários procuraram o presidente da associação quilombola pedindo uma reunião com a comunidade para discutirem sobre o fechamento da cachoeira. Na reunião, se comprometeram em implantar um atalho alternativo, com uma passarela sobre o rio e um cabo de aço como corrimão. Essa passarela não foi construída e, de todo modo, não seria funcional aos quilombolas, pois, por exemplo, não permite que uma pessoa atravessasse o rio carregando sacolas ou uma compra de mercado.

Na reunião, os proprietários argumentaram que fechariam a cachoeira por determinação da Polícia Militar Ambiental ou do Instituto Estadual de Florestas (não souberam precisar), em função de desmatamento e lixo no entorno da cachoeira deixado por turistas. Caso não proibissem o acesso à cachoeira, seriam multados no valor de 100 mil reais, explicaram os dois proprietários.

No início de 2014, o quilombola Demilson, para que pudesse chegar de carro até a sua residência, alargou a trilha de acesso. Um trecho de 20 metros do caminho alargado (totalizando uma área de 60 m²) se sobrepõe às terras da fazenda confrontante (de herdeiros de Teófilo Jorge). Demilson foi denunciado pela dona da fazenda, Cláudia, e multado pelo Instituto Estadual de Florestas em R\$ 1.300,00, acusado de desmatamento. Demilson recorreu à multa (para o que teve um gasto de quase R\$ 2.000,00 com um advogado). Para evitar conflitos, Demilson manteve a porteira fechada. No início de 2015, a esposa do prefeito de Conceição do Mato Dentro, Mariza, solicitou a Demilson o uso do caminho para que a equipe contratada pela prefeitura para a construção das casas do programa Minha Casa, Minha Vida pudesse passar com os materiais. Por orientação de Demilson, Mariza solicitou o uso da estrada à fazendeira Cláudia, que deu resposta favorável. Desde então o caminho esta aberto.

Há aproximadamente um ano, outro quilombola de Buraco, Josimar, foi denunciado pela mesma fazendeira e multado pelo “pessoal da ambiental”. Ele havia capinado o mato que nascia em um trilho, tapado alguns buracos e alargado o trilho em aproximadamente 50 cm por um trecho de 2 km para que ele e outros moradores de Buraco pudessem trafegar de moto. Este trilho é usado há décadas pelos quilombolas, mas a princípio apenas para trajetos a pé ou com cargueiro. Hoje a moto é um importante meio de transporte em área rural, por isso a necessidade de adequação do caminho.

1.1.3 Comunidade Quilombola Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão (Dom Joaquim)

COMUNIDADE QUILOMBOLA ASCAXAR

CARACTERIZAÇÃO GERAL

A Comunidade Quilombola Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR) está localizada no limite municipal entre Dom Joaquim (MG) – onde se encontra o núcleo Córrego Cachoeira - e Alvorada de Minas (MG) – onde está o núcleo Ribeirão. Não existem moradores na região conhecida como Xambá (ver item História). O núcleo Córrego Cachoeira é dividido entre duas regiões: Cachoeira de

Cima (aproximadamente 8 famílias) e Cachoeira de Baixo (3 famílias). Já o núcleo Ribeirão se divide nas regiões Ribeirão de Trás (que conta com cerca de 22 famílias) e Ribeirão do Meio (com aproximadamente 12 famílias). Córrego Cachoeira encontra-se a 35 Km da sede municipal de Dom Joaquim e Ribeirão dista aproximadamente 25 km da cidade de Alvorada de Minas. Em ambos os casos, o deslocamento até as sedes municipais é feito via estrada não pavimentada.

Por meio do 'Programa Luz para Todos' do Governo Federal, nos anos de 2002/2003 uma rede de energia elétrica foi instalada em parte do núcleo Ribeirão. Em Ribeirão de Trás, todas as famílias foram contempladas pelo Programa. Já em Ribeirão do Meio até meados de 2016 apenas duas residências eram atendidas pela CEMIG: a de uma família quilombola e a propriedade do prefeito de Alvorada de Minas (gestão 2012/2016) e que, assim como os quilombolas, é um descendente do fundador da comunidade. A energia elétrica chegou para o restante de Ribeirão do Meio na segunda metade de 2016. Até esta data a maior parte dos moradores de Ribeirão do Meio permaneceram sem condições de uso de equipamentos como geladeira, chuveiro elétrico, televisão e telefone celular. Alguns dos quilombolas de Ribeirão do Meio já viveram casos graves de impossibilidade de cuidados com a saúde que demandam uso de equipamentos elétricos por causa da falta do fornecimento de energia. De acordo com alguns quilombolas, a rede destinada pelo Programa Luz para Todos havia sido deliberadamente desviada pelos órgãos competentes para outros fins.

Em 2006, todas as casas do núcleo Córrego Cachoeira tiveram acesso à energia elétrica, após a comunidade se mobilizar e organizar um abaixo-assinado.

Na região de Ribeirão funciona a Escola Estadual Retiro de Limoeiro, com turmas de ensino fundamental que atende parte das povoações rurais de Alvorada de Minas, incluindo Ribeirão. Os quilombolas de Dom Joaquim matriculados no ensino fundamental estudam em Gororós (Dom Joaquim). Para cursar o ensino médio, os quilombolas, sejam de Alvorada ou de Dom Joaquim, podem optar por estudarem no distrito de Gororós ou na sede de Alvorada de Minas. Ambos os municípios disponibilizam transporte escolar. Durante certo período que durou

até o ano de 2015, a Prefeitura de Dom Joaquim oferecia transporte escolar até Gororós para alunos do Ensino para Jovens e Adultos (EJA). Em 2016, entretanto, esse transporte foi cancelado e alguns quilombolas cursistas do EJA tiveram que interromper os estudos.

Em 2008, em contrapartida à instalação de estruturas necessárias ao empreendimento minerário da empresa MMX (depois vendida para a Anglo American) no município Alvorada de Minas, esta inaugurou um posto de saúde em Ribeirão de Trás para acolher além dos moradores dessa região, também os de Ribeirão de Meio, Três Barras, Retiro do Limoeiro e Jaguará, todos em Alvorada de Minas. Os quilombolas de Cachoeira são atendidos no posto de saúde do distrito de Gororós ou aguardam o atendimento médico quinzenal na escola estadual da povoação.

O acesso à água também acontece de forma diferenciada entre os núcleos habitacionais do quilombo e suas respectivas regiões. Cachoeira de Baixo conta com um poço artesiano concluído por volta de 2013, com recursos dos próprios quilombolas e apoio da Prefeitura Municipal de Dom Joaquim.

Nas regiões de Cachoeira de Cima e Ribeirão de Trás é comum o uso *cisternas* (como são localmente chamados os *poços freáticos*), que são reservatórios construídos pelos próprios quilombolas, cavados manualmente no solo, com profundidade variável e que captam a água mais superficial do lençol freático. Quanto mais profundas são perfuradas as *cisternas*, maior a possibilidade de uma vazão mais intensa da água. Muitas das *cisternas* presentes na comunidade não possuem revestimento interno, estando sujeitas a poluições que podem contaminar a água. Destaca-se que quanto mais raso é o poço, mais susceptível está a contaminações uma vez que as impurezas do solo - principalmente quando chove - misturam-se com mais facilidade à água. As cisternas de Cachoeira de Cima são mais profundas e disponibilizam uma vazão de água suficiente para o consumo humano e as atividades domésticas de cada uma das famílias. Já em Ribeirão de Trás, esses poços são mais rasos e fornecem uma pequena quantidade de água que é destinada principalmente para beber e, se houver quantidade suficiente, para cozinhar. Para completar a necessidade diária de água, como por

exemplo, para lavar roupas e limpar a casa, os moradores de Ribeirão de Trás captam água de *tanques* (bebedouros para animais, em especial bovinos), muitas vezes poluídas com dejetos das criações. Já em Ribeirão do Meio são raras as cisternas. Lá os quilombolas recorrem à água da chuva, nascentes (transportando a água em baldes) e reaproveitamento da água dos *tanques*. Foram relatados diversos casos de esquistossomose em Ribeirão do Meio, a região com maior déficit em infraestrutura e saneamento no quilombo. Nas vésperas das eleições de 2016 a Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas instalou dois poços artesianos, um em Ribeirão de Trás e outro no Ribeirão do Meio. Em novembro de 2016, na data da última pesquisa de campo do INRC Quilombos do Cipó, o poço de Ribeirão de Trás funcionava de modo intermitente e o de Ribeirão do Meio ainda não funcionava.

Desde o início dos anos 2000, a comunidade quilombola sofre um processo de escassez de água. Por volta de 2002, o Córrego Cachoeira sofreu uma brusca queda em sua vazão. Foi suficiente para, por volta de 2004/2005, desativar uma barragem de produção de energia elétrica de uso particular na Fazenda Cachoeira (fazenda próxima ao núcleo Cachoeira). No segundo semestre de 2014, o mesmo riacho atingiu um volume extremamente baixo e quase secou. As águas do Córrego Ribeirão de Trás também tiveram seu volume reduzido. Ao que indicam os quilombolas, essa redução está associada à falta de chuvas articulada com a mudança no uso do terreno onde nasce esse riacho, transformado em uma plantação de eucaliptos por volta de 2008.

O único moinho de fubá no quilombo está disposto no curso do Córrego Ribeirão de Trás e hoje funciona apenas nos períodos chuvosos.

HISTÓRIA

A Comunidade Quilombola Córrego Cachoeira, Xambá e Ribeirão se formou às margens dos Córregos Ribeirão de Trás, Ribeirão do Meio e Cachoeira. Contam que três negros foram os responsáveis pela origem do grupo: Luiz Capitão, fundador da povoação na região conhecida como Cachoeira de Baixo; Zé Vertelo, o patriarca de Cachoeira de Cima; e Vicente Garcia, o fundador de Ribeirão de

Trás e Ribeirão do Meio³. Em Xambá não vivem quilombolas, como será detalhado adiante.

Em relação às referências sobre a data de nascimento e morte de cada um deles, apenas de Luis Capitão obtivemos uma informação precisa. Luís Capitão nasceu no ano de 1901 e morreu com 96 anos em 1986. Sobre Zé Vertelo a única referência possível se fundamenta em uma inferência a partir da idade de Raimunda Dias de Andrade Ávila (“Raimunda de Zico”). Ela nasceu por volta do ano de 1922 e é viúva de um bisneto de Zé Vertelo (Sebastião, conhecido como “Zico”, nascido no ano de 1924 e falecido em 2007). Sobre Vicente Garcia, Dona Liquinha que é sua neta (nascida no ano de 1935), diz que não o conheceu. Completa que aqueles que o conheceram já faleceram e comentavam que ele morreu bastante idoso.

O Córrego Ribeirão de Trás nasce em uma área considerada pelos quilombolas como originalmente propriedade de Vicente Garcia, que posteriormente foi vendida por seus descendentes a um forasteiro⁴. Hoje esta área é ocupada por uma plantação de eucaliptos. O Córrego Ribeirão do Meio brota na divisa entre os quintais de duas quilombolas (Dona Tutuca e Dona Lurdes). Ele deságua no Córrego Ribeirão de Trás. Já a nascente do Córrego Cachoeira está na fronteira entre as terras de herança de Zé Vertelo e o terreno de um homem chamado Epaminondas (filho de um fazendeiro da região). A região mais próxima da nascente é conhecida como Cachoeira de Cima. Mais a montante está Cachoeira de Baixo, povoação fundada por Luiz Capitão, e a Fazenda Cachoeira (onde os ascendentes de Luiz Capitão foram escravizados).

Os quilombolas conhecem pouco sobre a história de vida de Zé Vertelo e Vicente Garcia. Indicam que vieram da localidade rural Ribeirão de Areia, no município de Sabinópolis (limítrofe à Dom Joaquim e à Alvorada de Minas). “Raimunda de

³ Os principais informantes sobre a história da comunidade quilombola foram: Raimunda de Zico, 93 anos, viúva de um dos netos de Zé Vertelo, e moradora de Cachoeira de Cima. A família de Raimunda é de Ribeirão de Areias (município de Sabinópolis) e com parentes com a família de Zé Vertelo, também de Ribeirão de Areia, segundo ela; Dona Liquinha, 80 anos, neta de Vicente Garcia, nascida em Ribeirão de Trás, onde sempre viveu; Antônio, 36 anos, bisneta de Luiz Capitão, nativa de Cachoeira de Baixo, sua atual residência; Aparecida, liderança comunitária, nascida em Ribeirão de Trás e moradora de Cachoeira de Baixo.

⁴ Desde 2008, aproximadamente, após o plantio das árvores, os quilombolas observam uma redução no volume da água no Córrego Ribeirão de Trás.

Zico”, (viúva de um neto de Zé Vertelo e nascida em Ribeirão de Areia) conta que eles seriam irmãos. Já Dona Liquinha (neta de Vicente Garcia) nunca ouviu falar de irmão de Vicente Garcia. Liquinha sabe que Vicente Garcia casou-se quatro vezes, sendo sua última esposa chamada Maria Cândida da Silva Garcia. Já Zé Vertelo foi casado uma única vez, com uma mulher branca conhecida como Niquinha, contou Dona Raimunda. Segundo Raimunda, Zé Vertelo era um homem negro.

Sobre o modo de ocupação inicial dos territórios fundados por cada um deles, nenhum dos entrevistados soube dizer. Já em relação à história de vida de Luiz Capitão, incluindo sua chegada em Cachoeira de Baixo, um relato rico em detalhes foi concedido por uma de suas bisnetas, e será transcrito adiante. Entre os três fundadores, Vicente Garcia é o que detinha a maior extensão de terras e abrigava diferentes famílias de agregados. Hoje, os sucessores desses agregados compõem junto com os herdeiros de Vicente (e de Luiz Capitão e Zé Vertelo) uma intrincada rede de extenso parentesco.

O território original fundado por Vicente Garcia se estende para além de Ribeirão de Trás e Ribeirão do Meio, abrangendo Córrego das Lages, Três Barras e, ao menos, parte de Cachoeira de Baixo. Alguns trechos desse território inicial foram vendidos por um preço muito baixo, em transações envolvendo os próprios parentes: *“trocava prato de fubá por pedaço de terra”*, conta Dona Liquinha, descendente do fundador. Os moradores de Córrego das Lages e Três Barras também são descendentes de Vicente, mantêm relações de amizade e reciprocidade com os quilombolas, mas não se auto-atribuem essa identidade étnica. Outros herdeiros também não se entendem como quilombolas. Trata-se da linhagem de Miguel Garcia, um dos filhos do fundador. A esta linhagem pertence Valter Antônio Costa, Prefeito de Alvorada de Minas, neto de Miguel. Eles ocupam uma extensa área em Ribeirão, sendo uma parcela herdada por Miguel Garcia e uma porção comprada de outros herdeiros. Vicente era ainda dono de um trecho de terras em Cachoeira de Baixo. Essa área ficou para Miguel Garcia e mais tarde foi vendida por um de seus sucessores a um genro de Luiz Capitão conhecido como *Sutero* e permanece compondo o atual território quilombola.

Sobre a história de vida de Luiz Capitão e a origem da região quilombola Cachoeira de Baixo, o patriarca narrou episódios à bisneta Antônia Maria Pereira (nascida em 1974) e ao término explicou: “eu estou contando isso pra você porque você *é a minha segunda bisneta mais velha e você vai passar de gerações e gerações. Não deixa meu nome se perder na historia!*” (Antônia. Janeiro/2015). A história foi contada sob uma mangueira durante o intervalo de um mutirão para barrar a casa de um dos netos de Luiz Capitão. Para registrar, Antônia marcou a data em uma das paredes em construção: 21 de janeiro de 1986.

Luiz Gonzaga (ou Luiz Capitão, como ficou mais tarde conhecido) nasceu no ano de 1901, filho de Maria Maia, uma negra nascida na Fazenda Cachoeira, que nessa época era propriedade de Chico Maia. Neste período, apesar da abolição formal da escravidão, perpetuavam as relações escravistas sem que nenhuma política de reparação fosse instituída para inserir a população negra na sociedade brasileira e os negros da Fazenda Cachoeira – como tantos outros - permaneciam explorados.

A mãe de Luiz Capitão, já com outros quatro filhos, escondia sua gravidez. Ao sentir as contrações do parto caminhou até a mata alegando que buscava lenha. Pariu a criança em um valo⁵ que marcava os limites da fazenda e, para que seu filho não fosse tratado como um escravo, ali mesmo o acomodou e retornou sozinha. O recém-nascido foi encontrado por vaqueiros que logo descobriram a identidade da mãe. Luiz Capitão aprendeu a ler e a escrever na Fazenda Cachoeira. Antônia supõe que o bisavô era filho de um Capitão do Mato, o que lhe valeu a alcunha de “Luiz Capitão” e lhe permitiu a oportunidade do letramento. O valo onde nasceu o patriarca da família é hoje lugar de referência para a comunidade.

Minha Origem

Vou contar uma história/Quando tudo começou/A origem da minha comunidade/Onde morava o meu bisavô/Nascido dentro de um valo/E sua mãe ali deixou/Já era tarde do dia/Quando um vaqueiro o encontrou/Lutando pra

⁵Tipo de buraco (rego seco) construído antigamente pelos fazendeiros para marcar a divisa de suas propriedades com a dos outros fazendeiros ou mesmo suas pastagens. Os valos geralmente eram construídos pelos escravos. Fonte: Aulete Digital.

sobreviver/Trabalho com agricultura/Deixando seus ensinamentos/A uma geração futura/Sendo filho de escrava/Ele sempre nos ensinou/A preservar nossa cultura/E amar a nossa cor/Somos negros/Descendentes de quilombolas/A melhor coisa do mundo/É falar de nossa história.

Poema de Antônia Maria Pereira, bisneta de Luiz Capitão

Além de agricultor, Luiz Capitão era vaqueiro e, conduzindo os rebanhos, frequentemente transitava pela Fazenda Ribeirão. Casou-se com Maria Marta Pereira (depois apelidada de “Maria Capitoa”), filha de ex-escravos da Fazenda Ribeirão que após a abolição permaneceram no mesmo local e sob as mesmas condições de exploração. Maria Marta e Luiz Capitão, recém casados, se estabeleceram como agregados na Fazenda Cachoeira onde nasceram seus cinco filhos, além de quatro adotados. Após Luiz Capitão recusar um pedido do fazendeiro (Chico Maia) - que uma de suas filhas servisse na casa grande -, a família foi expulsa da propriedade. Ele sabia que autorizar a filha a trabalhar na fazenda significava consentir que se sujeitasse a condições de escravidão. Como plantava *na meia* com Chico Maia, uma parcela da colheita era devida a ele. Antes de deixar a moradia, colheu o milho plantado, ainda sem amadurecer, e distribuiu uma parte aos vizinhos. O fazendeiro ordenou a seus funcionários que lançassem aos porcos a outra metade da lavoura, ignorando a toxidade da palha do milho verde. Os porcos do fazendeiro foram todos envenenados.

Contando com uma reserva de dinheiro, Luiz Capitão comprou um pedaço de terra às margens do Córrego Cachoeira, onde se formou a comunidade. Dia e noite a família trabalhou para construir a nova morada, feita de adobe e telhas de barro moldadas na coxa. Esta casa se manteve erguida por mais de 50 anos e suas ruínas permanecem no local. Mais tarde, adquiriu outro terreno na região Cachoeira de Baixo e um em Ribeirão de Trás. Parte do dinheiro investido nessas duas terras reuniu criando e vendendo porcos *na meia* com vizinhos, parentes e amigos.

Em Ribeirão de Trás, Luiz Capitão construiu uma casa de madeira com dois pavimentos, hoje desmanchada. No porão, por volta dos anos 1950, funcionou uma escola, com professora contratada por ele. Lá, muitos dos atuais moradores

da comunidade aprenderam a ler e escrever. Com este projeto, a intenção de Luiz era oferecer a seus filhos e netos condições para que não se sujeitassem à exploração em fazendas. Luiz Capitão anotava todas as suas negociações de compra e venda e muitos dos acontecimentos diários. Esses documentos ficaram sob a guarda de Antônia, sua bisneta, que doou alguns dos cadernos ao Museu de Dom Joaquim, atualmente inoperante.⁶

Os limites do território quilombola em Cachoeira de Baixo somam uma área comprada por Luiz Capitão e outra por um dos seus genros (Ernestino Carneiro dos Santos, conhecido como Sutero). Entre os herdeiros de Luiz Capitão, permaneceram na comunidade apenas as famílias de suas filhas Pedrelina Pereira (esposa de Sutero), Conselita (casada com Paulo Capitão) e Mercês. A primeira herdou uma parcela de terras em Cachoeira e as outras duas em Ribeirão de Trás.

Hoje, Cachoeira de Baixo é ocupada por três famílias, todas descendentes do casal Pedrelina e Sutero. Este, assim como Luiz Capitão, é uma referência para os moradores desse núcleo quilombola, que inclusive são conhecidos como “povo de Sutero”. Ele nasceu no ano de 1928 na localidade rural Córrego do Baú, no distrito de Gororós. Casou-se por volta de 1946 e junto à esposa viveu por um tempo nas terras de Luiz Capitão. Em um segundo momento, foi morar e trabalhar como agregado na Fazenda do Cedro, confrontante com as Fazendas Ribeirão e Cachoeira e propriedade de um homem conhecido como Nonô de Mauro. Essa fazenda foi conhecida por suas inúmeras roças, todas plantadas em parceria⁷ com agricultores familiares da região, incluindo os quilombolas. No subsolo desta fazenda funcionou uma escola, onde muitos moradores de Cachoeira, especialmente da geração dos filhos de Sutero (portanto, por volta de 1970), aprenderam a ler e escrever. (Nesta mesma época, os moradores do Ribeirão estudaram na fazenda Retiro do Limoeiro, pertencente a Luiz Capitão)

⁶ Um dos quilombolas entrevistados recentemente tentou consultar as cadernetas de Luiz Capitão, mas surpreendentemente essa consulta não lhe foi permitida. Em um dos cadernos doados ao museu e datado de 1931, Luiz Capitão narra o amor entre Zezinho e Mariquinha, um conto popular local, transmitido oralmente entre as gerações e registrado por Luiz Capitão: Mariquinha, uma filha de fazendeiro se apaixona por um dos empregados de seu pai. Quando Zezinho morre, mantém uma de suas mãos fechada. Ao abrir os dedos de Zezinho, Mariquinha também morre. A vida e felicidade de Mariquinha estavam guardadas por Zezinho.

⁷ O sistema de parceria se divide em duas modalidades: *na meia* (quando metade da colheita destina-se ao dono da terra) e *na terça* (quando 1/3 da colheita fica para o proprietário).

Mais tarde, após acumular uma determinada quantia em dinheiro, Sutero retornou para Cachoeira de Baixo, onde comprou parte do terreno do sogro, além de uma área que lhe foi vendida por volta de 1980 por homem de Gororós chamado Luiz Figueiredo (“Luizinho”). Luizinho havia comprado este terreno de descendentes de Miguel Garcia. Quando a Fazenda do Cedro foi repartida entre os herdeiros, a parceria com agricultores foi desfeita e alguns passaram a plantar *na meia* ou *na terça* com Sutero. Além de espaço suficiente para ceder a outros lavradores, em sua propriedade há ainda uma área de mata nativa, onde muitos quilombolas extraem madeira com finalidades diversas, como lenha, material de construção de casas ou cercas, além do barrotabatinga, para caiar paredes de barro. Sobre a disponibilidade de recursos no local, a nora de Sutero analisa: “A mata num é muito grande não e a madeira nunca acaba. Graças a Deus. Parece que quanto mais dá madeira pros outros, mais sai madeira.” (Maria Aparecida de Jesus Fátima). Reconhecido como um homem generoso, Suterodou um lote para a construção da sede da ASCAXAR (Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão) e um terreno para criação do pomar coletivo da associação.

A Fazenda Cachoeira⁸ foi vendida por Chico Maia, em 1946, a José de Figueiredo Sobrinho⁹ e sua esposa Maria da Piedade Thomaz (hoje na sede da Fazenda Cachoeira vive um neto do casal). Muitos dos quilombolas trabalharam no sistema de parceria (*na meia* ou *na terça*) com o casal. Com o falecimento de Maria da Piedade em 1997, já viúva, foi arrolada a partilha dos bens entre os filhos e apenas um deles - Lúcio Thomaz - manteve a parceria com os quilombolas. Lúcio recebeu a região conhecida como Xambá. Lá viveu com sua esposa, Neuza Pires (nascida em Jaguará, umapovoação da região), entre os anos de 2002 e 2005, aproximadamente. Neuza Pires (Lúcio faleceu em 2015), que atualmente mora na sede municipal, é membro da Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR). É em função da participação dos dois que a associação carrega “Xambá” em seu nome. Por volta de 2005 venderam o

⁸ A atual casa da Fazenda Cachoeira foi construída no ano de 1956, após a demolição da antiga edificação.

⁹ José de Figueiredo sobrinho é filho de Joaquim José Figueiredo, conhecido como “Coronel Quincas Pedro”, proprietário da Fazenda Areião, construída na primeira metade do século XIX, também no distrito de Gororós. (Fonte: Fichas de caracterização dos bens materiais da Fazenda Areião e da Fazenda Cachoeira- Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC/Exercício 2010/Prefeitura Municipal de Dom Joaquim).

sítio e como eram os únicos moradores de Xambá, hoje esta região encontra-se desabitada. Atualmente, todos os espaços da antiga Fazenda Cachoeira antes usados para plantio foram substituídos por pasto. Os quilombolas continuam a plantar no sistema de parceria, mas agora em outras fazendas da região.

A Fazenda Ribeirão foi construída por volta do início do século XVIII. O primeiro morador do qual existem referências é Padre Pereira Campos, um latifundiário do município de Alvorada de Minas. O sacerdote viveu no local possivelmente no século XIX, sendo que no final deste mesmo século a fazenda foi ocupada pela família de um homem chamado Teófilo Pinheiro, natural do município Serro. Em seguida passou à propriedade de Ieiê Maia, irmão de Teófilo e de Chico Maia (proprietário da Fazenda Cachoeira). Por volta de 1942, Ieiê Maia vendeu a propriedade para Cristiano Nunes da Silva, pai do atual dono (Ailhê Nunes da Silva). A partir de relatos do pai, Ailhê conta que até a década de 1940 havia muitos trabalhadores em condições de escravidão na fazenda.¹⁰

Os quilombolas contam que Padre Pereira foi um senhor de escravos conhecido por sua crueldade. Foi assassinado por negros rebelados após o castigo rigoroso a um deles. No local onde morreu foi erguida a “Cruz do Pereira”, que ainda hoje permanece está no mesmo lugar. Já durante a gestão de Ieiê Maia na Fazenda Ribeirão, Maria Maia, mãe de Luiz Capitão, foi explorada como ama de leite e quando este lhe faltava era castigada com azeite quente gotejado em seus ouvidos, presa ao chão por pregos cravados sobre sua saia. Na época, os escravos eram obrigados a adotar o sobrenome de seus senhores. Assim, aqueles da Fazenda Ribeirão herdaram o sobrenome de Padre Pereira, caso de Maria Marta Pereira, esposa de Luiz Capitão. Já os negros da Fazenda Cachoeira carregam o sobrenome de Chico Maia, como a mãe de Luiz Capitão, Maria Maia.

No ano de 2003, parte dos quilombolas se organizaram na Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR), citada acima. Desde então, recebem apoio frequente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG). Como desdobramento desse contato, em

¹⁰ As informações deste parágrafo compõem o texto das fichas de caracterização do bem material Fazenda Ribeirão (Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural - IPAC/Exercício 2010/Prefeitura Municipal de Dom Joaquim).

2012 a política quilombola foi apresentada à comunidade por Thiago Perpétuo Pereira, técnico agropecuário da EMATER-MG, unidade de Dom Joaquim. Em 30 de novembro do mesmo ano, os associados da ASCAXAR e outros moradores de Ribeirão e Cachoeira reuniram-se com a finalidade de deliberar sobre a auto-definição como comunidade quilombola. Thiago e Maria Aparecida de Jesus Fátima, na época presidente da associação, explanaram sobre os benefícios do auto-reconhecimento e os tramites para a emissão do certificado. Todos os presentes registraram seus nomes na ata da reunião, totalizando aproximadamente 60 assinaturas manifestando concordância com a atribuição da identidade étnica ao coletivo mais amplo Quilombo ASCAXAR que então se formava. A Certidão de Auto-Reconhecimento como Comunidade Quilombola foi emitida pela Fundação Cultural Palmares em 19 de setembro de 2013.

Sobre o nome da comunidade quilombola, após a criação da associação a sigla ASCAXAR (Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão) se tornou uma identidade do grupo. Assim, ao solicitarem a certificação na Palmares, decidiram manter a mesma designação.

Quase todas as famílias de Ribeirão e Cachoeira mantêm uma produção agrícola destinada ao consumo doméstico, em geral, no sistema de parceria com fazendeiros porque não dispõe de terra suficiente. No início dos anos 2010, a ASCAXAR firmou um contrato com as escolas municipais e alguns agricultores passaram a fornecer alimentos para a merenda escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – do Governo Federal). Antes dessa recente produção destinada às escolas – seja das hortas e roças particulares ou da roça coletiva – não existia cultivo destinado à comercialização.

Com a substituição da agricultura (cultivados *na meia* ou *na terça* com os quilombolas) pela pecuária, as fazendas passam a contratar os lavradores como vaqueiros ou para *bater pastos*. O dinheiro que circula na comunidade provém basicamente desses serviços, das aposentadorias, de bolsas família, do trabalho temporário masculino em outras regiões (nos meses de abril a setembro, intervalo entre as principais atividades na roça) e, mais recentemente, do montante pago aos agricultores pelos alimentos fornecidos às escolas municipais.

Em função dos critérios da vigilância sanitária, os quilombolas podem apenas fornecer alimentos *in natura* para as escolas. Desse modo, os quilombola de ASCAXAR fornecem feijão, mandioca, abóbora, frutas e hortaliças. A farinha de mandioca e o milho que também produzem com maior abundância, seja o grão ou o fubá, não podem ser destinados aos estudantes, por serem processados. De todo modo, entre as diferentes lavouras cultivadas, o milho ocupa a maior parte das áreas plantadas pelos quilombolas, sendo 100% para consumo local. Várias das comidas da culinária típica local incluem o milho em seus ingredientes. Além de servir ao consumo humano - cozido ou como fubá -, o milho é essencial para a alimentação de porcos – principalmente – e outros animais, como vacas, cachorros e galinhas.

Apenas duas famílias, a de Aparecida (em Cachoeira de Baixo) e a de Dona Liquinha (em Ribeirão de Trás), filha e mãe respectivamente, possuem casa de farinha em suas residências. A maior parte dos quilombolas produz a farinha e o polvilho em parceria (*na meia*) com elas, mas principalmente com Aparecida, em função da idade de Dona Liquinha, com 82 anos. O únicomoinho de fubá que na comunidade, está instalado na casa de Dona Liquinha. Ele é movido à água e está disposto no curso do Córrego Ribeirão de Trás. Em função da escassez de água, funciona apenas no período das chuvas.

Cada um dos terrenos individuais na comunidade reproduz um padrão, composto por casa, quintal, roça de milho, roça de feijão, horta, paiol e chiqueiro. O quintal é o terreno próximo da casa no qual plantam cana, alguns pés de café e frutas. Como no entorno das casas as árvores frutíferas compartilham espaço com outras variedades de plantas, segundo o entendimento local não configuram um *pomar* (este definido localmente como um terreno plantado exclusivamente com árvores frutíferas). A roça pode ser cultivada no entorno das residências ou em espaços exclusivos (em geral, nas fazendas). Por “roça” os quilombolas chamam a plantação daqueles vegetais colhidos uma vez ao ano, portanto, tem-se roça de milho, de feijão, de arroz e, mais recentemente, de abóbora. No caso da mandioca, cujo ciclo demanda três anos, não se trata de uma roça e sim de um mandiocal (que como as roças, comumente é cultivado em terras de fazendeiros).

Algumas poucas famílias, possuem uma ou outra vaca para consumo doméstico do leite. Os donos das vacas costumam disponibilizar um pouco de leite para aquelas famílias com crianças pequenas. O animal é criado em *pastinho* próprio (uma minoria) ou arrendado. No segundo caso, o espaço (equivalente a um campo de futebol aproximadamente) custa, ao mês, o mesmo que a diária local paga a um trabalhador (hoje, R\$ 35,00). Esse valor é padronizado e reproduzido desde gerações passadas.

1.1.4 Comunidade Quilombola Cubas (Conceição do Mato Dentro)

COMUNIDADE QUILOMBOLA CUBAS

CARACTERIZAÇÃO GERAL

A Comunidade Quilombola Cubas está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (MG). Moram na comunidade aproximadamente cinco famílias quilombolas. Além das residências dessas famílias existem outras casas de propriedade dos quilombolas, mas que não vivem em Cubas. Já a região mais ampla conhecida como Cubas é composta ainda por propriedades de forasteiros (em torno de 10). O acesso à comunidade a partir da cidade de Conceição do Mato Dentro é feito pela rodovia MG-010, sendo 13 km em estrada asfaltada até o trevo para as comunidades quilombolas Buraco, Cubas e Três Barras. A partir do trevo, o trajeto é por via não pavimentada.

As crianças de Cubas com idade para cursarem da 1ª a 4ª série estudam na sede municipal. Um transporte escolar contratado por meio de licitação pela prefeitura municipal faz o traslado diário destes estudantes. (Demílson, quilombola de Buraco e presidente da associação quilombola entre 2014-2016 é o motorista contratado). Não existem em Cubas alunos matriculados no ensino médio.

HISTORIA

Em conversa com Geraldo Milim, sua esposa Dona Geralda (Didica) e seu filho Alexandre Assis, a história de formação do Quilombo Três Barras Bucaco e Cubas

é associada a outros episódios que não foram mencionados pelos moradores de Buraco ou Três Barras.

Alexandre Assis menciona a condenação ao enforcamento de escravos em Conceição do Mato Dentro, “porque haviam pisado o tapete da igreja dos brancos”. Cerca de oito escravos teriam sido condenados e destes, “quatro fugiram para Meloso, fizeram a volta e pararam no Mata Cavalo em Tijucal. Esse povo desceu. Uma escrava foi liberada em Candeias e casou pela região de Três Barras. Daí teria se formado Buraco, Três Barras e Cubas. O lugar chamado Meloso hoje é um eucaliptal da Cenibra. Ali os escravos fugidos do enforcamento em Conceição do Mato Dentro trabalharam com fundição. Candeias também tem relação com Cubas por casamentos entre escravos das duas regiões. No tempo dos antepassados os escravos trabalhavam com fundição de ferro numa Fazenda chamada Cubas.” (Alexandre Assis, 2015).

Com relação ao nome da comunidade, uma vez que existiu nas proximidades uma fazenda escravocrata chamada Fazenda Cubas, pode-se supor que o nome do quilombo está de algum modo relacionado. Sobre a origem do nome da comunidade, Didica comenta: “Eu não sei... Primeiro eles falavam que [aqui] era Lavrinha, mas depois eles dizem que Lavrinha é lá e Cubas é aqui. Mas esse trem é errado porque Cubas é uma fazenda que tem pra lá do outro lado do rio. Daqui pra lá é uma meia hora. Que era onde tinham os escravos.” Quando questionada se o lugar onde ela mora já pertenceu à Fazenda Cubas ela responde que, “Uns dizem que foi, outros dizem que não”.

Conforme será descrito a seguir, os *antigos* moradores de Cubas lembrados foram da família do padrinho de Didica, da família do pai de Didica, da família ascendente de Geraldo Milim, além dos nomes ‘Jonguinho’ (talvez João Guinda), ‘Tinori’ (Joaquim Tenório), Joaquim Luize Zé Maria.

Sobre a relação entre os ancestrais de Didica e a Fazenda Cubas ela conta que seu pai “trabalhou lá na fazenda dos escravos [...] Mas acho que [na época que ele trabalhou nessa fazenda] eles [os escravos] já tinham sido libertados. [...] Ele [o pai de Didica] era moreno, a mãe dele que era pretinha. Eu acho que nem a mãe, era a avó dele. Eu não conheci minha avó... [E sabe dizer se sua bisavó foi escrava

nesta fazenda?] Ah, eu não sei se foi. Mas acho que foi.

Didica e Geraldo Milimmoram em uma área recebida por ela como herança de seu padrinho Cassiano Costa. Essa área é contígua a um terreno que pertenceu a Santina Costa, irmã de Cassiano, e hoje pertencente (ao menos uma parte) a uma família de Sete Lagoas. Cassiano e Santina são filhos de Antônio Costa, que foi quem doou o espaço para a construção da capela e também o responsável pela sua construção. A capela fica a poucos metros da casa que foi de Santina.

Zé do Olímpio, 78 anos (quilombola de Buraco), supõe que na origem de Cubas existam parentes descendentes dos antepassados de Buraco, mas não sabe dizer precisamente. Zé de Olímpio apontou ainda um homem chamado Jonguinho (talvez João Guinda) que morreu com mais de 100 anos; um ‘Tinori’ (Joaquim Tenório) que morava “no rumo de Tabuleiro, no alto da serra”. Esses seriam os mais antigos moradores da região de Cubas, segundo Zé de Olímpio.

Sobre Jonguinho, Dona Didica completa que ele “era dos escravos”, que morreu no início dos anos 1980 e que é pai de ‘Dezinho de Anita’. Anita mora em Cubas e é viúva de um homem que é tanto primo de Didica como de seu esposo Geraldo Milim.

Didica também se lembra de ‘Tinori’: “Aqui morava um escravo. [*Onde?*] Ele ficava mais na casa dos outros, mas morava ali em cima, na serra ali. [*A senhora conheceu?*] Conheci, ele era até padrinho da minha irmã. Um tal de Tinori. Eu lembro dele, eu estava pequena mas eu lembro. [*Ele era idoso?*] Era. Ele era dos escravos mesmo. Ele saiu e ficou aqui. [*Essa terra era dele?*] Acho que ganhou dos donos daqui. Que essa terra era deles, aí em cima também. Que deram a ele um lugarzinho pra fazer um ranchinho aí. Ele morava sozinho.”

Ainda sobre os *antigos*, Didica se lembra vagamente de um homem chamado Joaquim Luiz, que segundo ela “este também era dos escravos; morava do outro lado do rio. A bizavó do Geraldo também era dos escravos. Esqueci o nome dela. Acho que era parente desse Joaquim Luiz.”

Sobre o local de moradia dos pais de Geraldo Milim era do “outro lado do rio ali. Acho que eles ganharam na época. Me parece que eles ganharam. [*De quem?*] Uai, desses escravos antigos que tinham. [...] Acho que dos donos, né. Um negócio

assim... Tinha também um tal de Zé Maria. Ele já não era negro mesmo. Mas acho que o pai era dos escravos.”, relata Dona Didica.

Além dos parentes ascendentes de Geraldo Milim, da família de Antônio Costa (pai de Cassiano e Santina), dos outros escravos ou seus descendentes citados, Dona Didica também conta que em Cubas “moravam uns que eram parente do meu pai.”

Mais recentemente na localidade houve uma migração intensa, há cerca de 15 anos. Antes dessa evasão volumosa, Cubas era “uma comunidade de verdade”, comenta Didica, “tinha campo de bola, escola, boteco, a reza na igreja ficava cheia”.

A região conhecida como Cubas é cortada pelo Rio Cubas. Lá não vivem apenas parentes, mas também “gente de fora”. Entre as casas de pessoas com parentesco com o casal Didica e Geraldo Milim foram citadas as seguintes: a do próprio casal; de Silvana (sobrinha de Geraldo), a de Zélia (irmã de Geraldo), a casa de Maria Helena e Cassimiro Júlio (os pais do Geraldo que hoje moram em Conceição do Mato Dentro); a de Matusalém (irmão de Geraldo); a de Tânia (irmã de Geraldo que construiu uma casa, mas não mora em Cubas); e a de Anita (cujo falecido esposo é primo de Didica e de Geraldo).

Os outros moradores da região mais ampla chamada Cubas e que foram citados são: os Carneiros (uma família *antiga* que vive na Fazenda dos Carneiros); Laerte (que herdou um terreno de sua mãe); Nunes (“de fora”); Osvaldo (vindo de Sete Lagoas e que comprou a casa que foi de Santina Costa); Mariano (vindo de Venda Nova/BH); Milton (vindo Venda Nova/BH); Valnei (que é de Conceição, onde mora; em seu terreno há apenas um barracão); Jácaré (também “de fora”); e outro morador sobre o qual não souberam dizer o nome ou a origem.

Episódios de perda de terras foram narrados em Cubas, casos de fazendeiros que adquiriram terras dos quilombolas em troca de mantimentos, nos tempos difíceis. Transferiam então partes de suas terras de herança para conseguir gêneros de primeira necessidade – alimentos, remédios, condução para tratamento de saúde; pagamento de tratamento de saúde.

Por volta do final de 2015, umas das famílias quilombolas de Cubas foi multada pelo “pessoal da ambiental”, acusada de desmatamento por preparar a terra para

plantio em uma área que há anos destinavam às suas roças. Este terreno é localizado em uma fazenda onde plantam em parceria com o proprietário.

1.1.5 Comunidade Quilombola Mato do Tição, Matição (Jaboticatubas)

Essa comunidade tem uma história longa que envolve *antepassados*, *antigos*, *velhos* e *novos*, conforme costumam falar. Suas experiências conectam habilidades, promessas, compromissos, *fraquezas* e *fortalezas* que ocupam um território de comunhão onde a descendência, a herança e a ancestralidade são importâncias enfatizadas. A comunidade quilombola de Mato do Tição (também chamada de Matição) é situada em Jaboticatubas, a cerca de 4 km da sede desse município.

Jaboticatubas pertence à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Jaboticatubas é um município que abrange cerca de oitenta por cento da área total do Parque Nacional da Serra do Cipó, região de reconhecida relevância socioambiental, paisagística, cultural e turística. Sua distância até a capital é de 63 km. Sua área é de 1.113,774 km²; a população era de 17.119 habitantes conforme o Censo IBGE/2010; a densidade demográfica era de 15,37 hab./km² conforme fonte IBGE/2008. Os municípios limítrofes são Itabira, Itambé, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Baldim, Lagoa Santa, Santa Luzia, Santana do Riacho, Taquaraçu de Minas, e Nova União.

O município teve origem com a sesmaria doada em dois (02) de novembro de 1716, pelo Governador D. Braz Baltasar da Silveira ao Ermitão da Caridade Félix da Costa. A doação dessas terras condicionava-se ao compromisso de servirem para a manutenção da Ermida de Macaúbas. Ao redor dessa ermida, construíram-se fazendas de gado. Por volta de 1858 o povoado já consistia num arraial – nomeado Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Em 1938, o arraial foi promovido e regulamentado como cidade.

Consta que boa parte da economia do município gira em torno de atividades ligadas à pecuária, à monoculturas agrícolas e à mineração, além da exploração do turismo – há muitos sítios e chácaras ‘*de final de semana*’, pousadas e

hospedagens campestres. A sede de Jabó (de onde o quilombo dista 4 km) apesar de não abranger as atrativas cachoeiras da Serra do Cipó, enfoca o turismo de temporadas e finais de semana. Na cidade conta-se com uma escola municipal e uma estadual, onde as crianças e jovens do Matição estudam durante a semana, e um hospital público¹¹.

Atravessando-se a sede em direção ao distrito de São José de Almeida, a cerca de 2 km do centro da cidade, na altura do Bairro Santo Antônio, avista-se uma placa, à esquerda, indicando a 'Comunidade Quilombola Mato do Tição' (instalada com apoio da Fundação Cultural Palmares, após o processo de certificação do autorreconhecimento quilombola).

Matição é uma comunidade de parentes, ligados por consanguinidade, afinidade e inclusive adoção¹². A 'família extensa' é descrita pelos anciãos¹³ como descendente de índios e negros. Daí eu me referir a eles, em algumas ocasiões, como afro-indígenas. Os atuais moradores são, em sua maioria, filhos, netos e bisnetos do casal Benjamim de Siqueira e Josefa Basílio dos Santos. Vão de *velhos* na altura dos seus 90 anos (como Dante Isaías de Siqueira) a bebês que ainda não completaram um ano de vida.

atuais anciãos. Esses são *os irmãos Siqueira*, filhos do casal Josefa Basílio dos Santos e Benjamim de Siqueira: Dante Isaías de Siqueira (94 anos), Divina de Siqueira (87), Badu (Sílvio de Siqueira, 83), Bina (Sílvia de Siqueira, 83), Isaura de Siqueira (80) e Nilse de Siqueira (72)

Nas falas dos anciãos, podemos extrair uma classificação geracional, que distingue a '*nossa gente*' ou '*nosso povo*' de Matição entre '*novos*', '*velhos*', '*antigos*' e '*antepassados*'. Os novos (*povo novo*, ou *povo d'agora*) são os descendentes de terceira e quarta¹⁴ geração de Benjamim de Siqueira, que é considerado o fundador da *comunidade*. Os filhos de Benjamim são os *velhos*, atuais anciãos.

¹¹ <http://www.jaboticatubas.com.br/>, e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaboticatubas>, acessados em 07 de agosto de 2013

¹² Existe uma criança adotada no quilombo, vinda de *fora da comunidade*. E há também amigos e vizinhos em diversas situações *adotados* como da família ou parte da comunidade.

¹³ Refiro-me aqui a Dante Isaías de Siqueira (90 anos), Divina de Siqueira (82), Sílvio de Siqueira (Badu, 79), Sílvia de Siqueira (Bina, 79), Isaura (76), Nilse de Siqueira (68).

¹⁴ Existe uma quinta geração, de trinetos, de Benjamim e Josefa que são bebês ou crianças muito jovens cuja participação na vida da comunidade ainda não é destacada de forma significativa nas conversas e narrativas.

Antigos são os parentes da geração de Benjamim; e *antepassados* são aqueles de gerações anteriores, os escravos negros e índios que começaram a povoação do lugar. O texto que se segue apresenta os percursos da gente de Matição por meio de alguns fios da sua história que será narrada usando essa classificação.

Segundo uma classificação feita por Marilene Gonçalves dos Santos, atual presidente da associação quilombola de Matição, contam-se em 2017 na comunidade 32 residências habitadas por 38 famílias. Sob esse ponto de vista, 'família' está sendo considerada como um núcleo composto por pai, mãe (ou só pai ou mãe) e filhos. Essa perspectiva é a adotada para uma representação oficial do quilombo frente a instituições públicas, especialmente a título de instrução do INCRA, no que se refere ao cadastramento de famílias para referenciamento da futura titulação fundiária do quilombo. Conforme essa representação, as casas que abrigam mais de uma família são aquelas onde habitam mais de uma mãe com seus respectivos filhos, sem a presença do pai (pois não há casos em Matição de casais que continuam morando na mesma casa que os pais de um dos cônjuges; nem casos de pai solteiro ou divorciado que cria seus filhos morando junto de seus próprios pais ou de seus sogros). Essa definição não coincide com outras noções de família para o povo de Matição.

A *família* (extensa) *Matição* (que inclui os primos, tios, cunhados, sogros, avós, netos) vive em um território físico¹⁵ de cerca de três hectares, dividido em partes distribuídas entre cada um dos irmãos Siqueiras – que eram vivos e habitavam Matição na década de 1980, quando conseguiram a regularização fundiária, por direito de usucapião¹⁶, da área habitada pelos herdeiros da terra de Benjamim, que *tinha uma documentação*.

Cada filho de Benjamim ocupou uma parte de terreno, recortado em trechos

¹⁵ Ver desenho da ocupação atual em Matição, trabalho de Adriana, esposa de Lindomar João dos Santos (já referido) e professora do cursos de educação para jovens e adultos vigente na comunidade em 2011 e 2012.

¹⁶ Usucapião ("adquirir pelo uso") é o direito que um cidadão adquire por possuir coisa móvel ou imóvel como se fosse sua, contínua e incontestadamente, decorrente do uso por determinado lapso temporal. Para que tal direito seja reconhecido, é necessário que sejam atendidos determinados pré-requisitos previstos em lei. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Usucapi%C3%A3o>

paralelos¹⁷, vizinhos uns dos outros. Na medida dos casamentos, ao redor do núcleo familiar mais antigo de cada trecho – que é a casa de um ancião *Siqueira* –, seus descendentes (filhos e netos) foram construindo novas habitações até o esgotamento do espaço disponível, obrigando os últimos que se casaram a buscar moradia em outro lugar¹⁸.

Configurou-se assim um território ocupado por núcleos habitacionais, a que chamam de *parte*, cada qual de um *Siqueira* ancião, com seus respectivos descendentes ao redor, na medida da condição de ocupação. Nessas *partes*, partilhar comida, dividir os cuidados com as crianças, doentes e idosos, cuidar da limpeza dos terreiros e quintais, colher nos pomares, pequenas lavouras e hortas, abastecer a caixa d'água de cada casa, são tarefas frequentemente compartilhadas ou intercambiadas, que compõem a vida e reforçam os vínculos dos parentes mais próximos, no dia a dia. Acontece também o compartilhamento ou troca de cuidados e atividades entre parentes de núcleos habitacionais diferentes – *gente da parte de Divina com o povo da parte de Nilse*, por exemplo. Mas não há a mesma expectativa e responsabilidade nessas partilhas entre parentes de partes distintas, comparando-se àquela presumida entre parentes da mesma parte. Nos núcleos habitacionais, a mutualidade é praticamente uma prescrição, mais ou menos declarada e, ainda que não seja sempre atualizada – o que ocorre com frequência –, sua falha é notada e criticada em diversas ocasiões.

A história da comunidade Mato do Tição é intimamente vinculada à escravidão em Minas Gerais. Segundo relato de Divina de Siqueira (antiga descendente que mantém consigo uma rica memória sobre a história da comunidade), no período escravista, os negros cativos eram forçados a constantes mudanças, quando eram sucessivamente vendidos para senhores de diferentes regiões. Conforme essa dinâmica, alguns ancestrais da família Siqueira – Constança, Pedro e Rita Basílio – foram transferidos para a posse do coronel Chico Alves, proprietário da Fazenda de Baixo, situada nas proximidades do atual sítio de Mato do Tição. Após a

¹⁷ Cada trecho mede cerca de 20 metros de frente por 120 metros de extensão, aproximadamente. O limite da frente é a Rua Benjamim de Siqueira – estrada de terra; o limite posterior é o Córrego Matição.

¹⁸ Os jovens que se casam atualmente precisam sair – comprar lotes ou alugar casas em outros lugares – porque não há como construir próximo de seus pais, o que era costume, dentro da comunidade.

abolição, os ex-escravos receberam desse senhor as terras que passaram a habitar e onde promoveram a ampliação do seu núcleo familiar.

Essa terra adquirida foi progressivamente violada, devido uma frágil condição de posse pelos quilombolas de Mato do Tição. Depoimentos de antigos descendentes descrevem a perda de parcelas da terra em função da dificuldade em cercar o Sítio (conta-se que “*não havia condições nem para comprar arame*”¹⁹), e mantê-lo seguramente sob o domínio da família Siqueira. Eram complicadas e tensas as relações entre os quilombolas e os forasteiros (com maior poder político e econômico) interessados na sua terra. Como no passado escravista, os negros se confrontavam com as violências de uma sociedade cuja estrutura, na passagem do trabalho escravo para o livre, mantinha suas bases de injustiça e opressão.

O sítio de Mato do Tição, incrustado entre serras, ocupa uma área de três hectares. Sua parte habitada corresponde ao vale que é cortado pelo córrego Chico Matias [córrego Matição] que é junção do Chico Matias com Matição. Os fazendeiros que hoje vivem no seu entorno chegaram à região há cerca de 50 anos e ocuparam terras que eram destinadas ao plantio de roças para o sustento da comunidade [mais de cinquena...ou d. Divina já era casada quando Zé Capão roubou a terra]. O direito de usucapião do território restante dessa progressiva ocupação, já foi reconhecido oficialmente em nome dos Siqueira.

Mato do Tição era, no passado, um sítio muito isolado dos povoamentos em processo de urbanização. As condições para a sobrevivência da comunidade eram relativamente precárias. Uma das características marcantes era a falta de iluminação. Conforme algumas versões mais recorrentes, a origem do nome Mato do Tição é justamente uma referência às tochas (tições) que os negros, *moradores daquele mato* entre serras, acendiam para se aquecer e para iluminar os caminhos por onde *trançavam* durante a noite. O tição aceso passou a ser uma imagem característica daquele lugar, e era então referido pelos estrangeiros como: “lá no mato onde tem tição”, “lá no mato do tição”, “lá no Matição”. [curioso é a comunidade ser uma das que preserva a fogueira, na região]

¹⁹ Pereira, Edimilson de Almeida. Gomes, Núbia Pereira de Magalhães. *Mato do Tição; Relicário dos Negros*. Fl. 0209.

Há cerca de cinquenta anos o *povo de Matição* têm sido dependente da área urbana da sede de Jabó (a *rua*) e de algumas localidades rurais do município, onde uma parcela dos homens e algumas das mulheres trabalham. A *rua* também é o lugar onde fazem as compras de mantimentos e utensílios; onde acessam atendimento médico a saúde; serviços de transporte para Santa Luzia, Lagoa Santa, Belo Horizonte; agência bancária; correio; 'lan house'; salões de beleza; e as escolas.

Até cerca de cinquenta anos atrás, a maioria dos moradores de Matição era de trabalhadores rurais – não exclusivamente nas próprias terras (já que essas foram bastante reduzidas, espoliadas por latifundiários), mas nas grandes fazendas da região, a maioria delas remanescentes do período da escravidão, onde seus ancestrais foram escravizados. Nessas fazendas, atualmente alguns homens são empregados por dia, por tarefa ou empreitada, para roçar, zelar por animais, consertar estruturas e equipamentos.²⁰

Atualmente, poucos homens se ocupam com a agricultura familiar, trabalhando mais em serviços de capina, de vaqueiro, ou como zeladores de sítios, chácaras e fazendas locais. Muitos são operários da construção civil (pedreiros), *fichados* nas obras de condomínios que progressivamente se instalam na região, ou trabalham *por dia* ou *por empreitada*. Curiosamente, esses termos são os mesmos usualmente adotados no contexto dos trabalhos na roça, que eram, há poucas gerações, os únicos exercidos pelo povo de Matição. Usam inclusive, nesse novo contexto das obras, a expressão *troca de dia* quando, acordada a parceria, um companheiro substitui outro durante a execução de uma obra de construção civil.

As mulheres da comunidade, em maioria, trabalham em suas casas, eventualmente realizando alguns serviços fora. Algumas geram renda com a fabricação e venda de doces e salgados, dentro e fora da *comunidade*. Outras trabalham como faxineiras diaristas, ou empregadas em condomínios e hotéis fazenda das proximidades, ou em uma fábrica de costura, próxima ao quilombo. Uma é agente de saúde. Outra atuava como professora de um projeto de ensino para jovens e adultos, em 2012. Revezam entre si os cuidados com as crianças e

²⁰ Essas fazendas e sítios – que chamam de Fazenda das Minhocas, Fazenda de Baixo, Fazenda de Sebastião Fernandes, Fazenda de Antônio d'Olaia – são lugares de memória para os 'velhos' e marcos territoriais para futura demarcação do quilombo.

com os mais idosos. Alguns (poucos) desses cuidados são remunerados.

É recente na história de Matição o aumento do número de alfabetizados (em sua maioria crianças e jovens; e agora também senhores e senhoras envolvidos no projeto supracitado). Praticamente todas as crianças e as mulheres jovens estudam. Há algumas exceções entre os homens. Não há escola local e para tanto contam com o serviço de transporte escolar, em dois períodos do dia, oferecido há cerca de 10 anos para a comunidade.

Nas atuais moradias, muitos cultivam hortas, pomares e, em menor proporção, pequenas roças de milho, café, urucum e mandioca, em áreas pequenas no entorno das casas. Ao fundo dos terrenos dos Siqueiras corre um estreito córrego, chamado de Córrego do Matição, margeado pelo *mato* que hoje é um remanescente ínfimo da vasta flora que ocupava o lugar – com muitos coqueiros macaúba e importantes *remédios*, conforme eles denominam as espécies vegetais do mato e do campo cerrado que têm agência curativa.

Matição padece de falta de espaço e essa percepção é geral entre os moradores. Até mesmo a capela – espaço usado para funções diversificadas, além das celebrações religiosas – é considerada ainda precária para o atendimento de suas necessidades. Os moradores sentem necessidade da construção de um espaço maior e melhor estruturado, embora não haja áreas disponíveis dentro do quilombo na atualidade.

O *povo* se organizou em associação quilombola em 2004, quando foi aberto um processo para regularização fundiária e retomada de seu território tradicional, sob a liderança de Lindomar João dos Santos, o Dó. O processo de identificação e regularização dessas terras ainda não foi iniciado pelo Incra/MG, mesmo depois de formalizada a autodeterminação da *comunidade* como *remanescente de quilombo* – certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2006.

O quilombo é frequentemente procurado por estudantes em geral, pesquisadores, educadores, artistas e jornalistas²¹. A comunidade foi pesquisada por poucos numa perspectiva antropológica. Entre as décadas de 1980 e 90, houve maior

²¹ Há diversos registros e reportagens feitos sobre as principais festas de Matição, lançados na internet. Nas referências bibliográficas inserimos alguns endereços de acesso a esses registros.

divulgação por dois pesquisadores em literatura e cultura popular, os professores Núbia Gomes e Edmilson Pereira²², da Escola de Letras da UFJF. Suas publicações, relativamente bem difundidas, enfocaram a ‘história da comunidade’ e os aspectos que chamaram de ‘*resistência cultural*’: as *rezas*, *festas*, *costumes*, a *religião* e o *candombe*²³. Já nos anos 2000, Matição foi brevemente pesquisado por um antropólogo, Djalma Antonio da Silva, padre (que já atuava no quilombo em função de sua designação religiosa) e doutor em antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Destaca-se na representação oficial (nas produções acadêmicas supracitadas e nas reportagens administrativas ou de mídia do âmbito municipal e estadual) de Matição sua identificação como comunidade remanescente e extraordinariamente religiosa. Várias são as publicações (de artigos em jornais a livros sobre folclore) como uma ‘*reliquia do sagrado*’. Essa representação enfoca principalmente a excepcionalidade do candombe e das principais rezas e festas da comunidade. Durante o *São João*, realizam o antigo ritual de *passar nas brasas* da fogueira desmanhada no terreiro da casa de Divina. Devotos caminham sem se queimar demonstrando o “poder da fé” (ritual que já foi bastante comum em muitas localidades rurais de Minas Gerais, e que tem, progressivamente, se extinguido, sendo ainda praticado em Matição). Esse acontecimento extraordinário já foi fartamente documentado em fotos e vídeos por gente com motivações de toda sorte, para TV ou em registros da Secretaria Municipal de Cultura de Jaboticatubas.

Matição é um *lugar*, uma *família* e uma *comunidade*. Família e comunidade começaram, mais tarde, no lugar onde já havia a povoação *dominada* pelos antepassados, negros e índios, provedores das terras em que se firmou um território²⁴: *esse Matição todo... que antigamente era Tança, Pedro Basílio, Rita: os escravos... Eles ganharam alforria e ficaram aqui. São esses os libertos. Foi por conta deles que libertaram isso tudo.* (Nilse de Siqueira)

²² GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida, 1992,2000,2004.

²³ Cf.

²⁴ Território que é físico e existencial, como apontado na ‘Introdução’ e conforme pretendo descrever, ao longo da dissertação.

o *cerne* da comunidade²⁵ começou com o casamento entre Benjamim de Siqueira e Josefa Basílio dos Santos gerando onze filhos, além de dois primeiros, de um casamento anterior de Benjamim ²⁶ considerado o *pé da família toda*, pois antes não havia família, apenas a *povoação de gente* (Nilse).

'Da parte de Josefa', os antepassados foram escravos africanos, trocados por animais²⁷, submetidos a um deslocamento forçado da região da Serra do Cipó²⁸, chamada Capão Grosso, para a antiga Fazenda de Baixo, que abrangia o lugar onde formou-se Matição. Tia Tança, sua irmã Rita e outros irmãos foram deslocados traçando um caminho de nova diáspora – depois da africana –, mantendo na memória a ligação de parentesco com o povo do Quilombo do Açude.²⁹ Tança falava muito [de uma] irmã que ela deixou na Serra do Cipó [de quem] ela sentia muita saudade... Morreu sem ver essa irmã³⁰... Porque não sabia o caminho de volta... Não tinha estrada aberta nesse tempo: era um mataréu... Quando abriu a estrada [Tança] já tinha falecida... Ela morreu com 115 anos!!! (Nilse)

²⁵ Aquilo mais resistente que não acaba. A respeito da cabiúna, na 'saudação do mundo', Divina, comentara que o *cerne* não acaba nunca: *é madeira!* 'Madeira!' também é uma qualidade e uma presença evocada para exaltar a força dos tambus durante um *candombe bom*: *'Êeee madeira!!!'*. A presença de Benjamim, Tança e outros parentes marcantes na história de Matição *não acaba nunca* enquanto os descendentes fazem questão de lembrar seus nomes e feitos, hábitos e afetos aos quais a *gente* dali se *apegou* e segue refazendo como *uma missão*.

²⁶ Edite e José, são os filhos de um primeiro casamento de Benjamim que ficou viúvo [ver diagrama genealogia anexo II, fig. 42 p. 150]. Os onze filhos de Benjamim e Josefa, os irmãos *velhos Siqueira*, já foram listados.

²⁷ Assim se refere Nilse para descrever, com revolta, que alguns dos antepassados foram adquiridos em transações comerciais, realizadas por vezes a troco de animais, citando inclusive, possivelmente como exemplo uma *leitoa magra*.

²⁸ A área de Jaboticatubas onde está localizado Matição é considerada, atualmente, principalmente por um apelo turístico, como região da Serra do Cipó. Mas parece que antes desse interesse do mercado, Serra do Cipó era mais amplamente reconhecida como uma região mais distante, mais próxima ao Rio Cipó, onde hoje identifica-se, por exemplo, o distrito Cardeal Mota, onde se localiza o Quilombo do Açude. Portanto na fala dos velhos é comum referirem 'lá no Cipó [na Serra do Cipó]', em vez de 'aqui no Cipó'.

²⁹ O escravos, *da parte de Josefa*, eram do *mesmo povo* cuja outra parte foi mantida na Serra do Cipó povoando, mais tarde, o que hoje é o Quilombo do Açude, comunidade famosa por seu candombe, já certificado pela Fundação Cultural Palmares. *O Quilombo do Açude tem a história mesma nossa. São os mesmos escravos... Porque era uma irmã da Constantina que ficou por lá e a comunidade lá cresceu na descendência dela.* (Divina) *Agora que a gente convive. Agora é que nós ficamos conhecendo eles. Teve um encontro 'de cultura de raiz' que foi quando a gente descobriu. Lindomar [filho de Nilse] foi nesse encontro e descobriu que era a mesma história que eles tinham e que nós tínhamos. Era do mesmo povo!!! Tia Tança falava muito nessa irmã que ficou lá na Serra do Cipó... Agora que nós vimos que é o mesmo povo... é a mesma história e o mesmo povo* (Nilse).

³⁰ Essa irmã, jamais vista novamente por Tança, e de quem os velhos do Matição não se recordam o nome, era a mãe de Dona Mercês, atual matriarca do Quilombo do Açude.

Mesmo depois de 'libertado' o povo de Matição continuou trabalhando na Fazenda de Baixo³¹, sob outras modalidades de relação, onde moraram, ainda por muito tempo, vários de seus parentes. *O povo da Fazenda de Baixo é o mesmo povo nosso: é conterrâneo. Lá é onde era a senzala. A mesma distância que tem daqui [de Matição] [até] na cidade tem [de] lá [até Matição]*³². (Nilse)

A gente trabalhava na Fazenda de Baixo. Nessa fazenda era um movimento! De serviço de [fabricação] cachaça. De tudo lá. Tinha a Fazenda de Baixo e tinha a Fazenda de Cima... Minha mãe [Josefa] foi criada na Fazenda de Cima [uma parte da Fazenda de Baixo]: quem tomava conta era Henrique Nogueira. Não é pertinho não, mas não é longe, longe, longe também não. Que é lugar que a gente ia todo dia... Todo dia a gente trabalhava lá. Fazia roça do lado de lá, ou lavava roupa numa casa lá. Pertinho da casa onde minha mãe foi criada. Não é longe nem pertinho... Daqui lá é mesmo daqui na rua, mas mais longe um bocadinho. (Divina)

Minha mãe era índia, mas era negra escrava³³ da Serra do Cipó. [Mas] Até que chegou lá na Serra do Cipó eles vieram foi da África...Eles eram escravos.... Depois é que eles foram vendidos de lá [Serra do Cipó] pra aqui...na Fazenda de Baixo. Meu pai veio conhecer [minha mãe] foi aqui na Fazenda de Baixo...(Nilse). Essa Fazenda de Baixo era muito grande! Ia até [onde hoje é a sede de] Jaboticatubas³⁴...Tem um capão grande mesmo e tudo era deles... de Chico Alves: Caiana... Um lugar chamado Bicame³⁵... Eles eram donos de quase metade do mundo!!! Homem que comprava gente por toda parte. Comprou gente de toda parte depois ficou apertado com eles e

³¹ Rosilene Aparecida dos Santos (a Rosa, filha de Nilse e neta de Benjamim), bem como sua irmã mais nova, há *no máximo 10 anos atrás*, foram domésticas – *bastante maltratadas* por sinal –, de uma família descendente direta do antigo senhor Chico Alves, proprietário da Fazenda de Baixo no período da escravidão. Rosa relata que quando se deu conta de quem eram seus patrões, o que foi lembrado por sua mãe, sentiu *nojo e mais raiva ainda* pelos maltratos que sofria. Não continuou no trabalho, nem permitiu que a irmã continuasse.

³² Cerca de 5 km de distância.

³³ Nessas narrativas, escravos negros e índios são referidos como índios, *gente índia, do mato*, até onde compreendi, por contraste como o *tipo de gente* de modo de vida de branco, civilizado, *da rua* ou das fazendas que povoavam a região no *tempo dos antepassados*.

³⁴ A sede de Jabó é referida pelos velhos simplesmente como Jabó, ou Jaboticatubas. Soa como se Matição fizesse parte de 'um fora', de um outro lugar, quando administrativamente é parte do grande município Jaboticatubas. Informação que eles atualmente não ignoram, mas que não altera o modo de se referirem a esses dois lugares – marcadamente diferenciados, pelas suas qualidades e relações.

³⁵ Povoados rurais, relativamente próximos de Matição, com cujos moradores mantiveram intercâmbios de rezas e festas e houve alguns casamentos – Nilse (de Matição) com João de Ilaro (de Caiana); Badu (de Matição) com Dica (de Caiana), Isaura (de Matição) com Antônio (de Caiana), pelo menos.

teve que repartir a terra pra cada um, pra eles não ficarem à toa. (Dante)

Dante e Divina contam da ‘abolição da escravatura’ quando os escravos ficaram sem saber o que fazer, sem ter aonde ir, perambulando, sem o quê comer. A mercê da *piedade* dos fazendeiros que vez ou outra *davam comida aos negros*. A doação de uma parte de terra, por Chico Alves, ao *povo de Josefa*, teria sido uma tentativa conveniente de resolução do ‘aperto’ com esse gentio ‘à toa’.

O senhor libertou eles, mas tinha saudades deles, porque precisava deles. Precisava porque fazenda sem trabalhador não tinha jeito de se mexer com nada. Aí eles, que eram acostumados lá... então ele combinou com eles que era para eles continuarem trabalhando lá, que dava para eles um pedaço de terra. Então, eles ficaram trabalhando para ele. (Dante) Quando venceu a forria, venceu a batalha de ser escravo, né. A ocasião da libertação... Eles falavam ‘forria’. Venceu o tempo e eles ficaram por aqui... Ficou sem ter aonde ir, ficou lá, ficou lá, ficou lá. Eles não podiam ficar mais na fazenda, tinham que ter casa para ficar cada um no seu lugar... Aí ficou lá na beira de porta do sinhô mesmo... onde eles dormiam. Chico Alves não podia ficar com eles mais porque já era liberado, libertado. Então não podia ficar. Mas ficou lá mesmo. Até que o dono Chico Alves comprou pedaço aqui do lado e pôs eles pra morar. Então Chico Alves comprou aquele pedaço ali – ali desce um córrego. Chico Alves comprou esse pedaço de terra, que vai até a outra grota de lá. Comprou pra colocar a minha avó e os meus tios nessa terra. Deu eles a terra. Mas a pessoa que é escravo, foi escravo, não entende as coisas direito. E aquela terra ali que era dos herdeiros [de quem] era escravo... não tinha documento deles... Então um dono comprou pra lá, comprou a Fazenda de Baixo, comprou o capão lá fora... e aqui eles aproveitaram e montaram na terra (Divina). Porque teve o tempo da miséria, quando libertou os forro. Passou oito anos sem chover. Quando libertou os forro teve miséria demais. Eles tiveram que ir atrás do senhor deles pra eles num morrer. Não tinha onde plantar. Não tinha plantação deles... Não tinha o que comer... Eles comiam antes era na fazenda... As comidas de escravo. Depois que venceu a escravidão... como é que eles iam comer? Eles voltaram de novo outra vez pra fazenda do sinhô conseguir o que comer. (Dante) Tia Tança falava “tudéia do olho pelado!” [riso] Ela falava: “Ô isso é do tempo da tudéia do oio pelado!” (Nilse) Era isso mesmo... a miséria que eles passaram!!! Ninguém tinha nada pra comer. Quando libertou... o filhos do

senhor falaram com o pai: “Pai esse povo...o senhor libertou eles e ficou dando o que comer. E se eles não são escravos mais agora eles tem que comer por conta própria”. Mas eles não tinham nada... não tinham com o quê, a sobrevivência deles. Que eles agora não eram escravos mais... Eles agora tinham de aprender a viver do jeito deles. O filho do senhor disse que se eles não tinham que trabalhar mais... Não tinham que ganhar de comer... que eles tinham que aprender a viver às custas deles. Foi quando eles ficaram passando fome e comendo ramo do mato... Porque eles não tinham uma roça deles... Não tinham terra deles. A terra era dos fazendeiro... os fazendeiro... deu pra eles lugar pra eles plantar. Mas não era tempo de planta. Até que eles fossem plantar pra colher... Eles já tinham morrido tudo de fome. Morriam de fome. (Dante)

Dentre os antepassados de Josefa, mãe dos atuais anciãos do Matição, a tia Tança foi uma pessoa de maior importância para a formação da comunidade naquilo que se firmou dos saberes africanos e das experiências do êxodo e da escravidão.

Quando eles libertaram o povo, tia Tança foi a única que ficou sem direção...Então ela foi morar com meu pai [Benjamim]. No ela morar com meu pai, ela que ajudou, sendo tia nossa, ficou ajudando a nos criar. A gente tinha ela como mãe também. Ela tinha uma história muito bonita. Ela contava a história toda: que ela sofreu muito, foi escrava, trabalhava em roça e não tinha horário... Não tinha espaço nem para comer. Comia era em pé. Portanto que ela, esses anos todos que ela conviveu com a gente, a gente não via ela sentar para comer nem tomar café, não. Ela comia era em pé...caçando uma vassoura pra limpar um sujo... um trem...Ela não tinha assim... igual a gente chega e senta pra comer uma coisa não...E ela não sabia comer nem com garfo e nem com colher...Porque eles comiam é com a mão...

Josefa era sobrinha de tia Tança e filha de Rita Basílio dos Santos com João – esse, escravo vindo de Pinhões³⁶ (a quem, às vezes, se referem como ‘Joaõ Francisco Machado’ – assim referido por Nilse –, ou como ‘João Pereira’ – referido por Dante –, ou como ‘João Francisco dos Santos’ – referido por Divina). Rita e João tiveram sete filhos³⁷ mas casaram-se muito tempo depois, por *questão* de Benjamim que, já esposo de Josefa, providenciou a cerimônia na igreja, formalizando a união dos

³⁶ Pinhões também é um quilombo atual, localizado no município de Santa Luzia, no caminho entre Belo Horizonte e Jaboticatubas.

³⁷ Josefa, Josefina (gêmea de Josefa), Vital Pereira, Isar, João Basílio, Cesarina (ou Cesária), Lerinda.

pais da sua esposa, conforme considerava ser o bom. *Depois que ficou velho é que vovó Rita mais vô João casou, porque papai fazia questão. A vó teve essa fiarada toda e não era casada não... Porque ela era escrava e escravo não casava, não é.*

A maior parte dos filhos de Rita e João não foram criados pelos pais. *Esses aí foram mais bem criados do que nós. Uns mestres lá na rua que criaram cada um deles. Tio Isar [Izaque] eu não sei quem criou, mas foi um carapina [carpinteiro] formado. Tio João [foi criado por] um mestre de construção... e Tio Vital...eu não sei quem criou ele. Mas aprendeu ofício também de carapina. Eram os três irmãos da mãe que eu conheci (Divina).*

Josefa foi criada por Henrique Nogueira, da Fazenda de Baixo. *Trabalhou demais!!! A velha mãe dela tinha muitos filhos, mas não era casada. Foi morar com vovô João, mas não casou. Ela teve os filhos mas morava sozinha...Depois é que ela ficou morando com vovô e depois é que casou, bem depois. Mas todos os filhos dela eram filhos de João Francisco (Divina). Os filhos desse casal foram criados por outras pessoas. Josefa foi criada na casa de Henrique Nogueira, na antiga Fazenda de Baixo.*

Os anciãos não contam tanto dos feitos de sua mãe, Josefa, quanto lembram do pai Benjamim. Dizem que Josefa não estudou³⁸, mas que se tornou *rezadeira boa* e, mais tarde, junto do marido e com auxílio da tia Tança, cumprira expedita o cuidado com os filhos, a serventia à família e o exercício de todas as rezas de obrigação.

Josefa faleceu cerca de dez anos depois de Benjamim, por volta de 1970. *Minha mãe ficou muito doente. Ela teve angina e ficou seis anos em tratamento. Foi uma conta muito engraçada: papai morreu com 77 anos e minha mãe morreu com 67. ! E parece que ela morreu foi arrebetada de tanto trabalhar pra criar doze filhos – dez dela e dois do meu pai. Essa mulher carregou até pedra na cabeça... Não teve vida nenhuma melhor...*

Benjamim era da parte dos índios, da parte do mato: o povo dele não era preto

³⁸ *Minha mãe não sabia ler – Henrique Nogueira não prestou nem pra botar ela na escola (Isaura). Mas papai ensinou ela um bocadinho... (Divina).* Henrique Nogueira era um fazendeiro rico, referido ora como genro, ora como filho do fazendeiro ex-senhor de escravos, Chico Alves, dono da Fazenda de Baixo.

não... Era de uma cor mulata, mas um mulato claro (Dante). Nossa avó era índia, Luduvina Maria da Conceição. Eu não conheci ela não. Eu tinha dois anos quando ela morreu (Divina). A mãe [dela] foi uma escrava índia pega a dente de cachorro que teve ela com um sinhô fazendeiro rico (Nilse). Eles eram muito 'debaixo dos panos', eles não falavam... A mãe de vovó Duvina que era índia... eles falavam que ela não tinha nome... Diz que porque índio não tem nome (Nilse). José das Chagas, eles falavam que era o pai dela. Era fazendeiro rico no Capão Grosso [na Serra do Cipó]. Ela foi criada lá (Nilse). Mas ele lá não falava que ela era [filha dele]... Mas era criada dentro de casa de fazenda junto com o fazendeiro... A mulher da casa não sabia não... Ela sabia mais ou menos (Divina). Esse povo todo era índio e escravo da mesma fazenda... Tudo foi vendido e ficou morando no lugar aqui.. Veio dum lado veio do outro, mas era tudo emprestado do Capão Grosso (Dante).

Luduvina casou-se com Marcolino José de Siqueira cujo povo era de Taquaraçu de Minas, *lá pros lados de Caeté*³⁹. Esse povo chegou na região de Matição buscando um lugar onde pudessem assegurar o que foi conquistado *no trabalho com mineração* (Divina). Nesse novo lugar compraram uma terra cuja parte, transmitida por herança, é hoje a maior porção do território do quilombo Matição.

Os Siqueira eram aqui do Matição. Eles não eram escravos, não. Os Siqueira eles tinham com o quê viver. Eles trabalharam na mina. Trabalhou... Pedro Siqueira... foi pai de Pedro Siqueira que trabalhou na mina. A mina era lá... na Mina de Morro Velho. Essa mina que tem perto de Belo Horizonte aí... Ela é veiona, essa mina é velha.

Com Marcolino José de Siqueira, Luduvina teve Benjamim e criou Jovelino (o padrinho Jóvi, como se referem os anciãos), filho mais velho de Marcolino, nascido de uma relação anterior. Zé Romeu, Anastácio ['Nastácio'], Ernestino, Euclides, Nilse⁴⁰, foram filhos que vieram depois de Luduvina já viúva, nascidos de relações

³⁹ Fundada em 1776, Taquaraçu era distrito subordinado a Caeté, situação que manteve até 30 de dezembro de 1962, de acordo com a Lei 2 764, quando, então foi desmembrada da Comarca de Caeté, tornando-se município vizinho [fonte wikipédia].

⁴⁰ A título de distinção, lembramos que todas as falas atribuídas a 'Nilse', indicadas entre parêntesis ao longo do texto, são da sobrinha neta homônima da Nilse referida nessa passagem.

com outros pais. Todos esses filhos de Luduvina faziam *parte* dos *antigos* que povoaram Matição por muito tempo. *Eles todos depois foram criados por Benjamim, que era um irmão mais velho. Moraram todos aí, na terra Matição, que era terra de papai.*

Apenas com a união entre Benjamim e Josefa foi que Matição *identificou família*. O casal – diferente dos antepassados que, conforme já mencionado, eram *uma família esquisita custosa de identificar* (Nilse) – criou todos os filhos, construiu casas, lavouras, fundou festas e rezas: compôs um regime de comunhão na base da fé, do trabalho familiar e de *uma missão* que não é nunca esquecida pelos seus descendentes, e que faz comunidade no quilombo Matição. *Toda vida! Toda Vida! Era reza pra todo lado! Indo papai ajudar a levantar bandeira pros outros. Na Fazenda de Baixo ia levantar a bandeira de São Pedro, de Dimas. Lá na casa de Seu Henrique Nogueira, levantava a bandeira de São João. A gente ia lá em baixo em Matias, rezar pro povo no Matias.* (Isaura)

Essa missão liga a fé nos santos com o zelo pela família, com a cura de males por meio de orações e manejo de *remédios*⁴¹, com o respeito à boa reputação - do modo como Benjamim *fazia questão* e deu seu exemplo.

Benjamim José de Siqueira nasceu em cinco de setembro de mil oitocentos e noventa (05/09/1890). Sem a presença do pai que morreu muito cedo, foi levado *para longe*, onde *foi estudado* (expressão de Divina) e adquiriu conhecimentos que aplicou depois, regresso ao Matição, transformando o modo de vida do seu povo, movimentando uma forma nova de viver, e com uma força especial – de ciência e doutrinação! – que foram agenciadoras definitivas da comunidade em Matição. Comunidade de rezas rigorosas, de responsabilidades com o casamento, com a família – *Meu pai não deixava ninguém sem casar não!* (Divina) – com a criação zelosa de todos os filhos, com o cumprimento de festas e afirmação da fé, com a ciência da cura por meio das plantas-remédios e orações.

Quando voltou para Matição, já rapaz, Benjamim casou-se com a primeira esposa com quem teve Edite e José Cesário de Siqueira (também referido como Zeca ou

⁴¹ No caso, folhas, cipós, raízes, amplamente conhecidas no quilombo, que os anciãos enfatizam terem sido ensinadas sobretudo por Benjamim.

Zé Cocão). Dessa esposa ficou viúvo. Casou-se depois com Josefa Basílio dos Santos, concebendo seus onze filhos (apenas uma morreu ainda bebê).

Dos conhecimentos aprendidos *na rua* Benjamim trouxe a doutrina da religião católica, uma forma nova sob uma força jamais sentida pelo seu povo – *que a doutrina dele era muito forte* (Nilse). Firmou uma moralidade específica ligada a essa religião, reordenando cortes e ligações nas relações com as coisas do mundo, que incidiram sobre antigas e novas alianças, gostos e ocupações. Trouxe o contato com a medicina ocidental somando-se ao conhecimento dos antepassados sobre folhas e raízes. Investiu, ao mesmo tempo, num esforço rigoroso para desfazer um *jeito dos índios e dos escravos* inevitavelmente aprendido por seus filhos, criados tão juntos da tia Tança e convivendo com outros parentes do tempo *das tribas e colunas*.

Benjamim faleceu por volta de 1967.

O povo atual de Matição são os descendentes de Benjamim e Josefa – cujos filhos são os *velhos* de hoje em dia e os descendentes *de Francisco Pinto também*⁴². *Os antigos todos mudaram ou morreram, mas ficaram Benjamim e Josefa e os filhos de João Pinto Véio* (Dante). *João Pinto Véio* vem de um *braço da família* surgido da parte de Marcolino José de Siqueira, pai de Benjamim. *Porque a mãe de Francisco Pinto, Maria Lilia, era irmã de Marcolino, pai de meu pai. Ela chamava Maria...tratavam ela de Lilia. Ela era irmã de Marcolino e teve um filho chamado Francisco Pinto. O homem com quem ela se casou, ele não era daqui de Matição... Era de um lugar chamado Cunha. Esse Francisco Pinto, filho dela, teve bem muitos filhos* (Dante). Dentre eles, Francisco Pinto, pai de *João Pinto Véio*, que por sua vez era pai de João Pinto, o Joãozinho, que tornou-se marido de Divina de Siqueira, atual matriarca do Matição [ver genealogia dos Pinto, fig. 44]. Joãozinho faleceu em 2009. Contudo, os Pinto são tratados como uma família a parte dentro de Matição, e que marcou a história da comunidade com famigerados e misteriosos ‘feitios’, dentre eles a grande reza de São João [cf. cap 2].

⁴² É comum na narrativas sobre uma ‘origem’ ou ‘raiz’ da família, a presença *dos Pinto* ser descrita como ‘linhagem’ forasteira. E de fato parece que muitos desconhecem que os Pinto foram consanguíneos dos *Siqueiras*, por parte de uma irmã de Marcolino José de Siqueira, pai de Benjamim, a Maria Lilia, mencionada por Dante [ver diagrama de genealogia fig. 44].

Divina de Siqueira casou-se então com um ‘primo terceiro’ de Seu Benjamim. Entre os os *antigos* e seus descendentes foram muitos os casamentos entre primos – *primos carnais*, inclusive, que são os chamados *primos primeiros* ou *primos irmãos*⁴³ (primos de primeiro grau, ou da mesma geração).

Dentre os antigos e a geração atual foi possível enumerar durante a pesquisa pelo menos os seguintes casamentos entre *primos* (ver diagrama de genealogia, fig. 45): Vítor (filho de Josefina) e Elza (filha de Josefa irmã gêmea de Josefina), portanto *primos carnais*; Eucília (filha de Josefina) e Jair (filho de Josefa), *primos carnais*; Zélia (neta de Cesária irmã de Josefa) e Nilsinho (neto de Josefa); Lili (neta de Divina) e Adnilton (filho de Bina irmã de Divina); Valquíria (neta de Jair de Siqueira) e Dé (neto de Dante que é irmão de Jair); Marilene (neta de Dante) e René Julio (filho de Divina irmã de Dante). E Conta-se que quando Matição *era muita gente* houve muito mais casamentos desse tipo.

No entendimento dos *Velhos Siqueiras*, a despeito de ser coisa *típica dos índios* e de contrariar o desejo do pai – que queria que seus filhos se desfizessem dos traços *indíós* e africanos e se adequassem aos ‘novos tempos’ do ‘português brasileiro’, da religião católica, dos casamentos convencionais – os casamentos entre primos tão próximos reforçaram uma ligação ‘*de sangue*’ que diferenciou a *família filho de Benjamim* (conforme expressão de Nilse) muito positivamente comparando-se aos tipos de famílias dos outros povoados da região, pois garantiu a transmissão de vocações muito especiais.

1.1.6 Comunidade Quilombola de Três Barras (Conceição do Mato Dentro)

CARACTERIZAÇÃO GERAL

A Comunidade Quilombola das Três Barras está localizada no município de Conceição do Mato Dentro (MG). É composta por aproximadamente 100 famílias quilombolas, além de famílias de forasteiros (em torno de 50). O acesso à

⁴³ Filhos de irmãos.

comunidade a partir da cidade de Conceição do Mato Dentro é feito pela rodovia MG-010, sendo 13 km em estrada asfaltada até trevo para o quilombo. A partir do trevo, o trajeto é por via não pavimentada por quase 3km. Três Barras compõe o lado de Buraco e Cubas a Associação Comunitária Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas.

O nome da comunidade está relacionado ao encontro de três cursos d'água: o Rio Cubas, o Rio Preto e o Rio Três Barras. A localidade é bastante conhecida em função de uma cachoeira no Rio Cubas com aproximadamente 15 metros de queda e um extenso lago formado por um alargamento do rio. Essa cachoeira era localmente chamada de São Miguel. Depois que passou a ser frequentada por turistas, no início dos anos 2000, ficou conhecida como Cachoeira das Três Barras.

Três Barras conta com uma unidade de ensino que oferece os anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª séries). Além dos alunos de Buraco e Três Barras a escola acolhe também estudantes de Serra do Tomás e Tijucal (povoados próximos). A estrutura física da edificação encontra-se estruturalmente comprometida e, desde por volta de 2015, as aulas acontecem na casa de uma família quilombola (família Seabra) que disponibilizou um espaço. Os alunos matriculados no ensino médio estudam no turno vespertino em Conceição do Mato Dentro. Um transporte escolar contratado por meio de licitação pela prefeitura municipal faz o traslado diário destes estudantes (no turno da tarde) e também daqueles matriculados no curso de Educação de Jovens e Adultos, o EJA (no turno da noite).

No centro das Três Barras, próximo à igreja do Menino Jesus, localiza-se o posto de saúde. Quinzenalmente Três Barras recebe uma equipe com médico e enfermeiros. Já houve assistência odontológica, mas por pouco tempo.

Uma linha de ônibus atende a localidade três vezes por semana (segunda, quarta e sexta) por uma tarifa de R\$ 5,00 por pessoa. A linha faz o trajeto entre a comunidade e a sede municipal. Em situações emergenciais usam veículos da frota de taxi de Conceição do Mato Dentro. Os taxistas cobram entre R\$50,00 e R\$70,00

A Igreja do Menino Jesus foi a primeira edificação a receber energia elétrica, o

que aconteceu nos anos 1980. Nos anos 1990 o restante de Três Barras também foi beneficiada.

Alguns lugares dentro do território de Três Barras recebem denominações específicas como Torre (porção territorial de maior altitude na comunidade), Rua dos Silva, Rua dos Queiroz, Chaves, Olaria, Valo e Véia.

HISTÓRIA

Entre os entrevistados em Três Barras, apenas Terezinha Maria de Jesus (com 74 anos na data da entrevista e que faleceu no ano de 2016), rememorando relatos de sua mãe ('Madalena de Juca'), informou sobre a origem de Três Barras. A mãe de Terezinha em diferentes oportunidades repetiu para a filha que seu avô Joaquim da Silva, um homem branco, e um ex-escravo chamado Moisés Pereira foram os primeiros moradores das Três Barras, destacando ainda uma forte relação de amizade entre os dois.⁴⁴

O restante dos entrevistados citou nomes de antigos habitantes de Três Barras, incluindo Joaquim e Moisés, mas sem fazerem qualquer referência à história inicial de povoamento. Os outros *antigos* de Três Barras mencionados foram Frederico Pio, João Queiroz, Pedro Gomes, João Isabel, Pedro Miliano, Elói Chaves, Júlio Seabra, Zé Floriano e Deca Baiano (filho de João Baiano, um dos fundadores de Buraco. Deca se casou com Guiguiinha, filha de Moisés. Sabe-se também que ele comprou $\frac{1}{4}$ de terra dos herdeiros de Joaquim da Silva). Hoje os descendentes de Moisés, de Joaquim da Silva e de todos os outros *antigos* apontados formam uma intrincada rede de parentesco.

A maior parte das terras de herança em Três Barras está "no bolo", expressão usada por um dos entrevistados para explicar que não houve divisão formal das propriedades, apesar de informalmente demarcadas entre os herdeiros. Outro entrevistado Zezinho (José Geraldo de Oliveira Silva), 63 anos, explicou: "a terra é

⁴⁴Interessante notar que a responsabilidade de zelar pela Igreja do Menino Jesus das Três Barras foi transmitida ao longo dos anos por uma linhagem ligada a Joaquim Silva e que a Marujada das Três Barras segue até os dias de hoje sob o comando de descendentes de Moisés.

em comum, mas há respeito e ninguém mexe. Mas é tudo junto”.

A partir de lembranças de Zé Maria (José Maria Queiroz), 79 anos, neto de Moisés Pereira podemos inferir que Moisés morreu na década de 1940 ou um pouco depois. Zé Maria nasceu em 1938 e chegou a conviver com o avô por alguns anos em sua infância.⁴⁵ Ele se lembra do o avô, “ele era escuro mesmo. Meu avô era negro mesmo. De modo que no meio dessa sociedade, tirando o pessoal de Buraco, era só ele aqui. Escuro mesmo num tinha mais não.” Zé Maria sabe que o avô viveu parte de sua vida na condição de escravo, mas não sabe sua origem. Ele se refere à propriedade de Moisés como “a fazenda de meu avô”, explicando que ele foi dono de uma extensa parcela de terras cuja sede era uma casa de dois pavimentos, sendo o primeiro um porão que funcionava como depósito de objetos variados (um carro de boi, por exemplo) e o segundo composto pelos cômodos da residência, todos com assoalho de madeira. Ele fundou a Marujada de Três Barras (em vigência) e seu filho, João Pereira, o Catopê (em memória).

Parte dos interlocutores quilombolas da localidade indicam que a princípio os moradores de Três Barras e Buraco pouco se relacionavam. Sobre a causa desse distanciamento, Sidnei Seabra da Silva⁴⁶, (jovem líder comunitário de Três Barras e vereador pelo PC do B em Conceição do Mato Dentro), que investigou junto aos antigos a história local para documentar à Fundação Cultural Palmares, identificou no passado um desentendimento já superado entre as duas localidades, apesar de não ter descoberto o motivo dessa discórdia.

Ao longo dos anos, alguns laços de parentesco se formaram entre as duas regiões quilombolas. Zé de Olímpio (José de Paula Maria da Silva), 78 anos, nascido e morador de Buraco contabilizou dez uniões ao longo da história, alertando que pode ter se esquecido de alguma ou não saber de outras. Sidinei constata que, em geral (mas não exclusivamente), foram uniões a partir de casamentos entre

⁴⁵ Zé do Olímpio (José de Paula Maria da Silva) nasceu no ano de 1939 em Buraco, onde sempre morou, e conta que tem “pouquinha lembrança” de Moisés, no sentido de que quando ele morreu Zé do Olímpio ainda era uma criança. A referência de Zé do Olímpio reitera a inferência de que Moisés morreu na década de 1940 ou um pouco depois.

⁴⁶ Sobre o reconhecimento quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas, destaca-se o ativismo de Sidnei como principal operador da mobilização política local. Em 2011 a Associação Comunitária de Três Barras tornou-se Associação Comunitária quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas. A certidão de autodefinição foi emitida pela Fundação Cultural Palmares em 22 de dezembro do mesmo ano. Não havia associações em Buraco e Cubas.

mulheres de Buraco e homens de Três Barras. Como normalmente é a esposa a abandonar a casa dos pais, por poucas vezes Buraco recebeu nativos de Três Barras como um morador.

Zé Silva (José Antônio da Silva), 66 anos, também comenta sobre essa desavença e sobre os casamentos entre as duas localidades:

“Antes era muito pouco [o relacionamento entre Três Barras e Buraco]. O pessoal de Buraco, antes, quase não mexia aqui [em Três Barras]. E os daqui quase não mexiam no Buraco. Que tinha...[um desentendimento] Hoje não tem mais. Temos que dar graças a Deus por tudo, pela união. Era um pessoal tipo assim, desunido. O pessoal de Buraco era um pessoal afastado de Três Barras e Três Barras afastado de Buraco por causa de confusão. O pessoal de Três Barras tinha medo de ir no Buraco. Briga! E o pessoal de Buraco tinha medo de vir cá. A mesma coisa, por causa de briga, confusão. Mas depois a história ficou boa que Três Barras é unida [se referindo à associação quilombola] com Buraco e Cubas. Virou uma família. É claro, o pessoal de Buraco não casa, falar a verdade, não casa gente de Buraco sair de Buraco e vir pra dentro de Três Barras. Gente de Três Barras casa, casou, lá em Buraco. [...] *[E hoje em dia, o pessoal de Buraco frequenta Três Barras e o de Três Barras, Buraco?]* Muito pouco. É unido mas... O de Buraco frequenta porque sempre aqui... Eles vêm aqui por causa de comércio, vem aqui fazer compra, vem num barzinho. Eu deixei agora lá no boteco três amigos de Buraco, e de Três Barras também. Eles mais funcionam aqui, do que nós funcionamos lá. Nós não temos passagem [por Buraco]... [...]. Mas precisou da gente, nós estamos lá dentro também.” (Zé Silva, novembro de 2016)

Zé Maria, citado acima, nascido e residente em Três Barras, comenta a relação entre essas duas regiões: “Não [relacionavam]. Depois que o povo foi misturando, foi indo, foi indo e passou a unir com o outro. Mas mesmo assim, com muito unidos que eles são, são afastados do povo das Três Barras. Que lá é Buraco, aqui Três Barras. Então se chegar um aqui e falar ‘onde mora fulano de tal no Buraco?’ Pra informar, eu falo: ‘o Buraco é lá.’ ‘E aqui?’ ‘Aqui é Três Barras’. Aqui num

mistura com Buraco, não. Buraco lá é separado. Lá já é outra nação. (...) Desse Buraco eu não tenho parentesco lá não. Agora, minha dona já tem.” (Zé Maria, abril de 2016)

Já Dona Marieta (Marieta Lurdes da Silva), 88 anos, explica essa pouca convivência no passado em função da dificuldade de acesso entre os dois lugares e não se lembra de desentendimentos passados. Argumentado sobre o contato amistoso entre as duas comunidades, ela recorda que “em buraco tinham as donas que benziam”. Também havia benzedeiras em Três Barras, explicou, mas alguns males eram curados apenas com a reza de três benzedeiras e nesses casos as mães levavam filhos em Buraco.

Zé do Olímpio lembra que pessoas de Buraco compunham o grupo da Marujada de Três Barras na época em que o terno era liderado por Zé Gomes. Zé Gomes foi mestre da Marujada aproximadamente de 1940 até por volta de 1975. Ele também recorda que os moradores de Buraco e de Três Barras interagiam quando alguém convidava para dançar moda, recortado, desafio ou caxambu. Algumas vezes em Três Barras e outras em Buraco. Em Três Barras os principais responsáveis por promover esses encontros eram da família de Moisés, da geração seguinte a do fundador de Três Barras. Zé do Olimpo não sabe precisar até quando esses encontros ocorriam. Indica apenas que “até um tempo depois” do seu casamento. (Ele se casou no ano de 1959).

Lá em Três Barras tinha um homem lá. Um tal de Zé Pereira. Todo sábado ele fazia a dança. Todo sábado ele matava um boi e fazia a dança. O povo começava lá a dançar com o sol quente e ia até o outro dia com o sol alto. Brincando, caçoando. Você não via uma questão. O povo gostava de brincar. [E o povo do Buraco ia?] Ia, ia, muita gente ia. (...) Moda, Recortado... Na época, mês de maio, mês de Maria tinha um tal de caxambu lá no alto da capela. Era o João Pereira, o Zé Pereira, o Pedro Moisés, tinha um tal de Antônio Queiróz... Eles já tinham aquela caixa grande. Uns batendo, os outros pulando. Um punha a mão no chão, ia pulando, aí o outro pulava nesse, e ia, saía aquele trem brincando... Agora acabou tudo. [E o pessoal de Três Barras quando tinha aqui em Buraco, vinham?] Vinha. Vinha. Os daqui

iam pra lá. Os de lá quando tinha aqui vinham cá. No dia de meu casamento veio gente ate lá da Lapinha do Riacho.” (Zé do Olímpio, Buraco)

Essas memórias de Zé do Olímpio revelam que *no passado* havia amizade entre as duas comunidades. De todo modo, não temos informações que indiquem se a época do mencionado desentendimento coincide com o período relatado por Zé do Olímpio.

1.2.1 Descrição da Metodologia:

Foram seis (06) comunidades quilombolas pesquisadas (Comunidade Quilombola Cachoeira, Xambá e Ribeirão; Comunidade Quilombola Três Barras; Comunidade Quilombola Buraco; Comunidade Quilombola Cubas; Comunidade Quilombola Mato do Tição; Comunidade Quilombola Açude) cujos diversos bens culturais identificados encontram-se em diferentes condições: alguns ativos, e mais ou menos vigorosos, outros em ruína, outros ainda existentes apenas em memória. Os bens culturais aprofundados foram três (03) de cada quilombo, considerando-se aqueles mais representativos e vigorosos do ponto de vista dos próprios quilombolas e, por isso, assim selecionados.

1.2.2 O porquê tratamos Três Barras Buraco e Cubas como quilombos diferentes e ASCXAR como um quilombo [em desenvolvimento]

Comunidades Quilombolas Três Barras Buraco e Cubas

Ao longo da pesquisa de campo para o levantamento preliminar, verificamos que a Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas, apesar de formalizada em uma mesma associação, Associação Quilombola Três Barras Buraco e Cubas, e

portadora de um único certificado de auto-definição emitido pela Fundação Cultural Palmares, é, de fato, uma reunião de três comunidades diferentes -com trajetórias, condições sociais e parentesco distintas (apesar de haver alguns poucos casamentos entre moradores dessas 03 localidades). Por este motivo, neste inventário, a 'Comunidade Quilombola Três Barras, Buraco e Cubas', teve sua classificação modificada, adequada para localidade Comunidade Quilombola Três Barras, localidade Comunidade Quilombola Cubas, localidade Comunidade Quilombola Buraco.



Vista geral de Três Barras. Ao centro, Igreja do Menino Jesus, 2015



Casas em Buraco, 2015



Igreja Evangélica em Três Barras, 2015



Casa de Farinha em Cubas, 2015

1.2.3 O porquê não tratamos de Taquaral [em desenvolvimento]

Comunidade Taquaral

A Comunidade Taquaral possui processo aberto na Fundação Cultural Palmares para registro no “Cadastro Geral de Comunidades Remanescentes dos Quilombos” e emissão da certidão de auto-definição por esta instituição, conforme a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Segundo o documento “Processos Abertos sem Certificação” (da Fundação Cultural Palmares), atualizado em 27/11/2014, a FCP está “aguardando complementação da documentação” para emitir o certificado. Em função do processo aberto na Fundação Cultural Palmares, esta comunidade foi incluída pelo IPHAN entre as comunidades da Serra do Cipó contempladas pelo INRC. Entretanto, em visita a comunidade para reunião de abertura do INRC em março de 2015, identificamos que, apesar de ter o processo de reconhecimento aberto pela Fundação Palmares:

- a) Não existe uma comunidade organizada, em Taquaral, em relação à identidade quilombola;
- b) Não existe uma organização de lideranças locais em torno da identidade quilombola;
- c) Não existe uma compreensão coletiva acerca dessa identidade e suas conseqüências para o destino da vida comunitária local.
- d) A abertura do processo de cadastramento da comunidade junto a FCP aconteceu de forma suspeita quanto à legitimidade do pleito, partindo de uma decisão unilateral de agentes externos à comunidade que desconsideraram ser necessário um debate e uma decisão, coletivos, a esse respeito.

O contato entre a equipe CAMPO e a Comunidade Quilombola Taquaral foi mediado pela diretora da escola municipal responsável pelos estudantes da área rural de Brejaúba, distrito de Conceição do Mato Dentro/MG, região onde está localizada a Comunidade Taquaral. No domingo 18 de janeiro de 2015,

realizamos uma reunião, pré-agendada, às 16 horas, na residência de uma moradora. Participaram do encontro a diretora da escola, Antônia D'Arq de Souza Lima, a equipe CAMPO, Fernanda de Oliveira e Ana Tereza Faria, a proprietária da casa, Rozilene Nunes dos Santos, e outras duas moradoras de Taquaral, Lucimere Ribeiro dos Santos e Maria de Lourdes S. dos Santos. As participantes confirmaram que o convite a toda a comunidade para presença nessa reunião foi amplamente divulgado. Foi apresentada, às presentes, a metodologia e a finalidade do trabalho, bem como a proposta de inclusão da Comunidade Quilombola de Taquaral no INRC Quilombos da Serra do Cipó. Em função do pequeno *quórum* (vivem na comunidade aproximadamente dez (10) famílias), e de relativo desconhecimento das presentes com relação a identidade quilombola de Taquaral, não foi possível a deliberação pela execução do trabalho. Decidiram que as moradoras presentes se reuniriam com outros moradores, até o início do mês de fevereiro de 2015, para definirem a disponibilidade e o interesse para anuência, ou não, da realização do inventário.



Reunião em Taquaral, janeiro de 2015.

campo - Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio **campo**

REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC) DOS
QUILOMBOS DA SERRA DO CIPÓ PELA EMPRESA CAMPO - CULTURA, MEIO
AMBIENTE E PATRIMÔNIO PARA O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/MG

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA NAS
COMUNIDADES

LOCAL: Taquaral

DATA: 18 de janeiro de 2015

ASSINATURAS:

Lucimara Ribeiro dos Santos
Regiane Nunes dos Santos
Maira de Almeida Santos
Antônia Elvira de Souza Lima

Rua Corembolai, 55, Igozinho, Belo Horizonte, MG - CEP 31.110-350.
campo - Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio

Lista de presença na reunião de 18 de janeiro de 2015, em Taquaral.

As três moradoras participantes da reunião, assim como a diretora da escola de Brejaúba, não tinham conhecimento sobre o processo aberto na Fundação Cultural Palmares para certificação de Taquaral como Comunidade Quilombola. Entre as comunidades indicadas pelo IPHAN para a realização do INRC dos Quilombos da Serra do Cipó, Taquaral é a única com processo de reconhecimento não concluído, todas as outras já receberam o certificado.

A CAMPO entrou em contato com a FCP para averiguar o histórico de Taquaral na instituição e foi informada sobre a pendência dos seguintes documentos indispensáveis à emissão do certificado: ata de reunião para deliberação sobre a auto-definição (aprovada por uma maioria absoluta) e um relato sintético da história do grupo. O representante da FCP ainda nos disponibilizou por e-mail o único documento compondo o processo de Taquaral (anexado): um pedido de abertura de processo para o reconhecimento como comunidade quilombola, solicitado no ano de 2007. O documento não apresenta qualquer informação que

pudesse verificar o protagonismo da comunidade na abertura desse processo.

Este fato impossibilitou o início da pesquisa e colocou uma dúvida a pertinência da inclusão desta comunidade rural no inventário. Novos contatos foram feitos, tanto com a diretora da escola, quanto com uma das moradoras presentes na primeira reunião, Rozilene Nunes dos Santos (Rosinha), proprietária da residência onde nos reunimos no mês de janeiro. Durante esses contatos, as informações sobre possibilidade de mobilização de moradores para nova reunião eram sempre hesitantes, controversas, sem que diretamente declarassem uma negativa, mas, ao mesmo tempo, sem qualquer resolução ou manifestação de certeza quanto ao acolhimento do trabalho INRC Quilombos da Serra do Cipó.

A diretora da escola, Antônia D'Arq de Souza Lima, contudo, manifestando convicção sobre a importância política do trabalho – considerando alguns prejuízos já sentidos pela comunidade em consequência da implantação de estruturas do mineroduto da mineradora ANGLO, atravessando Brejaúba, a pouco metros da escola municipal – propôs a realização de nova reunião, em data próxima a combinar, para buscar alcançar um público maior e, assim, decidirem sobre a pesquisa e, a propósito, sobre a identidade quilombola de Taquaral. Finalmente a reunião foi agendada para 27 de janeiro de 2015. No dia 26 de janeiro, forte chuva incidiu sobre a região de Brejaúba, quando recebemos telefonema de Senhora Antônia alertando sobre a inviabilidade de chegarmos com o carro até a escola, local agendado para a reunião. Todo modo, a reunião seria realizada, caso cessasse a chuva, coordenada pela professora e a Senhora Rozilene, presente na primeira reunião. Em 27 de janeiro de 2015 realizaram a reunião, conforme documento em imagem abaixo, e as pessoas presentes decidiram pela aprovação da pesquisa.

campo - Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio

campo

REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC) DOS
QUILOMBOS DA SERRA DO CIPÓ PELA EMPRESA CAMPO - CULTURA, MEIO
AMBIENTE E PATRIMÔNIO PARA O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/MG

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA NAS
COMUNIDADES E DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM A PESQUISA NESSA
COMUNIDADE

LOCAL: Brejaúba - Conceição do Mato Dentro
COMUNIDADE: Taquaral
DATA: 27/01/2015

ASSINATURAS:

Edson Ferreira Santos
Maria Aparecida Ribeiro
Bernadete Silva dos Santos
Ranely Nayara Ribeiro de Santos
Regene Nunes dos Santos
Antônia Aparecida Clemente Soares dos Reis
Quimê Batista Superbi
Antônia Marc de Souza Lima
Lucas Ribeiro dos Santos
Antônio do Espírito Santo Lima

Rua Gumbelair, 33, Lagoinha, Belo Horizonte, MG - CEP 31.110-350.
campo - Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio

Lista de presença e concordância com a pesquisa, em reunião, 27 de janeiro de 2015.

Contudo, haja vista a importância da decisão em contraste com o ainda pequeno número de presentes, a equipe CAMPO e a coordenação técnica do IPHAN decidiram interromper o seguimento da pesquisa até que nova reunião, com presença de ambas equipes e de um maior número de participantes da comunidade, fosse realizada no local.

1.2.4 O porquê apenas tratamos de 2 referências em Açude [em desenvolvimento]

Da pesquisa na Comunidade Quilombola do Açude, Jaboticatubas, MG.

As condições de pesquisa na Comunidade Quilombola do Açude foram as mais

complexas e, por isso, reservamos essa seção para descrever com mais detalhes os desafios encontrados na condução do trabalho. Conforme informação local, nessa comunidade residem aproximadamente 70 famílias. Todas moram no entorno do Córrego João Congo, que deságua no Rio Cipó. No território, a área mais a jusante do córrego é conhecida como Açude e a mais a montante, como Colônia. Assim, quando no INRC Quilombos do Cipó citarmos “Açude” ou “Colônia” estaremos nos referindo a essas diferentes áreas do quilombo. Para nos referirmos ao coletivo de moradores escreveremos “comunidade quilombola do Açude.”

A maior parte da comunidade quilombola do Açude vive em terras que foram doadas informalmente por ex-senhores, a negros escravizados e a seus descendentes, após a abolição da escravidão. Para além dessa origem comum, a identidade coletiva da comunidade é fortemente marcada pela vivência do candombe.

No dia 30 de junho de 2015 foi acertado com Flávio José dos Santos (Cuta), presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Açude e Adjacências, por telefone, que realizaríamos o campo de levantamento preliminar no Açude entre os dias 13 e 17 de julho de 2015, podendo estender essa duração por mais um ou dois dias, caso necessário. Cuta explicou que não poderia nos acompanhar durante o período da pesquisa, mas que sua prima Florisbela (mais conhecida como Flor, filha de Dona Mercês, anciã de destaque na comunidade) estaria disponível.

No dia 13 de julho, conforme o combinado, a antropóloga Ana Tereza Faria chegou à comunidade e foi recebida por Cuta, que em seu intervalo de almoço lhe apresentou à Florisbela. Esta, entretanto, logo declarou que não estava de acordo com a realização do INRC na comunidade e que não iria acompanhar a pesquisadora.

Como Cuta estava comprometido com seus afazeres, sem tempo disponível para acompanhar a antropóloga, ele listou à pesquisadora os moradores que poderiam contribuir com informações, indicou-lhe o local de moradia de alguns (os mais próximos) e lhe apresentou a um jovem, Rivanil Sabino dos Santos (filho de

Dona Mercês), que teria disponibilidade para acompanhá-la apenas na tarde do dia 15. Nesse momento, Cuta alertou que havia a possibilidade de que o mesmo posicionamento de Flor, em relação à pesquisa, fosse manifestado em outras casas. Importante destacar que, até então, nada a esse respeito havia sido indicado por ele ou pelos 03 demais moradores presentes na reunião de apresentação do trabalho à comunidade, realizada em 23 de janeiro de 2015.

campo - Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio



REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC) DOS
QUILOMBOS DA SERRA DO CIPÓ PELA EMPRESA CAMPO - CULTURA, MEIO
AMBIENTE E PATRIMÔNIO PARA O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/MG

LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA NAS
COMUNIDADES

LOCAL: *Comunidade Açude*

DATA: *23 de janeiro de 2015*

ASSINATURAS:

Glenn José dos Santos (Cuta)
Raimundo Daniel Sabino Vianna
Luiz Carlos do Nascimento
Alvaro Tavares do Lago

Rua Corumbolai, 55, Lagoinha, Belo Horizonte, MG - CEP 31.110-350.
campo - Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio

Lista de presença da reunião de apresentação da pesquisa na Comunidade
Quilombola do Açude, 23 de janeiro de 2015.

Durante esse primeiro período em campo foi possível perceber ostensivamente a indisposição de outra liderança local, Rita, outra filha de Dona Mercês que hoje é

uma das organizadoras da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Açude. Os argumentos de Florisbela, e também de Rita, contra a realização da pesquisa na comunidade, afirmam que o Açude já foi fartamente pesquisado e documentado, por estudantes, pesquisadores, professores e agentes de instituições públicas, contando com um vasto acervo de publicações e materiais audiovisuais e fotográficos. Dizem que, contudo, tantos registros não favoreceram uma melhoria na vida dos moradores – melhoria no acesso a educação, à saúde, à infraestrutura, à mobilidade dos moradores dentro e fora da comunidade. Nem mesmo o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, com a emissão do certificado de auto-definição quilombola para a comunidade, teria se efetivado em benefícios para o quilombo, segundo argumentam. Ao contrário, dizem que, “depois do quilombo”, muitas desavenças teriam acontecido entre os parentes, de modo que não lhes parece fácil alguma certeza sobre haver vantagens em relação a essa auto-definição coletiva, bem como a todas as pesquisas, trabalhos, artigos já produzidos referindo-se à comunidade. Florisbela e Rita dizem que chegaram a conclusão de que tais trabalhos serviram quase exclusivamente para beneficiar seus executores, proporcionar-lhes currículos, status, alcance de metas governamentais, de forma unilateral. Afirmaram que apenas concordariam com a pesquisa INRC dos Quilombos da Serra do Cipó se nos comprometêssemos com contrapartidas que elas consideram efetivas – a execução de alguma melhoria na vida dos moradores imediatamente, como uma oficina que as ensinem a elaborar e gestar projetos, por exemplo. Ao alegarmos que a pesquisa do INRC prevê a discussão e elaboração de um plano de salvaguarda para as referências culturais identificadas, mas, que se trata de um processo de longo prazo, e que nosso serviço, contratado pelo IPHAN, nesse momento, não tem compromisso com ações imediatas, Florisbela e Rita recusaram o trabalho. Finalmente, Florisbela alegou que os benefícios e prejuízos resultantes de pesquisas na comunidade já foram avaliados pelos moradores e que consideram não haver a necessidade de “mais uma pesquisa”.

Considerando os argumentos de Florisbela e Rita, considerando também as afirmações de Cuta, diferente das delas, enfaticamente favoráveis à pesquisa, e reconhecendo então, uma controvérsia sobre o desejo “da comunidade” do Açude

em participar da pesquisa INRC dos Quilombos da Serra do Cipó, decidimos abortar a participação da antropóloga Fernanda de Oliveira, nesse período de campo em janeiro de 2015, cuja atuação estava prevista para iniciar no dia 15 de julho (por impossibilidade de ingressar em campo no dia 13, junto com Ana Tereza).

Sendo assim, todas as possibilidades de entrevistas naquela ocasião foram efetuadas por Ana Tereza e se esgotaram no dia 15 de julho de 2015. Apesar dos desafios e da redução da duração da permanência em campo, foi possível recolher muitas informações entre 13 e 15 de julho. Essas informações foram, contudo, relativamente menos consistentes que aquelas colhidas nos levantamentos preliminares realizados nos demais quilombos, onde contamos com o apoio e maior interesse de parte significativa dos moradores.

Retornando desse período em campo para levantamento preliminar na Comunidade Quilombola Açude, transmitimos uma descrição da situação para a coordenação técnica do IPHAN, seguida de agendamento de reunião. No dia 07-10-2015, as antropólogas Ana Tereza e Fernanda de Oliveira da coordenação CAMPO – Cultura, Meio Ambiente, Patrimônio, estiveram presentes na sede do IPHAN-MG, reunidas com Corina Moreira, Vanilza Jacundino e Cláudia Fantini, além da participação pontual da Superintendente Célia Corsino. O objetivo da reunião foi avaliar a participação dos quilombos Açude e Taquaral, no INRC Quilombos da Serra do Cipó, tendo em vista as diferentes manifestações de indisposição para participação nessa pesquisa, apesar de ambas comunidades terem apresentado documentos de anuência para realização do INRC Quilombos da Serra do Cipó, no início de 2015. Acordamos datas para visita a essas comunidades, visando uma última discussão, com a presença de Vanilza e Corina do IPHAN-MG, com a finalidade de alcançar maior público e discutir mais amplamente os objetivos do trabalho, decidindo, com ampla participação dos quilombolas, se as comunidades acolheriam definitivamente o trabalho, ou não.

A mobilização dos moradores de Açude para participação nessa reunião e a definição da data mais conveniente ficaram sob a responsabilidade de Cuta, presidente da associação de moradores da comunidade do Açude. Com certa

demora, tivemos retorno de Cuta, e a reunião foi agendada para 27 de outubro de 2015. Nessa data, a coordenação CAMPO – Cultura, Meio Ambiente, Patrimônio, as antropólogas Ana Tereza e Fernanda de Oliveira, e as representantes do IPHAN-MG, Corina e Vanilza, participaram de reunião no posto de saúde que atende o Quilombo Comunidade Açude, em Jaboticatubas, MG, aproximadamente entre 19:00 e 21:00. Realizamos nova apresentação do INRC Quilombos da Serra do Cipó para o público presente, verificando-se o efetivo interesse dos participantes presentes em participar da pesquisa. O quórum, contudo, foi pequeno, havendo comentários de que o devido convite amplo à comunidade, prometido por Cuta, liderança do Açude, não fora efetivado. Ficou acordado que nova reunião aconteceria em breve na comunidade, sem a presença da equipe técnica da CAMPO e do IPHAN-MG, para uma conversa dos moradores entre si, manifestando definitivamente, ou não, seu desejo pela pesquisa em documento assinado pelos presentes.

Em 06-11-2015, Flávio dos Santos (Cuta) afirmou que realizaram a reunião na comunidade e que já havia o documento assinado para nos apresentar. Buscamos contato, desde então, para acertar a recolha do documento e, para tanto, houve muitos desacertos – combinados de entrega, na comunidade que, na véspera de nossa busca, eram remarcados; combinados de entrega em Belo Horizonte, por ocasião da presença de Cuta na cidade, que, na véspera de efetivação, era inviabilizados.

No mês de setembro de 2016, após o episódio de tentativa frustrada de registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário (Candombe de Dona Mercês), recusado por Florisbela e Rita, apesar de seu primo Cuta ter afirmado a viabilidade, voltamos a solicitar à Cuta a providência do documento, assinado por um conjunto expressivo de moradores, de aceite formal da comunidade em relação a pesquisa. Esse documento havia sido prometido por Cuta, desde a reunião realizada no Açude, com a presença de Vanilza Jacundino e Corina, em 27 de outubro de 2015. Finalmente, no dia 30 de setembro de 2016, Cuta enviou-nos um e-mail com o arquivo anexado (Anuência-por-Cuta-30-09-16), afirmando referir-se à anuência da comunidade quilombola do Açude à pesquisa INRC Quilombos da Serra do Cipó. O documento é desconcertante porque traz a assinatura de

Florisbela e Rita, quilombolas que já manifestaram, mais de uma vez, não concordarem com a pesquisa; e porque, ao que tudo indica, refere-se à lista de nomes de quilombolas do Açude que viajaram com o ônibus da organização do Festival Canjerê, 2015 – as antropólogas Fernanda de Oliveira e Ana Tereza participaram, voluntariamente, da organização do Festival Canjerê e receberam um documento idêntico, na ocasião do festival, referente a lista do ônibus da comunidade do Açude; o documento apresentado, inclusive, traz cabeçalho com texto introdutório que contextualiza as assinaturas, apenas em uma de suas folhas, cujo espaço para assinaturas não fora esgotado e, em folha seguinte, sem cabeçalho, traz apenas as assinaturas, em papel com timbre do IPHAN, que foi provavelmente cedido pelas técnicas do Iphan na reunião de 27 de outubro de 2015.

Apresentando o caso a Vanilza Jacundimo, decidimos não contestar diretamente o documento apresentado por Cuta, evitando desgastes no relacionamento com a comunidade. Decidimos seguir com a pesquisa considerando apenas aquelas pessoas que concordaram efetivamente com a pesquisa, tendo sido diretamente entrevistadas e documentadas; e considerando, correlativamente, apenas os eventos de responsabilidade dessas pessoas. Tal acordo está formalizado nos Termos de Cessão de Uso de Imagem, Voz e Informações, já recolhidos pela equipe CAMPO.

Em que pesem, controvérsias e desacordos, a pesquisa no Açude acabou sendo viabilizada justamente em função de não ser um consenso, mas uma controvérsia, o posicionamento das pessoas em relação à pesquisas na comunidade. Existe uma porção da comunidade que praticamente ainda não havia sido contemplada nas pesquisas e reportagens anteriores, mencionadas por Florisbela e Rita. Essa é a área chamada de *Colônia*, onde realizam o “Candombe de Lena”. Nessa área da comunidade, o ancião de referência não é Dona Mercês, mãe de Florisbela e Rita, que não aceitam a pesquisa, mas Senhora Lena, Senhor Valdivino e Senhora Vilma que nos receberam com disponibilidade na fase de aprofundamento da pesquisa no quilombo. É certo que há ainda outro aspecto complexificador: justo essa área de Açude onde houve maior participação e aceite da pesquisa pelos moradores, há certa desconfiança em relação a identidade quilombola e as vinculações

políticas conseqüentes dessa definição. Parte dos moradores dessa área discordaram da auto-declaração deflagrada pelos moradores da área chamada de Açude, liderada pelos filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas de Dona Mercês e finada Dona Geralda. Sendo a identidade quilombola um elemento basilar que fundamenta o INRC dos Quilombos da Serra do Cipó, essa controvérsia desafia os pressupostos acerca de “comunidade”, “coletividade”, e “afirmação identitária” que, regra geral, constituem as pesquisas. Considerando tudo isso, apresentamos resumidamente, aqui, as decisões que tomamos em relação a pesquisa NA Comunidade Quilombola do Açude.

Hoje, na Comunidade Quilombola do Açude, o candombe está presente em três celebrações: a “Festa na Mercês” (ou “Candombe de Mercês”, que é celebrada no segundo sábado de Setembro, na área chamada de Açude), a Festa na Dona Helena (“Festa na Lena” ou “Candombe de Lena”, a mais antiga entre as três celebrações, que acontece no último sábado de Maio, na área chamada de Colônia) e a “Festa no Nelson” (que acontece no terceiro sábado de Julho, na localidade rural Gerônimo, fora do quilombo, em Cardeal Mota). Os três bens selecionados para compor a etapa de aprofundamento do INRC foram a forma de expressão Candombe e as celebrações “Festa na Mercês” e “Festa na Lena”. A Festa de Mercês foi excluída da seleção, em função da manifestação de recusa expressa decidida Florisbela, a filha mais nova de Dona Mercês e que em seu núcleo familiar desempenha a interlocução com as “pessoas de fora”. A Festa de Nelson não está incluída por não ser uma festa na Comunidade Quilombola Açude. O candombe da comunidade quilombola participa dessa festa, assim como participou no passado de várias outras no entorno, como pagamento de promessa e por amizade.

Sobre a dificuldade da equipe de pesquisa se inserir na comunidade: se por um lado, parte dos moradores de Açude rejeitou a realização da pesquisa, argumentando que a comunidade já teria sido fartamente pesquisada e documentada e que, ao contrário de vantagens, houve prejuízos resultantes desses registros, por outro lado, para conseguirmos acessar a parte do quilombo chamada Colônia, a dificuldade existe justamente porque não desejam a exposição por qual passaram seus parentes do Açude.

Na primeira incursão a campo para levantamento preliminar na Comunidade Quilombola Açude, foi identificada uma diferença política interna, marcada pelos moradores, entre as áreas de Açude e Colônia. Esse assunto que não foi aprofundado por ser um tema delicado que não deverá ser divulgado. O que ouvimos foi dito espontaneamente pelos informantes, que preferem não se identificar e não divulgar seus argumentos. A pesquisa para o INRC Quilombos da Serra do Cipó interpreta que o candombe foi, ao longo da história do grupo, fonte da identidade coletiva e do sentimento de comunidade; e que um processo de distanciamento das duas áreas da comunidade se deveu (ao menos em parte, pois outros motivos podem estar relacionados), a questões ligadas à progressiva exposição, circulação e espetacularização do candombe. Esse processo teve os candombeiros da área chamada Açude como principais agentes.

Apesar do Candombe do Açude ser uma referência cultural da Comunidade Quilombola do Açude, que é formada por Açude e Colônia, todo o processo midiático de divulgação e valorização do candombe se concentrou na área do Açude. Por este motivo a festa que mais se divulgou foi a do mês de setembro, na casa de Dona Mercês, e em geral quem conhece o candombe acredita que a comunidade quilombola se resume ao Açude. Esse foco no Açude, em Dona Mercês e na festa de Mercês, de certa maneira desprivilegiou a parte da comunidade chamada Colônia, provocando receios, incômodos e ressentimentos; por outro lado, justamente essa invisibilização da parte chamada Colônia favoreceu a preservação dos rituais e celebrações ali situados, no que se refere à intervenção ostensiva dos frequentadores provenientes de Belo Horizonte (geralmente pouco atenciosa à ética que baseia o candombe, bem como aos fundamentos devocionais).

Quando a Comunidade Quilombola do Açude é mencionada seja em trabalhos acadêmicos ou artigos jornalísticos, nunca mencionam as particularidades ou sequer a existência de Colônia. A exposição de Açude na mídia e o fato de ter se tornado local de recepção de turistas, fez com que Colônia buscasse descolar sua 'identidade' daquela imagem que se construía acerca do Açude. Até o início dos anos 2000, quando a comunidade era conhecida apenas localmente, era vista pelos *de fora* como uma unidade e ambos os núcleos eram conhecidos como

Açude. Buscando se desvincular da exposição, progressivamente, os moradores passaram a identificar externamente seu local de morada como Colônia.

Uma das consequências desse posicionamento divergente relacionado à exposição midiática do candombe, um ritual sagrado, foi que os tambus centenários acabaram por ser guardados por Mercês (ela ficou na posição de guardiã, sendo que historicamente a guardiã era a comunidade) e somente depois que novos tambus foram feitos foi possível dar continuidade a celebração na casa de Helena, na região de Colônia. Antes dos anos 2000, os tambus permaneciam na casa da família que recebeu o último Candombe até as vésperas da próxima festa, quando um grupo de candombeiros ia até lá busca-los. Não foi identificado quando precisamente esse sistema foi interrompido. De todo modo, desde possivelmente meados dos anos 2000 (esta data foi apenas vagamente indicada), os centenários tambores são guardados na casa de Dona Mercês. Sabe-se que por alguns anos da década de 2000 não houve candombe na Festa de Lena, apenas a reza, e que o candombe nesta festa retornou apenas por volta de 2010, quando os novos tambus foram feitos em uma oficina ministrada por candombeiros de Matição. De todo modo, não é possível afirmar com certeza se o motivo da paralização do candombe na Festa de Lena foi determinado pela decisão unilateral de manter os tambus na casa de Mercês ou se por uma conjuntura de fatores, dentre os quais, esse aspecto fora destacado por moradores da Colônia, em depoimentos prestados, mas que não serão divulgados, atendendo seu pedido.

Dois dos mais velhos candombeiros do Açude, se posicionando contrários aos tambus serem guardados em uma única casa, relataram que os *antigos* sempre afirmavam que os tambus deviam ser mantidos em movimento em um circuito de candombes. A partir deste contexto podemos inferir que se a mobilidade dos tambus é intrínseca ao complexo ritual que envolve o candombe, retornar com os tambus sempre para uma única casa (mesmo se com intenção de ‘preservação dos tambus centenários’), tornou-se um fato com consequências nefastas ao Candombe da comunidade.

Sobre este conflito, Cristiano A. F. Trindade apresentada em 2011 à Escola de

Música da Universidade Federal de Minas Gerais intitulada “O Candombe do Açude entre a Tradição e a Exposição” registra:

(...) o Candombe é convidado a se apresentar em contextos alternativos que ressignificam o ritual, causando desconforto em alguns candombeiros mais tradicionais acostumados com aura da religiosidade e com a proximidade com os ancestrais do contexto original. Esse processo demanda bastante diálogo, uma vez que produz conflitos que ameaçam a integridade do grupo, como o que fez com que uma parte da comunidade do Açude rejeitasse as “apresentações” nos moldes da cultura do entretenimento e chegasse a construir tambus novos para que as duas dimensões do Candombe não se contaminassem. Essas afirmações foram colhidas em conversas com pessoas da comunidade, as quais serão mantidas no anonimato”. (Trindade, 2011, p. 43-44)

Como a etapa de Levantamento Preliminar da pesquisa havia se concentrado na região do Açude e ainda com a oposição de parte da família de Mercês ao INRC, buscamos focalizar a pesquisa aprofundada na região de Colônia. Nossa principal interlocutora em Colônia foi Juquinha, liderança local que por várias vezes enfatizou que sua “área de trabalho comunitário” é “a social” e que a “parte cultural” é de responsabilidade de Cuta; e que em função de fortes divergências passadas em temas ligados ao Candombe ela evita intervir na “cultura”. Por outro lado, percebendo o posicionamento da equipe do INRC que pela primeira vez buscava contar o que ela chamou de “a verdadeira história do Açude e do Candombe”, Juquinha se disponibilizou a dedicar uma manhã e uma tarde a nos acompanhar para entrevistas com três mestres do Candombe na Colônia: Dona Vilma, Valdivino e Dona Helena. Na oportunidade, conseguimos combinar com Dona Helena o registro audiovisual de sua festa que aconteceria no último sábado de maio/2016. Dona Helena, entretanto, exigiu que nenhum vídeo fosse divulgado, de antemão, informando a data da celebração para evitar uma excessiva visitação da festa. Assim procedemos.

1.3 Referências Culturais Pesquisadas

REFERÊNCIAS CULTURAIS – Localidade 1 - AÇUDE

referência cultural	categoria	vigência
Candombe de Lena	celebrações	em vigência
Reza de São José	celebrações	em vigência
Dia da Santa Cruz	celebrações	em ruína
Mês de Maria	celebrações	em vigência
Candombe de Mercês	celebrações	em vigência
Candombe	formas de expressão	em vigência
Boi da manta	formas de expressão	em vigência
Folia de reis	formas de expressão	em memória
Caboclinho	formas de expressão	em memória
Encomendação das Almas	formas de expressão	em ruína
Queima do Judas	formas de expressão	em memória
Pastorinhas	formas de expressão	em memória
Novena	formas de expressão	em ruína
Pedido de chuva	formas de expressão	em memória

Casa de Dona Mercês	lugares	em vigência
Casa de Lena	lugares	em vigência
Casinha	lugares	em vigência
Fazenda Cipó	lugares	em vigência
Ofício de Parteira	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Remédio à base de plantas	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer Fubá	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o melado de cana	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de Fazer a Farinha de Mandioca / e o polvilho	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Doces da Semana Santa	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Benzeção	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Artesanato em taquara e outros materiais	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Troca de dia	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer azeite e gordura de	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína

coco		
Modo de preparar o milho para fazer canjica	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Óleo de mamona	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Sabão de coada	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de fiar a linha	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína

Desses bens foram selecionados para identificação a celebração Candombe da Lena; e a forma de expressão Candombe de Nossa Senhora do Rosário. [descrever o porquê dessa escolha]

REFERÊNCIAS CULTURAIS – Localidade 2 - BURACO

referência cultural	categoria	vigência
Festa do Cruzeiro (São Pedro)	celebrações	em ruína
Moda	formas de expressão	em memória
Recortado	formas de expressão	em memória
Desafio	formas de expressão	em memória
Caxambu	formas de	em memória

	expressão	
Procissão para pedir por chuva	formas de expressão	em memória
Trezena na Semana Santa	formas de expressão	em memória
Artesanato em Taquara	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Medicina tradicional a base de plantas	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Benzeção	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em memória
Parteiras	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Alvenaria de barro - Casas de barro e madeira	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Pão de sabão	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Doces	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Azeite de mamona	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Cruzeiro do Alto do Morro	lugares	em vigência
Igrejas Evangélicas	edificações	em vigência

Dessas referências, os bens selecionados para identificação conforme metodologia INRC foram a celebração Festa do Cruzeiro/de São Pedro; o modo de fazer artefatos em taquara; os saberes de usos de folhas cascas e raízes. [descrever o porquê dessa escolha]

REFERÊNCIAS CULTURAIS – Localidade 3 - CACHOEIRA, XAMBÁ E RIBEIRÃO (ASCAXAR)

referência cultural	categoria	vigência
Coroação de Maria	celebrações	em vigência
Novena e vigília a Nossa Senhora da Conceição	celebrações	em vigência
Festa de Nossa Senhora Aparecida	celebrações	em vigência
Reza de São Sebastião	celebrações	em vigência
Celebração de Nossa Senhora de Fátima	celebrações	em vigência
Fim da Colheita do Milho	celebrações	em vigência
Festa de Santa Cruz	celebrações	em memória
Turma(Associação ASCAXAR)	formas de expressão	em vigência
Marujada Feminina N. Sra. da Conceição de Ribeirão de Trás	formas de expressão	em vigência
Caminhadas ao cruzeiro pedindo por chuva	formas de expressão	em memória

Reza em latim	formas de expressão	em memória
Casos de assombração	formas de expressão	em vigência
Recortado	formas de expressão	em memória
Caboclo	formas de expressão	em vigência
Time de Futebol Ribeirão de Trás	formas de expressão	em vigência
Serenata	formas de expressão	em memória
Folia de Reis	formas de expressão	em memória
Culinária local	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Artefatos/artesanatos em taquara	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Artesanatos - Cachoeira em Artes	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer o sabão preto ou sabão de borra	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o licor de jurubeba	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência

cuscul de mandioca		
Modo de fazer a rapadura	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer o óleo de mamona	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de fazer o fubá de moinho d'água	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Alvenaria de barro	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Benzeção	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Ofício de parteira	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Culinária tradicional	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Modo de fazer doces tradicionais	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	edificações	em vigência
Ruínas da casa de Luiz Capitão	edificações	em ruína
Cruzeiro da Venda Seca	lugares	em memória
Cruzeiro de Paulo Capitão	Lugares	em vigência
Bica do Caldeirão de Ouro	Lugares	em memória
Córrego Grande	Lugares	em vigência
Morro de Pedra	Lugares	em vigência

Pé de Jenipapo	Lugares	em vigência
Valo onde nasceu Luiz Capitão	lugares	em memória

Dessas referências, os bens selecionados para identificação conforme metodologia do INRC foram as formas de expressão Coroação de Maria e Marujada; e o ofício cooperativismo tradicional Turma/Associação. [descrever o porquê dessa escolha]

REFERÊNCIAS CULTURAIS – Localidade 4 - CUBAS

referência cultural	categoria	vigência
Festa do Divino Espírito Santo	celebrações	em vigência
Novenas	formas de expressão	em memória
Artesanato em Taquara e Bambu	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Alvenaria de Barro e Madeira	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em vigência
Remédios à base de plantas	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Capela do Divino Espírito Santo	lugares e edificações	em vigência
Cruzeiro de Cubas	lugares e edificações	em vigência

Moinho Velho	lugares e edificações	em ruína
--------------	--------------------------	----------

Dentre essas referências culturais pesquisadas, aquelas identificadas conforme metodologia do INRC foram a celebração Festa do Divino Espírito Santo; o lugar-edificação Igrejinha do Divino Espírito Santo; e o ofício construção em alvenaria de barro tradicional. [descrever o porquê dessa escolha]

REFERÊNCIAS CULTURAIS –Localidade 5 - MATIÇÃO

referência cultural	categoria	vigência
Reza de Santa Cruz	celebrações	Vigente
Festa dos Padroeiros	celebrações	vigente
Reza do Mês de Maria	celebrações	vigente
Festa de São João do Matição	celebrações	Vigente
Reza de São Pedro	celebrações	vigente
Reza de São Benedito	celebrações	vigente
Folia de Reis	formas de expressão	Vigente
Coroação de Maria	formas de expressão	Vigente
Candombe	formas de expressão	Vigente
Reinado de Nossa Senhora	Formas de	vigente

dp Rosário	expressão	
Encomendação das Almas	Formas de expressão	vigente
Bando/Queima de Judas	formas de expressão	Vigente
Bloco de Carnaval	formas de expressão	vigente
Batuque	Forma de expressão	Em recuperação
Umbanda de Dona Divina	Formas de expressão/cel ebração	vigente
Mestres e mestras candombeirxs	Saberes/formas de expressão	Vigente
Mestres e mestras benzedeirxs	Saberes/ofícios	Vigente
Mestras rezadeiras	Saberes/ofícios	vigente
Quarto do Santo/Umbanda de Dona Divina	Lugares/edificações	vigente
Casa Velha de Benjamim e Josefa	Lugares/edificações	vigente
Capela	Lugares/edifi	Vigente

	cações	
Morro do Cruzeiro	Lugares/edificações	Vigente
Terreiro de Divina	Lugares/edificações	Vigente
Beco de Jair	Lugares/edificações	vigente
Caminho Fundo	Lugares	vigente
Usos de folhas, cascas e raízes para cura e alimentação	saberes	vigente
Fabricação dos tambus, guaias e puíta	saberes	vigente

Dentre essas referências culturais, aquelas identificadas conforme metodologia do INRC foram a Reza de Santa Cruz, a Folia de Reis e o Reinado. [descrever o porquê dessa escolha]

REFERÊNCIAS CULTURAIS – Localidade 6 - TRÊS BARRAS

referência cultural	categoria	vigência
Festa de Nossa Senhora do Rosário	celebrações	em ruína
Festa do Menino Jesus	celebrações	em ruína
Marujada de Três	formas de	em vigência

Barras	expressão	
Novena	formas de expressão	em ruína
Coroação De Maria	formas de expressão	em memória
Leilão	formas de expressão	em vigência
Recortado	formas de expressão	em memória
Moda	formas de expressão	em memória
Serenata	formas de expressão	em memória
Caxambu	formas de expressão	em memória
Catopé De Três Barras	formas de expressão	em memória
Pedidos de Chuva	formas de expressão	em memória
Mutirão	formas de expressão	em memória
Pisquim	formas de expressão	em memória
Benzeção	ofícios-saberes-	em ruína

	modos-de-fazer	
Rezadeira	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Artesanato em Taquara	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de Fazer Fubá	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de Fazer Melado	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Modo de Fazer Doces	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
ofícios-saberes- modos-de-fazer Sabão	ofícios-saberes- modos-de-fazer	em ruína
Igreja do Menino Jesus de Três Barras*	lugares e edificações	em vigência
Cachoeira de Três Barras	lugares e edificações	em vigência
Igreja Deus É Amor	lugares e edificações	em vigência
Igreja Batista Central	lugares e edificações	em vigência

Dentre essas referências culturais pesquisadas, aquelas identificadas conforme metodologia INRC foram a Igrejinha de Menino Jesus das Três Barras, a Marujada e a Festa de Nossa Senhora do Rosário. [descrever o porquê dessa seleção]

2 Segunda parte – descrição de cada uma das comunidades quilombolas inventariadas e das referências culturais nelas identificadas, tomando por base as fontes documentais e bibliográficas e a pesquisa de campo, destacando: formação histórica, composição populacional, contexto socioeconômico, relações sociais e acesso a políticas públicas de cada comunidade pesquisada; contexto de produção e realização das expressões culturais identificadas em cada comunidade.

2.1 Referências Culturais identificadas em cada Quilombo (localidade)

REFERÊNCIAS CULTURAIS

LOCALIDADE 1 - ACUDE

CANDOMBE, CANDOMBE DO AÇUDE OU CANDOMBE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (AÇUDE)

O Candombe do Açude é uma tradição herdada pelos ancestrais escravizados da comunidade quilombola na Fazenda Cipó Velho. Trata-se de um ritual devocional a Nossa Senhora do Rosário, mãe do Candombe, nascido a mais de 200 anos quando os escravos da Fazenda Cipó fizeram os primeiros tambus para buscarem a imagem de Nossa Senhora do Rosário encontrada em uma lapa.

Conta o mito de origem no Açude que Nossa Senhora do Rosário apareceu em uma lapa da fazenda. Os brancos tentaram por várias vezes levar a imagem para a igreja da fazenda, mas Nossa Senhora sempre retornava para a lapa. A imagem somente “sossegou” na igreja quando os negros a carregaram. Antes de seguir para a lapa, os escravos esculpiram três tambus para saudar Nossa Senhora do Rosário com madeira extraída na mata. Ao som do Candombe, Nossa Senhora voluntariamente foi para a igreja da Fazenda Cipó Velho. A partir de então, todos

os dias ao cair da noite, depois do trabalho, os escravos a cultuavam com os tambus, o que perturbava o senhor. Apesar da aceitação de Nossa Senhora ao culto dos tambus, o senhor entendia que instrumentos artesanais em madeira eram indignos de Nossa Senhora. Incomodado com a celebração, mandou queimá-los. Mas a fumaça exalada da madeira dos tambus passou a perseguir o senhor e a sufocá-lo. Sua esposa, na tentativa de reverter as consequências geradas pela ação do marido, pediu aos escravos que fizessem novos tambus e voltassem a tocá-los. Os escravos assim fizeram, mas a fumaça perseguiu o senhor até a sua morte. Estes três tambus esculpidos para substituir os instrumentos incinerados permanecem no Açude e estão hoje guardados na casa de Dona Mercês.

O Candombe é uma forma de expressão em geral manifestada em celebrações - festas - que se repetem anualmente como devoção e pagamento de promessa. Na Comunidade Quilombola do Açude acontecem atualmente dois Candombes: o “Candombe de Lena” (no último sábado de maio, na casa de Lena) e o “Candombe de Mercês” (no segundo sábado de setembro, na Casa de Mercês).

Cada festeiro ergue a bandeira com a imagem de seu santo de devoção. Na festa de Dona Mercês levantam a bandeira de Nossa Senhora do Rosário e na de Dona Helena, a de Nossa Senhora do Desterro, do Menino Jesus e de São João. Os entrevistados explicaram que independentemente da bandeira erguida, o Candombe é sempre para Nossa Senhora do Rosário.

O “Candombe do Açude” acontecia tanto na comunidade, como em comunidades do entorno – locais onde os quilombolas mantêm laços de parentesco e amizade. Em especial nas últimas duas décadas, a frequência das festas passou por uma drástica redução. Havia Candombe na “Zareia” (um por promessa de Marculino e outra por promessa de Naná), na Vila Santa Rita (promessa de Lair), em Capoeira Grande (na casa de Inês e João de Bem), na Vargem Grande (de Nilda), no Capão Palmito (casa de Zé Sutero), em um lugar “pra cima do Chapéu do Sol (casa de Tidico), na Lapinha de João Congo (na casa de Valtério), na casa do Seu Nego (local não mencionado), na Vacaria, na casa de Zé Vitor (não ficou claro se são duas festas distintas ou se a festa na Vacaria era a de Zé Vitor) , no Cardoso

(Candombe de Dalina) , “Lá pro lado do Tumé” (na casa de Laíde),na Pindaíba e no Barreiro, Hoje, a única festa fora da comunidade que regularmente conta com Candombe é o “Candombe de Nelson” (no terceiro sábado de Julho, na localidade rural Gerônimo, em Cardeal Mota). Algumas eram esporádicas e outras anuais, mas todas essas festas reuniam os candombeiros da região, não apenas do Açude.

“Era tanto candombeiro. Era tudo espalhado. Morava no Açude, Vargem Grande, Paraúna, Berto, Cardoso, Xirú, Vacaria, Colônia, Soberbo, João Congo, São José da Serra... Juntava esse povo tudo. (...) Olha pra você ver, João da Benvinda, Henrique, Acácio, Bil... Esses eram os candombeiros. Zé Vitor, Marcolino (...) Messias, Américo, Zé Culú, Zeca... Mas tem mais... As esposas... As mulheres que dançavam era Claudiana [filha da Claudiana velha que ficou com do Xirú], esposa de Zé Culú, Chica do Carumbé... Umas mulheres grades, umas negonas, mas não era forte não, era magrinha. Essas mulheres mais antigas, elas eram alta, alta escultrada, no corpo não tinha gordura não. As mulheres que cantavam candombe na época...” (Eny Aparecida da Apresentação, novembro de 2016)

A princípio o hoje “Candombe do Açude” era referenciado apenas por Candombe. Aconteciam “festas” nas quais o “candombe” era um dos elementos. Com a visibilização e valorização do candombe promovido pela ghfghfghfghfghfghf, o Candombe passou a ser conhecido como “Candombe do Açude” e se sobressaiu em relação à festa. Assim se antes falavam “Festa de Lena” agora é mais comum ouvir “Candombe de Lena”, mesmo o candombe permanecendo como parte da celebração.

Apesar do Candombe do Açude ser uma referência cultural da Comunidade Quilombola do Açude (e poderíamos acrescentar aqui também de todas as povoações do entorno onde vivem ou viveram candombeiros descendentes dos escravos da Fazenda Cipó) todo o processo midiático de divulgação e valorização do candombe se concentrou na a festa do mês de setembro, na casa de Dona Mercês, e em geral as pessoas “de fora” que conhecem o candombe acredita que a comunidade quilombola se resume a parte da comunidade mais próxima do lugar de realização da festa. Esse foco na festa de Mercês, de certa maneira invisibilizou a Festa de Dona Lena, o que favoreceu a preservação dos rituais e celebrações ali

situados, no que se refere à intervenção ostensiva dos frequentadores provenientes de Belo Horizonte e outros lugares (geralmente pouco atenciosos à ética que baseia o candombe, bem como aos fundamentos devocionais).

Até a alguns anos atrás, os tambus permaneciam guardados na casa da família que recebeu o último Candombe até as vésperas da próxima festa, quando um grupo de candombeiros ia até lá busca-los. Não foi identificado quando precisamente esse sistema foi interrompido. De todo modo, desde possivelmente meados dos anos 2000 (esta data foi apenas vagamente indicada), os centenários tambores são guardados na casa de Dona Mercês.

Por alguns anos da década de 2000 não houve candombe na Festa de Lena, apenas reza. O candombe nesta festa retornou apenas por volta de 2010, quando novos tambus foram feitos em uma oficina promovida pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaboticatubas e a Associação Comunitária dos Moradores do Açude e Adjacências.

A decisão não consensual de manter os tambus na casa de Mercês foi apontado pormoradores do Açude que se posicionam contrários a este atocomoo motivo da paralização do candombe nas festas de Lena. Esses moradores relatam que os *antigos* sempre afirmavam que os tambus deviam ser mantidos em movimento em um circuito de candombes.

“O pessoal dos antigos... Se você chegasse aqui e pedisse os tambus pra fazer uma reza, eles deixavam. O tambu ia. Ia e voltava! De alguma forma ele aparecia. Quando você precisava [alguém dizia], ‘tá lá na casa de fuluno’.” (EnyAparecida da Apresentação, novembro de 2016)

A partir desses relatos podemos inferir que se a mobilidade dos tambus é intrínseca ao complexo ritual que envolve o candombe, retornar com os tambus sempre para uma única casa (mesmo se com intenção de ‘preservação dos tambus centenários’), é um fato que fere os preceitos do Candombe.

“Nós buscávamos esses tambus longe. Tudo enquanto é canto, no dia de fazer o candombe íamos buscar esses tambus. Oh Meu Deus. A pé. E ninguém tinha carro, tinha coisa nenhuma. Juntava uns três, tinha que ser três pra ir buscar porque são três [tambus]. (...) Mas esses tambus rodaram pra tudo em quanto é lado. Tem

lugar que agente até esquece. Agente nem lembra mais. (...) E os tambus não são de ninguém não. Os tambus são para rodar onde que tiver candombe é pro tambu ir.” (Maria Helena Daniel, Dona Lena, 68 anos, em novembro de 2016)

Paralelamente à exposição do Candombe na mídia e para turistas e ao fato dos tambus estarem guardados em uma única casa, os tambus começaram a ser levados para inúmeras apresentações em eventos (shows de artistas renomados, apresentações em universidades, casas de espetáculo e eventos culturais diversos). Essa exposição do Candombe e de seus tambus em performances “culturais”, fora do contexto sagrado também dividiu opiniões entre os candombeiros.

Sobre este conflito, Cristiano A. F. Trindade em sua dissertação apresentada em 2011 à Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais e intitulada “O Candombe do Açude entre a Tradição e a Exposição” registra:

(...) o Candombe é convidado a se apresentar em contextos alternativos que ressignificam o ritual, causando desconforto em alguns candombeiros mais tradicionais acostumados com aura da religiosidade e com a proximidade com os ancestrais do contexto original. Esse processo demanda bastante diálogo, uma vez que produz conflitos que ameaçam a integridade do grupo, como o que fez com que uma parte da comunidade do Açude rejeitasse as “apresentações” nos moldes da cultura do entretenimento e chegasse a construir tambus novos para que as duas dimensões do Candombe não se contaminassem. Essas afirmações foram colhidas em conversas com pessoas da comunidade, as quais serão mantidas no anonimato”. (Trindade, 2011, p. 43-44)

Como citado acima, o Candombe na casa de Lena só retornou depois que novos Tambus foram feitos em uma oficina promovida pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social – unidade pública estatal gerida a nível municipal). Por volta de 2010, o CRAS estava oferecendo várias oficinas de artesanato em parceria com a Associação Comunitária de Moradores de Açude e Adjacências. Foi quando surgiu a ideia de confeccionarem novos tambus. Esbarraram, entretanto, em um detalhe: não havia ninguém que já tivesse feito tambus. Por outro lado entendiam que se os ancestrais candombeiros fizeram, os candombeiros de hoje também

saberiam fazer. Os dois candombeiros mais velhos do Açude foram escalados para fazer os tambus: Ramiro (esposo de Dona Lena e que hoje é evangélico) e Valdivino. De todo modo, para que a oficina fosse aprovada era necessário alguém com experiência comprovada em marcenaria. Essa pessoa foi Evandro, marceneiro (ou carpinteiro?) e candombeiro da Comunidade Quilombola de Matição, em Jaboticatubas. Apesar dos tambus de Matição serem diferentes dos do instrumentos do Açude e de Evandro também nunca ter feito um tambu, ele era candombeiro e marceneiro e, portanto, a pessoa ideal para compor com Ramiro e Valdivino a equipe de ministrantes da oficina de tambus.

Foram feitos dois trios de tambus. Um dos trios está na casa de Valdivino e foi feito com uma madeira extraída em Matição cujo nome não souberam dizer. O outro trio foi feito com a madeira de sabueiro e são aqueles usados na festa de Lena. Começaram a trabalhar com as madeiras do Matição. Depois de iniciado o trabalho, Ramiro e Valdivino perceberam que a madeira era muito “leve e fraca” e alertaram que quando comesçassem a bater os tambus ela racharia (o que mais tarde aconteceu). Continuaram a fazer com a madeira do Matição, mas procurando um tronco seco de uma árvore de sabueiro. Conseguiram uma parte com um filho de Valdivino e o restante na Fazenda Cipó Velho.

A oficina aconteceu na Casa de Dona Vilma ao longo de uma semana, sempre entre 18h e 22horas. Reuniu vários moradores do Açude, de crianças a idosos. Com exceção das crianças todos ajudaram no feitio dos seis tambus. A prefeitura além de contratar um oficineiro com experiência em artesanato em madeira, disponibilizou todas as ferramentas necessárias. As ferramentas e a quantidade de cada uma foram indicadas pelos oficineiros: Valdivino, Ramiro e Evandro. A comida oferecida durante as oficinas era providenciada pelos participantes da oficina, “cada um levava um pouco”.

Mas os tambus precisavam ser batizados e consagrados. Então, em uma noite de sábado a comunidade se reuniu na casa de Dona Vilma. Rezaram, levantaram a bandeira e apresentaram os novos tambus a Nossa Senhora do Rosário. “Foi bonito de mais”, lembrou Dona Lena.

FESTA DE LENA OU CANDOMBE DE LENA (AÇUDE)

A “Festa de Lena” ou “Candombe de Lena” (como mais recentemente passou a ser referenciada) acontece desde o final da década de 1960 ou início da década de 1970 (Helena não soube precisar) em comprimento a uma promessa de Dona Helena. Por volta de 21 horas do último sábado do mês de maio as rezadeiras, os candombeiros e os visitantes se reúnem na sala da anfitriã, onde vai acontecer a reza. Tradicionalmente e até uma data que não foi identificada, a parte final da reza era ritmada pelo som do um violão, de um cavaquinho, de um pandeiro e de um surdão. O surdão era tocado por Dona Vilma, atualmente com problemas de saúde. Hoje a reza é entoada apenas vocalmente pelos presentes. Ao fim da reza todos os presentes, cada um portando uma vela distribuída por Dona Helena, seguem em procissão até o quintal. Ali erguem a bandeira entoando cânticos devocionais. Após o erguimento da bandeira, cada um deposita sua vela ao pé do mastro entregando seus pedidos e agradecimentos. Dona Helena levanta as bandeiras de Nossa Senhora do Desterro, Menino Jesus e São João. O Candombe começa em seguida, ao pé do mastro. Durante a madrugada os candombeiros entram para a sala da casa, onde o Candombe continua. “*Quando entra pra dentro de casa é que pega fogo...*”, dizem os candombeiros. Ao nascer do sol iniciam o ritual de encerramento. O grupo circula a casa da anfitriã por três vezes, sempre entrando pela porta da cozinha e saindo pela porta da sala. Então seguem para o pé da bandeira, onde finalizam a festa.

Os gastos para a execução da festa se concentram em alimentação, velas, rojões e em materiais de limpeza e higiene. Todo o dinheiro necessário é despendido por Dona Helena.

Dona Helena oferece quitandas, café e cachaça. Esses três itens são a comida e bebida tradicionalmente oferecida no dia de Candombe. Dona Helena é rigorosa em manter a tradição e não pensa em inserir novos alimentos. Geralmente Helena conta com a ajuda de duas sobrinhas. Juntas as três produzem todas as quitandas oferecidas aos visitantes. Algumas vezes, contam com a ajuda de outras pessoas, mas sem um compromisso anual. Apenas as sobrinhas se comprometem em ajudar

todos os anos. Elas moram em uma povoação vizinha (Capoeira Grande) e as quitandas são feitas na casa de um irmão de Helena, na Colônia. Em 2016, entretanto, por algum motivo não especificado, o forno de barro não estava disponível e Helena precisou comprar parte das quitandas.

No domingo, uma das filhas de Helena – residente em Belo Horizonte – dedica-se a limpeza da casa e do quintal antes de retornar à capital. Não há um dia certo para a descida da bandeira, que pode permanecer erguida por até uma semana. Dona Helena desce a bandeira no dia seguinte à festa.

Até recentemente a festa de Lena era frequentada apenas por moradores locais e de comunidades vizinhas. Depois da popularização da festa de Dona Mercês, no início dos anos 2000, a casa de Lena permaneceu por alguns anos reunindo apenas amigos e parentes. Ainda não reúne a multidão presente no Candombe em Dona Mercês, mas o número de visitantes já é grande e se amplia exponencialmente a cada ano. Com a ampliação do número de visitantes, um dos filhos de Dona Helena e sua esposa (que moram em uma casa pareada com a casa de Dona Helena) decidiram vender alimentos e bebidas.

Por alguns anos da década de 2000 não houve candombe na festa de Lena. O candombe nestas festas retornou apenas por volta de 2010, quando novos tambus foram feitos em uma oficina promovida pelo CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) com o apoio da Prefeitura Municipal de Jaboticatubas e da Associação Comunitária de Açude e Adjacências. Desses novos, três são tocados na festa na casa de Lena.

Ao longo da história da Festa de Dona Lena, Marlene (esposa do mestre candombeiro Valdivino) foi a principal rezadeira. Por questões de saúde, no ano de 2016 Marlene não conduziu a reza. Foi preciso que Dona Lena convidasse uma rezadeira de outra localidade para substituir a amiga. Após o erguimento do mastro a rezadeira se despediu da festa.

Ao longo do ano Dona Lena busca economizar o dinheiro necessário para a execução da festa. A princípio contava com o apoio financeiro e logístico do marido (Ramiro). Desde que o esposo mudou de religião (tornou-se evangélico), todo o recurso necessário provém de Dona Lena que nem sempre consegue reunir o

montante necessário. Em 2016, por exemplo, não pôde comprar as velas que gosta de distribuir a todos os visitantes ao fim da reza.

Alguns dias antes da festa, a anfitriã começa a comprar os ingredientes para a comida e a bebida oferecidas aos candombeiros e visitantes e outros artigos necessários (como os rojões). Já nas vésperas do dia da festa inicia o preparo das quitandas. No sábado, com a ajuda de parentes, prepara o quintal para receber os visitantes e o Candombe. Neste dia, um de seus filhos prepara a cova onde será erguido o mastro (função anteriormente de responsabilidade de seu esposo). Ao longo de todo o dia, os tambus ficam sob o calor do sol e após acender a fogueira dispostos próximos ao fogo. O aquecimento dos tambus serve para dilatar o couro e afinar seu timbre. Durante a festa, Dona Helena fica a maior parte do tempo na cozinha coando café e repondo as quitandas. Em breves intervalos, entra na roda de Candombe cantando alguns versos.

Dona Helena e seu esposo Ramiro não possuem o título da terra. Eles moram em uma área doada informalmente por um dos herdeiros da Fazenda Cipó. Quando eles se casaram, Ramiro trabalhava como vaqueiro na fazenda. Como aconteceu com os primeiros moradores de Açude, Ramiro recebeu o terreno em troca de serviços em benefício da fazenda.

Motivos da celebração: invocação religiosa; pagamento de promessa; devoção a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Desterro, Menino Jesus e São João.

REFERÊNCIAS CULTURAIS SELECIONADAS

LOCALIDADE 2 - BURACO

FESTA DO CRUZEIRO (SÃO PEDRO)

A Festa do Cruzeiro é uma festa religiosa centenária na Comunidade Quilombola Buraco. É chamada Festa do Cruzeiro porque é realizada no alto do Morro do Cruzeiro, mas é uma celebração em honra a São Pedro e não à Santa Cruz como pode sugerir o nome. Se não houver imprevistos, acontece anualmente em um final de semana próximo ao dia 29 de junho, dia de São Pedro no calendário

católico.

Osvaldo, um neto de José Silvano, reside na casa que foi do avô e guarda a bandeira de São Pedro. Antes de Osvaldo, seu pai Sebastião Silvano era quem morava lá. Segundo Osvaldo, “essa festa tem mais de 100 anos certamente, que era coisa de gente muito antiga dos antepassados”. Osvaldo herdou a bandeira de seu pai, Sebastião Silvano, “que herdou do meu avô, José Silvano Véio, que já era herdeiro da bandeira”.

“Quando meu avô mudou pra aqui, que nossa família não era daqui não, meu avô foi nascido em Itacolomy [distrito do Município de Conceição do Mato Dentro] (...), José Silvano. Aí eles mudaram de lá pra cá. Vieram os companheiros dele, irmãos, os primos... Mudou pra aqui, aí continuou [com a festa]. Fazia essa festa lá [em Itacolomy] uma vez ou outra, depois aqui é que eles continuaram direto, fazendo ela sempre, sempre. Daí pra cá, do tempo do meu pai, e nós continuamos com ela.”
(Osvaldo Silvano, 02 de abril de 2016)

Osvaldo não sabe dizer se a origem da festa está ligada a alguma promessa, apenas que seu avô era devoto de São Pedro. Enquanto foi vivo, José Silvano foi o responsável pela promoção do festejo. Após sua morte, a responsabilidade foi transferida para seu filho Sebastião Silvano. Sebastião viveu com sua família na casa herdada do pai e organizava a festa com o apoio de sua esposa Maria Rosa. No início da década de 1990, Maria Rosa adoeceu e por aproximadamente seis anos a festa não aconteceu. Por volta de 1998, Sebastião Silvano decidiu reerguer a festa. No mesmo ano, um mês após a festa, Maria Rosa faleceu. Desde então, a festa acontece anualmente sem falhas. Entretanto, a responsabilidade da festa não se concentra mais em uma única pessoa ou núcleo familiar: cada ano a festa é promovida por um festeiro. De todo modo, apesar da variação dos festeiros, a casa (hoje reformada e ampliada) que foi de José Silvano e posteriormente de seu filho Sebastião Silvano, é o local de referência para a realização do festejo, assim como o Morro do Cruzeiro. Osvaldo – neto de José Silvano – é quem cuida da casa e do Morro do Cruzeiro. Ele, independentemente de quem serão os festeiros, ajuda anualmente na preparação e execução da festa.

“Minha mãe adoeceu e ficou a festa parada. No mesmo ano meu pai voltou a fazer a

festa e não parou mais. Fez a festa em junho, em julho ela morreu. De lá para cá, um ano um [festeiro] faz, no outro [ano], outro [festeiro]. Este ano uma sobrinha que mora em BH quem vai fazer a festa". (Osvaldo Silvano, 02 de abril de 2016)

A Festa do Cruzeiro possui dois marcos espaciais: o Morro do Cruzeiro e a casa e quintal do falecido José Silvano, um dos fundadores da Comunidade Quilombola de Buraco e quem instituiu a Festa do Cruzeiro no quilombo. Desde que a festa começou a ser comemorada em Buraco, estes são os locais de referência. Sendo propriedade dos herdeiros do fundador da celebração, não é necessária qualquer autorização ou pagamento de taxas para a realização da festa. O Morro do Cruzeiro e a casa de José Silvano estão localizados em uma das regiões mais altas de Buraco. A parte mais antiga da casa foi construída em pau a pique. Outra parte, mais recente, foi erguida em adobe. Os primeiros cômodos em adobe foram construídos por volta de 1960. O Morro do Cruzeiro está localizado há aproximadamente 500 metros da casa de José Silvano. Ao centro do morro está localizado um cruzeiro de madeira feito com braúna. (ver "Cruzeiro do Alto do Morro", nos anexos)

No Morro do Cruzeiro acontece a etapa religiosa da festa. Lá é levantada a bandeira de São Pedro em um ritual com reza, cânticos e foguetes. Na Casa de José Silvano, os festeiros recebem a comunidade e os visitantes. Lá o festeiro oferece a comida e a bebida. Um som mecânico toca forró até o amanhecer de domingo. A princípio este momento era animado por um forró tocado por um grupo de músicos, com instrumentos como sanfona, violão, pandeiro e triângulo. Após a morte do sanfoneiro (João Baianinho), há mais de 30 anos, as festas passaram a ser animadas por som mecânico. "*No tempo de João baianinho que era bom*", lembra Osvaldo.

A festa acontece sempre em um final de semana próximo ao dia 29 de junho. O final de semana exato é sempre definido pelo festeiro em parceria com Osvaldo. Em 2016 a festa foi agendada para o dia 02 de julho, entretanto, por falta de recursos foi cancelada. Após 15 dias, alguns poucos quilombolas residentes nas proximidades do Morro do Cruzeiro descem a bandeira, que ficará guardada na casa que foi de José Silvano *Véio*.

Até o ano de 2015, a reza era “puxada” por Nazinha (Ana José de Queiroz), 68 anos, uma neta de José Silvano, e Terezinha, uma quilombola que nasceu e por toda a vida morou em Três Barras. Terezinha faleceu em 2015 e desde então Nazinha é a única rezadeira local. Nazinha nasceu em Rio Preto (um povoado de Conceição do Mato Dentro) e é casada com José de Deca (nascido em Três Barras, filho de Deca Baiano) um quilombola de Três Barras, onde vive o casal. Quem *puxa* a reza é uma neta de José Silvano, conhecida como Nazinha e que mora em Três Barras.

Osvaldo conta que nas festas promovidas por seu pai (falecido por volta do ano de 2000) o cardápio se resumia em cuscuz (feito com fubá, farinha de mandioca e rapadura), broa de fubá, café e cachaça. “*A cachaça pra eles era primeiro lugar*”. Hoje o cardápio é variado. Os festeiros oferecem caldo de mandioca, farofa (com frango desfiado e farinha de mandioca), arroz, churrasco, cerveja, cachaça e batidas. Nada é comercializado na Festa do Cruzeiro

No início de junho começam os preparativos para a festa. Iniciam comprando os ingredientes para a feitura da comida. Preparação: Compra dos ingredientes para preparação dos alimentos a serem servidos no dia da festa, especialmente para o caldo de mandioca, a farofa de frango e o arroz; Compra da cerveja e cachaça; Compra dos foguetes para o levantamento do mastro; Capinar o caminho entre a casa que foi de José Silvano e o Cruzeiro; Enfeitar o cruzeiro com papel de seda colorido - uma neta de José Silvano é a responsável por enfeitar o cruzeiro.

O capital investido na festa é destinado à compra de bebidas e comidas, ao material para enfeitar o cruzeiro, a compra de foguetes, além de algum investimento na infraestrutura local. *O festeiro é responsável principalmente pelos custos com comidas e bebidas.* Em 2015, o Senhor Osvaldo adquiriu todo o material necessário para iluminar o caminho entre o Morro do Cruzeiro e a casa onde recebem os convidados.

A moldura de madeira da *Bandeira de São Pedro* foi esculpida por Osvaldo. Sempre que necessário, ele a substitui. Para a festa de 2015 a imagem de São Pedro, que estava se desfazendo, foi substituída por uma de São Brás. Para 2016, um amigo de Osvaldo prometeu doar uma imagem de São Pedro.

Participam da festa parentes e amigos da família de Osvaldo e do festeiro. São, principalmente, moradores de Buraco, do quilombo de Três Barras, de Tabuleiro (distrito de Conceição do Mato Dentro), da sede municipal, de Belo Horizonte e de Tijucal (um povoado na divisa entre Conceição do Mato Dentro e o município de Morro do Pilar). A grande maioria é católica, mas também participam alguns seguidores das religiões evangélicas.

MEDICINA TRADICIONAL A BASE DE PLANTAS

A medicina tradicional a base de plantas é um sistema de cura utilizado para o tratamento de diversos males. A extração de ervas, raízes, cipós para fins medicinais revela-se em Buraco com expressiva significação e uso, apesar de os medicamentos caseiros em Buraco estarem sendo substituídos por medicamentos industrializados.

O uso terapêutico das plantas são saberes fortemente relacionados aos territórios e aos seus recursos naturais. Para usar as plantas medicinais é preciso conhecê-las, saber onde colhê-la e como prepará-la. Este conhecimento é transmitido em Buraco através de gerações e especialmente os mais velhos detêm os segredos para a identificação das plantas, os seus ecossistemas de ocorrência, as técnicas sustentáveis para a coleta das plantas, o preparo de remédios caseiros e a sua indicação para diversos males e doenças.

As plantas podem ser colhidas em áreas de vegetação nativa ou secundária e muitas podem cultivadas em quintais ou hortas. Alguns medicamentos são feitos com a planta fresca e outros com planta seca. A feitura dos medicamentos acontece em casa, utilizando os recursos da cozinha e técnicas semelhantes à preparação de alimentos. É comum entre as comunidades tradicionais que prática da medicina popular associe remédios caseiros a benzeções e orações. A medicina tradicional é exercida principalmente pelas mulheres, mas não apenas por elas.

A matéria-prima (as plantas) é extraída pelos detentores deste saber-fazer nos quintais e em matas. Os quintais são dos quilombolas; as matas são propriedades de fazendeiros.

A seguir alguma das plantas usadas como remédio em Buraco. Os principais quilombolas que contribuíram para a descrição desta referência cultural foram:

- Nicolina Silvana da Silva, conhecida como “Preta”. Ela nasceu em 1944, filha de “Zé Pequeno” e neta de José Silvano.
- José de Paula Maria da Silva, conhecido como “Zé do Olimpo”. Ele nasceu em 1939, filho caçula de Olímpio e, portanto, sobrinho de Frederico e João Baiano. Zé do Olimpo é casado com “Manuelina”.
- Manuela dos Santos, conhecida como Manuelina. Ela nasceu em 1932 e é neta de Manuel Sabino, um dos fundadores de Buraco. Manuelina é casada com Zé do Olimpo.

Marcilica	Febre	Folha	Sumo
Quitoco	Gripe	Folha	Chá (frio)
Elevante	Gripe	Folha	Chá
	Menino com ventre caído	Folha	Passa o sumo na perna
	Dor de barriga	Folha	Chá (morno)
Capeba	Dor no estomago	Folha	Sumo
Hortelã	Má digestão	Folha	Chá
Funcho	Dor de barriga em menino novo	Folha	Chá (morno ou frio)
Milonga	Inchaço na perna	Folha	Banhar a perna
Arruda	Dor de cabeça	Folha	Inalação do pó da folha seca
Milonga	Ferimentos; picadas de insetos	Cipó	Folha no álcool
Santa Maria	Vermífugo	Raiz	Sumo
Raiz de picão	Vermífugo	Raiz	Sumo
Raiz de Mata Pasto	Vermífugo	Raiz	Sumo

Fadegoso	Febre; diurético; laxante	Folha	Chá
Manjerição	Pressão alta	Folha	Chá
Mentrasto	Dores musculares; outras dores no corpo	Folha	Emplastro
Folha de algodão	Cólica de mulher	Folha	Chá
Flor do camará	Problemas das vias respiratórias	Flor	Chá
Quebra-pedra	Pedra nos rins	Flor	Chá
Boldo	Má digestão; problemas do fígado	Folha	Chá
Chapéu de couro.	Inflamações de garganta; reumatismo	Folha	Chá da folha seca para beber e banhar.
Saião	Dor no ouvido	Folha	Gotas do sumo
Funcho	Cólica; gases	Folha	Chá
Losna	Dor de barriga	Folha	Chá
Assa-Peixe do Reino	Gripe e tosse	Folha	Sumo ou chá.
Transagem	Dor de barriga; infecção de útero.	Folha	Chá da folha seca
Carqueja.	Problema “por dentro”	Folha	Chá
Carqueja-preta	Resguardo quebrado	Folha	Chá
Urucum	Gripe e tosse	Folha	Chá morno
Guaxina (ou Maria virgem)	Dor de cabeça; dores de parto	Folha	Chá
Pasto de Abelha,	Febre e gripe (folha);Bronquite (flor)	Folha e flor	Chá
Cordão de frade	Problemas respiratórios	Folha	Chá

Mangueira	Tosse; asma.	Folha	Chá
Andu	Tosse, pneumonia	Folha.	Chá
Mexerica	Tosse; coqueluche	Folha	Chá
Laranjeira	Falta de ar; gripe	Folha	Chá
Flor e folha de mamão.	Empachamento.	Flor e folha	Chá frio

[Preta:] “Minha mãe mais meu pai me ensinaram tudo como é pra fazer. Desde pequena. Eu tenho juízo não esqueci. Não esqueço mesmo. (...) Não sei lê não, mas guardo na cabeça.” (Preta, novembro/2016)

[Zé do Olimpo] Negócio que é bom pra tosse mesmo, que eu vou falar com você... Eu já comprei remédio pra tosse... Esses dias pra trás eu estava tossindo. [Manuelina] Nós dois! Estavam todos os dois fraquinhos! [Zé do Olimpo] Fui à cidade, comprei xarope, nada valeu. Depois Manuelina lembrou da folha de andu. Eu tinha uns pés de andu lá em cima. Eu fui lá em cima, busquei lá um molho de folha. Manuelina esfregou assim pra sair aquele sumo dele, colocou um pouquinho de água, um pouquinho de sal, pouco, tomei aquele trem. Mas eu estava de um jeito que de noite eu não aguentava ficar deitado não. [Manuelina:] Ninguém dormia não. Era só tossir. Um pra um canto, o outro pro outro. [Zé do Olimpo:] Mas menina, na gente engoli ele parecia que ia empurrando o trem tudo pra baixo. Acabou a tosse. No outro dia já nem era aquilo mais. [Manuelina:] O andu cura até pneumonia. (Zé do Olimpo e Manuelina, novembro/2016)

[Manuelina:] De primeiro era só chá. Era difícil buscar um remédio. Era só chá. E o chá pra mim eu acho melhor que o remédio. Porque o remédio você toma ele dois, três dias pra esperar a melhora. O chá [o efeito] já é quase na hora. (Manuelina, novembro/2016)

ARTESANATO EM TAQUARA

Tecer balaies, esteiras, ninhos de galinha, usando taquara é uma prática em extinção na comunidade; mas ainda há fazedores vivos e que costumam, mais

raramente, executar o feitio para produção de artefatos.

A taquara (uma espécie de bambu) é uma matéria-prima resistente, muito utilizada para a produção de balaies de armazenamento de grãos coletados nas lavouras, cestos de carga transportados por burros, chocadeiras para galinhas, forros de teto e peneiras. Em Buraco, assim como é comum em outras comunidades rurais, o feitio dos artefatos de taquara é um *saber/fazer* que em geral é transmitido pela linhagem masculina das famílias. A confecção dos balaies demanda três etapas fundamentais: a extração, o tratamento do material e o trançado das tiras de taquara.

Dois mestres neste modo de fazer em Buraco: José de Paula Maria da Silva, 77 anos, conhecido como Zé do Olímpio e José Ribeiro da Silva, 60 anos, conhecido como Batista.

Os artefatos de taquara são tecidos quando há a demanda pelo uso ou encomendas, portanto não há uma periodicidade padrão. Os mestres entrevistados desempenham todas as etapas do processo de feitio do artesanato em taquara sem qualquer ajuda de terceiros e são proprietário dos instrumentos de trabalho.

Batista e Zé do Olímpio dominam a técnica de tecer forro de teto, balaies de carga, esteira para carro de boi (que era encomendada apenas por fazendeiros, por serem aqueles que possuíam o carro de boi), peneiras e chocadeiras para galinhas. A principal especialidade de Batista é o forro de teto e de Zé do Olimpo, o balaio de carga.

Batista nasceu em 1955 e sempre morou em Buraco. Foi na comunidade o local onde aprendeu a arte de tecer taquaras quando tinha aproximadamente 20 anos de idade. Aprendeu observando seu pai – principalmente – e outros mestres artesões. Ele se orgulha em dizer que ninguém lhe ensinou, que aprendeu sozinho. Como a extração da taquara é custosa, ele treinava o feitio dos produtos trançando folhas de bananeira. Depois de sentir segurança em tecer a folha de bananeira se arriscou a tecer na taquara. O artesão enfatiza que tecer talas de taquara é uma arte bastante complexa. Apesar do grau de dificuldade, ele tece tramas elaboradas, inclusive seu próprio nome. Ele ensinou um único aprendiz,

mas apenas as técnicas mais simples. Nenhum de seus filhos aprendeu.

Zé do Olimpo nasceu em Buraco no ano de 1939 e também sempre morou na comunidade. Ele aprendeu a arte de tecer taquaras observando o artesão “Zé Pequeno”, filho de José Silvano, um dos fundadores do quilombo. Conta que apenas quando ficava experiente em um tipo de artefato tentava um novo. Os primeiros de cada modelo não eram um exemplo de qualidade, mas com o tempo conseguia aprimorar. Zé do Olimpo se lembra que “Zé Pequeno” era um excelente fazedor de balaies e afins. O entrevistado já ensinou algumas pessoas a arte de tecer taquaras, mas nenhum de seus aprendizes possuem experiência suficiente para fazer bons produtos.

Principalmente na última década, os produtos feitos com a taquara foram sendo substituído por produtos industrializados. Os motivos da substituição são diversos. Um deles é a facilidade de acesso a produtos industrializados. Apesar das dificuldades com transporte, hoje os quilombolas vão com mais frequência à cidade onde conseguem adquirir uma variedade de produtos que substituem os artefatos de taquara. Além disso, os recursos financeiros advindos da aposentadoria e de programas governamentais facilita esse acesso. Entretanto, a principal causa do processo de extinção dos artefatos em taquara é a redução no plantio das roças, gerada, por exemplo, pela redução das áreas disponíveis para plantio. Além disso, por motivos diversos (um deles, a falta de terra para as roças), muitos moradores da região atuam hoje profissionalmente em áreas que não a lavoura. Como a maior demanda pelos balaies é para a colheita de grãos, essas mudanças impactam diretamente na procura por balaies.

Zé do Olimpo explica que um pedreiro ou carpinteiro, por exemplo, recebe entre 150 e 170 reais o dia de serviço. Como para produzir um par de balaies o artesão precisa dispende dois dias de trabalho e consegue vender o par por R\$ 100,00, não vale a pena a dedicação.

Desde o início de 2016, um dos mestres entrevistados, Zé do Olimpo, inspirado por produtos comercializados em Conceição do Mato Dentro, se arriscou a produzir miniaturas. Os novos produtos ele vende principalmente na própria comunidade. No final de 2016, ele enviou os balainhos para serem vendidos na

feira do 2º Canjerê – Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Todos os seus artefatos foram vendidos.

A coleta da taquara deve ser feita com o bambu já maduro, portanto, mais firme. A época apropriada para a extração da taquara é ao longo dos meses de maio, junho, julho, agosto (“Aprendi isso com os mais antigos. Que os meses que não tem “r”, não têm agua na taquara”). Durante esses meses a taquara não armazena água, o que contribui para evitar seu apodrecimento. É necessário ainda observa as fases da lua. A taquara deve ser extraída durante o período de lua minguante.

Transporte entre o local de extração e o local de trabalho. Feito “no braço” ou no burro.

Após a extração, o bambu é rachado com um facão. Em seguida e ainda com o facão, o artesão limpa as talas. Depois, com um martelo, ele abre as talas e torna os nós da taquara mais amenos.

Os artesãos de Buraco conhecem três tipos de taquara: a cabeluda, a de vidro e a lisa. Batista, cuja especialidade são os forro de teto explica que o forro mais bonito é aquele feito com a taquara de vidro, “A de vidro é a mesma coisa de uma garrafa”. É preciso muito cuidado para manuseá-la pois é um taquara muito fina, do contrário o artesão pode ficar com as mãos com cortes. Entretanto, o local mais próximo que pode ser encontrada é na cabeceira do Tabuleiro. A mais frequentemente usada pelo entrevistado é a taquara lisa. Não é encontrada a uma curta distância da comunidade, mas também não em um lugar tão distante como a taquara de vidro.. Para fazer um forro o artesão despende um dia de serviço para extrair a matéria prima e um dia para transportar até o local de trabalho.

Já Zé do Olimpo cuja especialidade é os balaio de carga trabalha principalmente com a taquara cabeluda. Essa taquara pode ser retirada nas proximidades do território de Buraco, que em quase sua totalidade é confinante com a fazenda da família Jorge. O único trecho que não é ocupada por esta família pertence a dois homens, um conhecido como Zé Boi e o outro Salabim. De todo modo, eles adquiriram este terreno de herdeiros dos Jorge. Sendo estes os terrenos com mata, foi sempre nestas terras que os quilombolas extraíram a taquara. Atualmente retiram nas terras de Salabim e Zé Boi, que não colocam qualquer

obstáculo para a extração da taquara.

Os artefatos feitos por Batista e Zé do Olimpo são – apesar da frequência reduzida – encomendados por moradores de Buraco e proximidades. A última vez que o Batista teceu um artesanato em taquara foi por volta do ano de 2014 - um par de balaio cargueiro para seu uso próprio.

O artefato de taquara mais frequentemente encomendados, seja no passado ou na atualidade, é pelo par de balaio para transporte de grãos com auxílio de burros durante os meses de colheita de milho. No ano de 2016, Zé do Olimpo recebeu a encomenda de cinco pares, cada um deles vendido por R\$ 100,00. Ele explicou que uma vez que o balaio dura de duas a três colheitas, em alguns anos os pedidos são em maior quantidade e em outros bastante reduzidos.

REFERÊNCIAS CULTURAIS SELECIONADAS

LOCALIDADE 2 – ASCAXAR

TURMA (ASSOCIAÇÃO ASCAXAR)

Conhecido localmente como *turma*, o mutirão é uma instituição social do quilombo ASCAXAR, empregado tradicionalmente nos trabalhos relacionados à roça, se estendendo também a qualquer outra modalidade de trabalho coletivo. Para as atividades na lavoura, como plantação, capina ou colheita, a *turma* se baseia no sistema de *troca de dia*. Por exemplo, se um agricultor precisa do coletivo durante dez dias em sua roça, ele, em contrapartida, dedicará o mesmo período da sua própria mão de obra nas plantações do restante do grupo. Com esse sistema, o agricultor deixa de depender da contratação de terceiros e fortalece a reciprocidade e a agricultura familiar, promovendo sua continuidade. A organização comunitária, união e solidariedade são alicerces do mutirão.

A associação comunitária ASCAXAR tem origem em um processo de institucionalização da *turma*. Aproximadamente entre os anos 2002 e 2005 alguns moradores de Cachoeira e Ribeirão plantavam no sistema de parceria (na

meia ou na *terça*) na propriedade de Lúcio Thomaz, que por volta do ano 2000 havia recebido como herança a região conhecida como Xambá (parte da antiga Fazenda Cachoeira).⁴⁷ Frequentemente, os quilombolas trabalhavam nessas terras organizados em *turma*. Observando a união, reciprocidade e organização nos mutirões, Neuza Pires, esposa de Lúcio, sugeriu a formalização do grupo, explicando que legalmente constituído teriam acesso a políticas públicas voltadas à agricultura familiar (como realmente aconteceu). Assim, em 03 de junho de 2003, na região Cachoeira de Baixo, na casa de Antônio Belarmino e sua esposa Maria Aparecida de Jesus Fátima (lideranças locais), com aproximadamente 23 presentes, incluindo o casal de Xambá, fundou-se a Associação Comunitária Rural Cachoeira, Xambá e Ribeirão (ASCAXAR). Nelza e Lúcio por volta de 2005 venderam o sítio e se mudaram para a sede municipal, mas permaneceram filiados à associação.

No sentido de equilibrar a representatividade dos dois núcleos quilombolas na estrutura administrativa da associação, os cargos de presidente e vice são sempre preenchidos por um morador de Ribeirão e outro de Cachoeira. O mesmo padrão segue para os titulares e suplentes do conselho fiscal. Durante as atividades de campo para o INRC, a presidente era Adriana (de Cachoeira) e o vice, Geraldo (de Ribeirão) (Gestão 2014/2016, reeleita para 2016/2018). Cada associado contribui com R\$ 2,00 a cada reunião ordinária, bimestralmente. A arrecadação é destinada à quitação dos impostos anuais devidos ao Governo Federal.

Quando a *turma* foi oficializada, os membros da ASCAXAR se restringiam àqueles agricultores frequentes nos mutirões, nesta época em torno de 25, além do casal de Xambá. De todo modo, alguns integrantes da *turma*, receosos da formalização não se associaram, mas permaneceram trabalhando com o coletivo. Ao longo dos anos, novos componentes foram incorporados à associação, que hoje conta com 30 sócios. De todo modo não são todos que integram a *turma*. Ao passar do tempo, o grupo engajado na *turma* incorporou poucos novatos ao longo dos anos e perdeu antigos integrantes, uns por que se mudaram e outros por motivo de

⁴⁷Como citado na Ficha Localidade, o Sítio Xambá é parte da antiga fazenda Cachoeira. Em 1946, foi vendida por Chico Maia (proprietário da fazenda durante o fim do período oficial de escravidão) a José de Figueiredo Sobrinho, pai de Lúcio Thomaz. A família de José de Figueiredo era também dona de outra fazenda na região.

morte. Atualmente, o mutirão conta com dez participantes frequentes resistindo nesse processo de ajuda mútua.

O Quilombo ASCAXAR integra quilombolas de Cachoeira (de Baixo e de Cima) e Ribeirão (de Trás e do Meio). Já da associação participam apenas habitantes dos núcleos Cachoeira de Baixo, Ribeirão de Trás e Ribeirão do Meio (mas não todos de cada um desses núcleos) e nenhum dos moradores de Cachoeira de Cima. Portanto, todos os associados integram o Quilombo ASCAXAR, mas nem todos os quilombolas integram a Associação ASCAXAR.

O primeiro benefício conquistado após a formalização da *turma* foi através do Programa Minas Sem Fome, um projeto do Estado executado pela EMATER-MG e direcionado a agricultores familiares organizados em entidades comunitárias legalmente constituídas e com projetos de interesse coletivos. Aproximadamente em 2006, por meio deste programa, a associação recebeu insumos para desenvolvimento de uma roça e um pomar coletivos. Para implementação da roça, assinaram um contrato de parceria entre a ASCAXAR e um fazendeiro (Ioiô), em um sistema de terça (quando 1/3 da colheita pertence ao dono da terra). O projeto integra em torno de 15 membros da associação, sendo oito mulheres e quatro homens.

O pomar coletivo, outro projeto da ASCAXAR, concentra-se em uma área doada por um quilombola (Ernestino Carneiro dos Santos, o Sutero) à associação. Para o pomar, o Programa Minas Sem Fome disponibilizou 120 mudas. Com o êxito da roça coletiva, o espaço de plantio vem sendo ampliado e cooptando novos associados.

A associação já recebeu mais de 15 cursos relacionados à produção agrícola e outras técnicas ligadas ao meio rural, sendo o primeiro em 2004, ano seguinte a fundação da ASCAXAR. Alguns dos cursos foram: lavoura de milho, fruticultura, horticultura, criação de galinha caipira, apicultura, plantio de eucalipto e artesanato. Entre esses, os quilombolas destacam o plantio de milho e de hortaliças, por serem as práticas agrícolas mais frequentes na comunidade. O tema eucalipto também se sobressaiu, pois ao término das aulas os cursistas foram contratados para trabalhar em um eucaliptal. Outro curso em evidência foi

o de artesanato, o qual incentivou a formação do grupo “Cachoeira e Artes” (Cf. Anexo XX, nº XX). Em geral são disponibilizadas entre 12 a 15 vagas, as quais, em geral, são todas preenchidas e muitas vezes insuficientes. As atividades ligadas às práticas agrícolas acontecem no local da plantação.

Os associados vendem a produção para escolas em escolas de Dom Joaquim e Alvorada de Minas. São comercializados não apenas a produção da roça coletiva, mas também das roças e hortas particulares dos associados. O valor arrecadado é dividido entre os lavradores proporcionalmente aos alimentos produzidos por cada um. Caso a demanda ultrapasse a produção dos associados, os produtos podem ser completados com a colheita de outros quilombolas. As escolas adquirem alimentos de pessoas físicas e jurídicas, com preferência à agricultora familiar, como é o caso da comunidade quilombola. Como as regras e procedimentos para cadastro de pessoa jurídica são mais rigorosos em relação às exigências para as pessoas físicas, a ASCAXAR optou por cadastrar alguns membros, todavia repassando às escolas a produção de todos. A parceria com as escolas somente se tornou viável após a assistência técnica recebida da EMATER, por meio dos programas do Governo Federal, quando então a comunidade aumentou sua produtividade e se enquadrou aos critérios de qualidade determinados pelas escolas. Antes do acesso aos programas governamentais de assistência técnica e extensão rural, a produção agrícola da comunidade se restringia à subsistência, com raros excedentes para a venda. Em 2014, os quilombolas colheram a maior safra de grãos (milho e feijão) do município de Dom Joaquim e em 2016 a maior safra de milho.

A atual e a ex-presidente da ASCAXAR (filha e mãe, respectivamente) se responsabilizam pelo transporte da produção entre a comunidade e as escolas, sem qualquer custo aos associados, inclusive de combustível: *“se a gente for cobrar o trabalho não sobra quase nada [aos produtores]. (...) às vezes uma pessoa me entrega dez pés de alface. Dez pés de alface são 15 reais. Como eu vou tirar cinco reais deles? (...) Eles não vão ter mais animação de plantar mais roça, multiplicar as suas coisas. Então, dentro do limite que agente pode estar apoiando, agente apóia pra poder incentiva-los a plantar”* (Maria Aparecida da Conceição e Fátima, ex-

presidente da ASCAXAR).⁴⁸

Além dos programas do Governo Federal, estaremos formalizado em uma pessoa jurídica favorece ainda retornos positivos às solicitações na prefeitura. Em nome da ASCAXAR conseguiram o empréstimo - um dia ao ano - de um caminhão da prefeitura para transporte do esterco necessário à roça de milho e também a iluminação no campinho ao lado da associação, entre outros benefícios.

Em 22 de julho de 2013, o quilombola Sutero doou uma área de 12 X 30 metros para sediar a ASCAXAR. Desde então, aos sábados, uma *turma* de associados passou a se reunir para a construção da sede. O projeto inicial foi finalizado em 2015 e conta com quarto com camas, banheiro, cozinha, fogão a lenha, forno, tudo construído segundo as técnicas tradicionais. Pretendem ainda construir uma capela sob a égide de Nossa Senhora Aparecida, padroeira de Cachoeira. Os materiais foram doados pelos sócios, sendo as doações proporcionais à renda média de cada um.

Aparecida, doou à ASCAXAR em nome e em homenagem ao seu falecido esposo, AntonioBerlamindo, uma área medindo 1,5 lotes (cada lote equivale a uma área de 12m X 30m) . Este espaço é confrontante ao terreno doado por Sutero e nele está sendo construída a Casa de Farinha.

Os cursos de capacitação oferecidos pela EMATER contribuíram para transformações significativas no sistema produtivo local. A partir das orientações dos agrônomos, algumas das técnicas tradicionalmente aplicadas pelos quilombolas foram substituídas – por uma parte dos quilombolas - por outras pautadas em uma racionalidade científica e que cooperaram para o aumento da produtividade na comunidade. A seguir, descrevemos as técnicas tradicionais de cultivo aplicadas pelos quilombolas de Cachoeira e Ribeirão e as transformações promovidas a partir da assessoria da EMATER recebida após a fundação da ASCAXAR.

⁴⁸ Aparecida se destaca como uma liderança local, assim como sua irmã, Tutuca (à frente da comunidade católica local e do time de futebol). O apreço pelo trabalho a favor da comunidade herdaram do pai, quem também se empenhava na organização das *turmas* e na promoção de benefícios coletivos. Aparecida compõe a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dom Joaquim há 12 anos, sendo quatro como representante das mulheres agricultoras. Foi duas vezes candidata a vereadora e será novamente em 2016.

A coivara - queima dos troncos, dos galhos e de outros restos vegetais - e a rotatividade dos espaços de lavoura são técnicas de enriquecimento nutritivo do solo. A técnica de coivara aduba a partir das cinzas, além de limpar o terreno e contribuir para controle de pragas. Para que os elementos nutritivos do solo se reconstituíssem de forma natural, periodicamente as áreas de plantio eram abandonadas. O uso de adubos e fertilizantes industriais não reproduz costumes da comunidade, mas é uma prática frequente nos últimos anos, em especial pelos idosos em função do maior poder aquisitivo proporcionado pela aposentadoria. Os técnicos da EMATER orientam a adubagem do solo com esterco e os vegetais retirados do solo (sem a queimada), além do uso de urina de vaca, que funciona como fertilizante para folhas e como repelente de insetos.

Vale destacar que, se hoje revisto, o conhecimento agrícola dos antigos, orientado pelo saber empírico, era apropriado ao contexto vivido pelas gerações passadas. A técnica de coivara (queima das áreas de roça) era fundamentada na rotatividade das áreas cultivadas, funcional em um contexto onde havia grandes extensões de terras disponíveis. Ao longo dos anos, parte expressiva desses espaços foi suprimida por pastos e algumas plantações de eucaliptos, tornando insustentável a continuidade da rotação dos espaços de plantio. Neste contexto, a técnica de coivara se torna prejudicial ao solo. De todo modo, ressalta-se que existem controvérsias científicas sobre o uso da coivara. Alguns pesquisadores acreditam que essa prática agrícola leva a um processo degenerativo do solo, mesmo quando o solo é mantido em repouso por um determinado período de tempo. (Neves, Walter Alves, et al . Coivara: Cultivo Itinerante na Floresta Tropical. Revista Ciência Hoje. Volume 50. P. 38-42)

“Roçar” é o primeiro procedimento para o preparo da área de plantio, significa extrair a vegetação nativa do lugar destinado à lavoura. Os quilombolas roçam manualmente a terra, com auxílio de foice e de enxada. Os galhos e matos antes queimados, agora são aproveitados seguindo novos métodos: podem ser tratados manualmente ou com o auxílio de um trator *girico* - que facilita o trabalho do agricultor. Na primeira alternativa, o lavrador recolhe os restos vegetais e os reserva em um canto para lentamente putrefazer-se e no ano seguinte ser misturado com a terra. Já o *girico* quebra a vegetação em pequenos pedaços que

podem permanecer no solo. O uso desse trator é recomendado apenas para o primeiro ano, quando o trabalho de limpeza da área é mais pesado.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Dom Joaquim e a Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas disponibilizam cada um deles um *girico* - e outras máquinas - para uso dos agricultores familiares dos respectivos municípios, mas como atendem esses municípios como um todo, algumas vezes não estão livres. Quando os *giricos* encontra-se inacessíveis, todo o trabalho precisa ser feito manualmente. Parte dos equipamentos disponibilizados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Dom Joaquim foram doados pela Anglo American em contrapartida à instalação do seu empreendimento minerário no município.

Para adubar a roça com esterco demanda-se uma extensa quantidade (um caminhão de esterco equivale a aproximadamente quatro sacos de adubo industrial). A partir de uma solicitação da ASCAXAR, há seis anos a prefeitura de Dom Joaquim disponibiliza - um dia ao ano - um caminhão para o transporte do adubo até a roça coletiva. São precisos seis associados para coletar e ensacar o estrume de vaca - solicitado a fazendeiros - e outros seis para carregar e descarregar o caminhão. É importante destacar que as propriedades nutritivas do estrume de vaca eram conhecidas pelos antigos, que, entretanto, não tinham como fazer o transporte.

Milho e feijão, conforme os ensinamentos tradicionais, são plantados em uma mesma roça, leirados (em linhas paralelas) ou aleatoriamente. Nesse sistema, por volta de outubro plantavam os grãos de milho, em torno de mês de fevereiro capinavam entre os pés e em março semeavam o feijão. Em relação à colheita, os antigos ensinam aguardar a colheita do feijão, para só em julho ou princípio de agosto coletar o milho. Já os agrônomos da EMATER ensinam que as espigas estão prontas para a colheita quando o milho está “secando o cabelo”, no mês de março. Ou seja, quando eram colhidos em julho/agosto, após o feijão, as espigas permaneciam maduras no pé por quatro meses, com isso, quando colhidas, muitas estavam *encarunchadas*. Hoje, o feijão é colhido na mesma época. O milho, agora, é apanhado saudável e mantém-se no paiol por um período maior de

tempo. Em relação ao grão de milho semeado, antes compravam na Secretaria Municipal de Agricultura. Agora plantam os próprios grãos colhidos.

Outra alteração nos moldes locais de cultivo se refere ao plantio da mandioca. Antes plantavam entre três a quatro manivas grandes em uma única cova, com espaçamentos de 15 cm entre elas. Aprenderam que para uma maior produtividade devem plantar apenas duas manivas, e menores, em cada buraco, com distância de 50 cm entre elas. A profundidade da cova também mudou, agora mais rasa.

As novas técnicas foram incorporadas pelos integrantes das oficinas da EMATER, mas não exclusivamente. Aqueles que não participaram dos cursos demonstram resistência às novidades, mas alguns, observando o desenvolvimento das roças dos vizinhos, reconsideraram alguns dos novos métodos. Assim, hoje, por exemplo, com poucas exceções, a maioria da comunidade semeia os grãos de milho colhidos na safra anterior. De todo modo, nem sempre a mudança é possível. O uso do esterco como adubo, por exemplo, requer um meio de transporte com capacidade de armazenar grandes volumes e a prefeitura disponibiliza o caminhão apenas para o uso da associação. Nesse sentido, até mesmo os quilombolas cursistas, com exceções, mantêm em suas roças particulares a queima dos restos vegetais ou a aplicação do adubo industrial.

O cultivo do arroz é uma prática em processo de extinção na comunidade, entre outros motivos, em função das regras ambientais que proíbem o uso dos brejos como área de roça. São poucos os lavradores que mantêm seus arrozais. Estes costumam vender parte da produção na própria comunidade já que o arroz vermelho é bastante valorizado entre os quilombolas. Nenhuma alteração no modo de plantio deste cereal foi introduzida e, portanto, permanecem as técnicas dos antigos. O arroz vermelho planta-se no brejo, em setembro, e o arroz branco em área seca, em novembro. Para cultivar o arroz vermelho – portanto no brejo – é comum o uso da técnica “porco na corda”, quando amarram um porco em uma corda atada em um pedaço de pau firmemente fixado no solo. O porco alimenta-se da vegetação em seu entorno, engordando o animal e limpando o espaço de roça. O formato da roça será circular e seu raio igual ao comprimento da corda.

Economiza-se alimento para o porco e poupa-se ao lavrador o trabalho de roçar a área.

A abóbora sempre foi cultivada na comunidade, mas em poucas unidades, plantadas entre os pés de milho. A partir de um curso da EMATER, o cultivo de abóbora japonesa foi introduzido na roça coletiva da associação. Apenas uma família se propôs a uma roça individual, a família de Aparecida. Em 2014, ela e seus filhos colheram 3000 quilos do fruto, mas perderam 700 quilos porque não encontraram compradores.

Os meses de novembro e dezembro, seja no sistema antigo ou no atual, é época de capinar a roça, ou seja, retirar matos e ervas daninhas do solo e ajuntar terra em volta do caule de cada pé de milho. Por tradição, no último dia da capina a *turma* prepara melado com queijo e cachaça para festejar o fim do período de capina, um momento de conagração entre os integrantes do mutirão. Ao longo do calendário agrícola, a época da capina é a fase mais desgastante aos lavradores.

COROAÇÃO DE MARIA

Por volta do ano de 1975, por iniciativa de três quilombolas, a comunidade passou a celebrar aos sábados a coroação de Nossa Senhora. Inspiraram-se nas celebrações que acontecem em Gororós e que anualmente iam caminhando até o distrito para assistir. A ideia de fundar a coroação no quilombo partiu de três amigas, na época por volta dos 15 anos: Aparecida, Cotinha (estas duas, irmãs) e “Da Luz”. *“Nós estávamos trabalhando plantando feijão. Aí tivemos esta ideia. Eu, uma irmã e mais uma colega nossa. (...) Ela chamava “Da Luz”, ela já morreu. Da Luz de João de Ambrósio. (...) Ela era do Ribeirão do Meio”*. (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016)

A cada ano as duas irmãs, Cida (Maria Aparecida de Jesus Fátima) e Cotinha (Maria da Conceição de Jesus), são as primeiras moradoras do quilombo a se mobilizarem no sentido de viabilizar a coroação no mês de maio. O preparo obedece a um ritual cuidadoso ao qual se dedicam as filhas e netas de Dona Liquinha, principalmente, mas também outras vizinhas e parentes. Em encontros no mês de abril definem os detalhes e a logística das celebrações. A preparação

envolve a confecção dos enfeites, da indumentária das meninas e a elaboração das músicas. Nestes encontros, que acontecem todos os sábados dos meses de abril ensaiam as crianças, ensinando os versos e os cânticos.

As famílias que recebem anualmente a coroação se repetem e na seguinte sequência dos sábados do mês de maio: Casa de Tutuca (Maria Lúcia, filha de Dona Liquinha), no Ribeirão do Meio; Casa de Lurdinha, no Ribeirão do Meio; Casa de Dona Liquinha, no Ribeirão de Trás; Casa de Dorvina, também no Ribeirão de Trás. Nos anos que caem cinco sábado no mês de maio, a casa que recebe a coroação é a de Paulo Capitão (viúvo de Conselita, uma das filhas de Luis Capitão), no Ribeirão de Trás. “Tem vez que dão cinco domingos no mês. Cada um organiza uma coroação. Assim, pra ser ‘o cabeça’ daquilo. E agente se reúne antes, a família mesmo. E fica cinco pessoas para dirigir a coroação”. (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016)

Os “anjinhos” de ASCAXAR usam longos vestidos de cetim rosa ou feitos com saco alvejados, portanto, brancos. A princípio todos os anjinhos vestiam indumentárias feitas de panos de saco alvejados. Depois começaram a receber doações de vestidos de cetim. De todo modo, as roupas feitas com panos de saco alvejados ainda são usadas. “*Porque ganha roupa, sabe. Só que às vezes não serve. E aquele que nós fizemos lá no início sempre cabe.*” (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016) Nas costas usam uma asa feita de penas de galinha ou pato brancos e na cabeça uma coroa ou um arco enfeitados.

“[As asas] agente faz em casa [Como fazem?] *Fazemos com pena branca. (...) Matamos a galinha ou um pato... Pedimos os outros, penas.* [E a armação, como é feita?] *Com taquara. Você faz o arco da taquara como se fosse uma asa mesmo. E aí você forra ela todinha com pano de saco. E aí enfeitamos todas elas de pena. Colando... Aí vira uma asinha mesmo.* [Tem algum tratamento sobre as penas?] *Não, nenhum.* (...) [Qual a durabilidade de uma asa?] *Mais ou menos três anos.*” (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016)

A família que vai receber a coroação fica com a responsabilidade de comprar os foguetes e as velas; preparar o altar; enfeitar o terreiro; e fazer as comidas. A comida oferecida é sempre bolo de fubá, café adoçado com rapadura e biscoito de

goma. O altar é montado com uma mesa grande com cadeiras em sua volta sobre as quais os anjinhos ficam em pé; no centro da mesa apoiam o andor sobre alguma estrutura que o mantenha mais elevado. O terreiro é enfeitado ao gosto dos donos da casa, por exemplo, com balões e bandeirinhas.

Os anjinhos de ASCAXAR prestam a homenagem a Nossa Senhora ofertando flores, terço, palmas, coração, véu e coroa. Em geral todas as crianças são moradoras de ASCAXAR, mas algumas vezes participam parentes que moram em Dom Joaquim ou Alvorada de Minas. A idade limite é de 12 anos. Com o processo de esvaziamento da zona rural, o número de anjinhos foi reduzindo ao longo dos anos. Até por volta dos anos 2000 contava-se aproximadamente 15 anjos. Atualmente não passam de quatro ou cinco.

As músicas são compostas na comunidade, especialmente pelas filhas de Dona Liquinha. *“As músicas agente mesmo que faz. (...) Cada ano agente arruma mais uma”*. (Maria Aparecida de Jesus Fátima – Cida, 2016)

Desde o início das coroações nos anos 1970, a redução no número de crianças e a inserção de vestidos de cetim foram as únicas transformações lembradas pelas entrevistadas.

A família de Dona Liquinha se orgulha pela continuidade desta forma de expressão na comunidade quilombola. Explicam que em outros lugares a coroação se sustenta com o apoio da Igreja Católica e em ASCAXAR não recebem qualquer incentivo ou presença de um representante oficial da igreja. Além disso, destacam que *“a coroação é um divertimento pra comunidade”*, além da importância devocional a Nossa senhora e a oportunidade de *“reunir o pessoal pra rezar Nossa Senhora.”*

Crianças que coroaram no ano de 2016 (e que foi registrada pela equipe de audiovisual do INRC Quilombos do Cipó): Jussilane Souza Batista (Laninha, 10 anos, Ribeirão do Meio); Jussilene Souza Batista (Ju, 13 anos, Ribeirão do Meio); Vitória Cristina (08 anos, Fazenda da Ponte); Maria Clara Ferreira (08 anos, Ribeirão de Trás)

A seguir transcrevemos as músicas cantadas na Coroação de Maria em ASCAXAR no dia 21 de maio de 2016, data em que a equipe de audiovisual realizou o

registro.

Vamos cantar irmãos
Juntos unir nossa fé
Pois somos filhos de Deus de Jesus de
Nazaré (2x)

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Cantai pra Nossa Senhora
Senhora da Conceição
Não será feliz nessa vida/ Se não fazer
oração (2x)

Maria ó mãe tão amada
Mãe do meu salvador
Aqui estamos reunidos
Pra te saldar com fervor

A oração nos proteja
E serve pra nos defender
De todo mal e perigo/ Que possa nos
acontecer (2x)

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Cantai pra Nossa Senhora
Senhora da Conceição
Não será feliz nessa vida/ Se não fazer
oração (2x)

Essas flores mimosas
Colhidas do meu jardim
Trago pra Nossa Senhora
Rosas, cravos e jasmim

Para os donos da casa
Um pedido queremos fazer
Seja sempre devoto/ E faça sua fé
valer (2x)

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Cantai pra Nossa Senhora
Senhora da Conceição
Não será feliz nessa vida/ Se não fazer
oração (2x)

O terço eu ofereço
Pra nossa mãe e rainha
Que é do céu e da terra
Farol de quem caminha

Ao voltar pra nossas casas
Protegei-nos os nossos caminhos
Ó mãe não nos abandone/ Não nos
deixe sozinho (2x)

Cantai pra Nossa Senhora
Senhora da Conceição
Não será feliz nessa vida/ Se não fazer
oração (2x)

Viva Nossa Senhora!

Desde pequena aprendi
Pra sempre com meus pais
Nossa Senhora nos pede/ do terço não
esquecer jamais (2x)
Eu peço a Nossa Senhora
Que abençoe as crianças
Deste Brasil tão sofrido/ São elas
eterna esperança
Nossa Senhora é pra mim
É a mãe de Jesus
Ela que nos ilumina e que pra sempre
conduz (2x)
Viva Nossa Senhora

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Aceita ó mãe essa palma
Receba com afeto e flor
E nela vai enlaçado
Todo meu sincero amor

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Neste momento queremos
Ó mãe o véu ofertar
Pra embelezar tua fronte
E o teu lindo olhar

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Sobre a fronte tão linda

Maria de Nazaré
Maria me cativou

A virgem nos manda seu terço rezar
Diz ela que o terço nos há de salvar
Ave AveAve Maria (2x)

Que encanta meu olhar
Trazendo a coroa formosa
Ó mãe vamos te ofertar

Maria tu és nossa vida
Nossa luz do caminhar
Queremos nesse momento
Seu santo nome exaltar

Nossa Senhora
Mãe do criador
Fizemos o impossível
Mas com muito amor

Nossa senhora / proteja com amor
(2x)
Essas crianças que te coroou (2x)

[...]

Nossa Senhora
Mãe do criador

Fez mais forte a minha fé
E por filho me adotou
Às vezes eu paro e fico a pensar
E sem perceber me vejo a rezar
O meu coração se põe a cantar
Pra virgem de Nazaré
Menina que Deus amou e escolheu
Pra mãe de Jesus um filho de Deus
Maria que o povo inteiro elegeu
Senhora e mãe do céus
Ave Maria (3x)

Mãe de Jesus
Maria que eu quero bem
Maria do puro amor
Igual a você ninguém
Mãe pura do meu senhor
Em cada mulher que a terra criou
Um traço de Deus Maria deixou
O sonho de mãe Maria plantou
Pras mães encontrar a paz
Maria que fez o Cristo falar
Maria que fez Jesus caminhar
Maria que só viveu pra seu Deus
Maria do povo meu
Ave Maria (3x)
Mãe de Jesus

Fizemos o impossível
Mas com muito amor

Levantamos os olhos pro céu
E pedimos a Nossa Senhora
Que proteja os filhos teus
Espalhados pelo mundo a fora

Entrar nessa morada
Com esse terno agora
Trazemos a Nossa Senhora
Com muito carinho e amor

Levantamos os olhos pro céu
E pedimos a Nossa Senhora
Que proteja os filhos teus
Espalhados pelo mundo a fora

Aos senhores donos da casa
Um pedido queremos fazer
Cuida sempre de Nossa Senhora
Que ela cuida de você

Levantamos os olhos pro céu
E pedimos a Nossa Senhora
Que proteja as mães de família
Espalhados pelo mundo a fora

A Senhora dona (?)

Senhora da Conceição
Nós precisa de você
Viemos pra te louvar
E também te agradecer
(2x)

Muito obrigada mãe querida
Nossa fé vai aumentar

Senhora da Conceição
Mãe tão rica de poder
Seu milagre é tão grande
Nossa flores receber

Os milagres que fizeste para o povo
do lugar
Obrigada mãe querida nossa fé vai
aumentar (2x)

[...]
Deixa eu viver jovem
Não me impeça de lutar
Porque a vida me convida
Uma missão realizar

Não para servir como peça de
engrenagem

Que sempre seu apoio nos deu
Há de viver feliz
Juntamente com as graças de Deus

Levantamos os olhos pro céu
E pedimos a Nossa Senhora
Que proteja as mães de família
Espalhados pelo mundo a fora

Eu vou eu vou
Quem é que vai ?
(2x)
Muita gente andou a caminhar
Esperando por você
[...]
Quem é que vai?
Eu vou eu vou
[...]

Olha esse povo
Que povo é esse
Esse é o povo
Que vai morar no céu
(2x)

Vai morar (5x)

[...]
Deixa eu viver jovem
Não me impeça de lutar
Porque a vida me convida
Uma missão realizar

Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor laia laialaiá

Flor de Belo Horizonte
Flor vem cá
Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor, minha flor
Laiálaiá

Flor lá do Ribeirão
Flor vem cá
Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor, minha flor
Laiálaiá

Flor lá da Cachoeira
Flor vem cá
Flor, minha flor
Flor vem cá
Flor, minha flor
Laiálaiá

Flor lá de Conceição

Com Jesus lá no céu

(2x)

Como é gostoso

Sentir o gosto

Com esse povo

Que vai morar no céu

(2x)

Flor vem cá

Flor, minha flor

Flor vem cá

Flor, minha flor

Laiá laia

Vai morar (5x)

Com Jesus lá no céu

(2x)

Vamos povo amigo alá gente boa

Ofertar a Nossa Senhora a terceira

coroa (2x)

MARUJADA FEMININA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE RIBEIRÃO DE TRÁS

A Marujada é uma forma de expressão religiosa popular relacionada às irmandades negras fiéis a santos de devoção afro-brasileira, como Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia, São Benedito, Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora da Conceição. A Marujada, junto com outras guardas (ou ternos), como o Congo, o Moçambique e o Caboclo, são bastante difundidas em Minas Gerais e genericamente conhecidas como Congadas ou Congado. Entretanto, em ASCAXAR os termos “congado” e “congada”, assim como “guarda” e “terno”, não compõem o vocabulário de uso recorrente. No léxico local são substituídos genericamente por “dança”.

A marujada é a *dança* com a função de buscar o andor na casa dos festeiros, conforme explicou uma das chefes da Marujada de Ribeirão de Trás. Antes dos marujos, outras danças cantam ao santo homenageado, mas o andor sai em procissão apenas junto aos marujos. Trata-se de uma reprodução do mito de origem desta forma de expressão. Em ASCAXAR contam que quando a imagem de

Nossa Senhora foi encontrada pelos escravos, vários grupos cantaram para ela, mas a imagem se moveu apenas quando chegaram os marujos.

A Marujada de Ribeirão de Trás foi fundada no ano de 1982 a partir da mobilização de duas irmãs: Maria Aparecida de Fátima (Cida, 55 anos) e Maria da Conceição de Jesus (Cotinha, 53 anos). Elas se inspiraram na “Marujada do Tiobaldo”, um antigo e já extinto grupo sediado em uma povoação vizinha a comunidade quilombola, no município de Alvorada de Minas. Na época, a Marujada de Tiobaldo era bastante presente nas festas religiosas da região e as irmãs se encantavam com aquele ritual, danças e cantos. Como era um coletivo masculino, as duas jovens não poderiam se integrar ao grupo. Decidiram, então, fundar a Marujada Feminina Nossa Senhora da Conceição de Ribeirão de Trás.

A Marujada de Ribeirão de Trás é composta por uma coordenadora, duas chefas, dançantes e instrumentistas (que são os únicos homens do terno). A maioria é residente na Comunidade Quilombola ASCAXAR; os outros são parentes que se mudaram do quilombo. A seguir, o nome, o apelido, a idade e o local de moradia de cada um dos integrantes da marujada.

Coordenadora:

Maria Francisca de Jesus (Liquinha, 82 anos, Ribeirão de Trás)

Chefas:

Maria Aparecida de Jesus Fátima (Cida, 55 anos, Cachoeira de Baixo)

Maria da Conceição de Jesus (Cotinha, 53 anos, Ribeirão de Trás)

Dançantes:

Adriana Maria de Fátima (32 anos, Cachoeira de Cima)

Carmem (14 anos, Dom Joaquim)

Janaina (22 anos, Ribeirão de Trás)

Jussilane Souza Batista (Laninha, 10 anos, Ribeirão do Meio)

Jussilene Souza Batista (Ju, 13 anos, Ribeirão do Meio)

Jussimara Souza Batista (Maurinha, 17 anos, Ribeirão do Meio)

Jussimeire Souza Batista (Meirinha, 11 anos, Ribeirão do Meio)

Karine (17 anos, Dom Joaquim)

Maria Clara (08 anos, Ribeirão de Trás)

Maria das Dores Gomes (Dorinha, 32 anos, Fazenda da Ponte/ Alvorada de Minas)

Maria do Socorro de Jesus (46 anos, Ribeirão de Trás)

Maria Rosa Ferreira Dias (45 anos, Dom Joaquim)

Neidiane Aparecida de Fátima (33 anos, Ribeirão de Trás)

Vitória Cristina (8 anos, Fazenda da Ponte/ Alvorada de Minas)

Sanfoneiro:

Noel Pereira da Silva (65 anos, Ribeirão de Trás)

Caixeiro:

- Valter Francisco Dias (Valtinho, 40 anos, Dom Joaquim)

Caixeiros substitutos

Gilson das Dores Gomes (Ribeirão de Trás)

Lucas Henrique de Jesus (Luquinha, 22 anos, Conceição do Mato Dentro)

As chefas guiam a Marujada. Mas para tanto não basta saber cantar e dançar. É preciso também saber ensinar, rezar, comandar, conhecer os cantos adequados para cada situação, conduzir o andor, guiar a guarda, entrar na igreja, cumprimentar os reis e rainhas, receber visitantes, entre outros dons e habilidades.

Cotinha e Cida se encarregam ainda de toda a produção logística que antecede cada uma das apresentações, como por exemplo, entrar em contato com cada uma das dançantes e instrumentistas, marcar local de encontro, acertar os detalhes com os festeiros e planejar o transporte de ida e retorno.

Todas as dançantes tocam pandeiro e vestem indumentária branca: bermuda, blusa, tênis, meia e capacete (com estrutura moldada em taquara, forrado com tecido branco e enfeitado com longas fitas coloridas e espelhos). Parte dos recursos para compor a vestimenta das dançantes é dispendido pelas dançantes e parte por Liquinha, a coordenadora da Marujada. O tênis, as fitas e os espelhos do capacete são comprados pelas dançantes. Já a bermuda e a blusa são providenciadas por Liquinha, que também se responsabiliza por lavar as roupas após cada apresentação. A estrutura do capacete é moldada por Cida, que também é mestra no ofício de trançar a taquara.

As chefas usam saia, camisa com botões, boné e tênis. A saia e a blusa são sempre do mesmo tecido e em cores escuras.

Os músicos tocam caixa e sanfona e as dançantes tocam pandeiros. A sanfona pertence ao próprio sanfoneiro. Já a caixa e os pandeiros foram comprados pela coordenadora do grupo, Liquinha. De todo modo, quando todas as dançantes filiadas à Marujada estão disponíveis para a apresentação, precisam conseguir alguns pandeiros emprestados.

Os cantos entoados pela Marujada de Ribeirão de Trás variam conforme o santo celebrado. Parte das músicas as chefas aprenderam enquanto observavam a performance da Marujada de Tiobaldo. Outras foram lhes transmitidas por parentes e amigos que já integraram outras marujadas.

“Conforme o santo é que agente canta a musica. [Aprenderam onde?] É da marujada mesmo. Todo marujo cantam essas músicas. [Como aprenderam?] Aprendemos com esse homem aí. Com o Tiobaldo. Porque éramos criancinhas e víamos a marujada dele. Mas tem muitas que agente não tinha visto, que quem sabia ensinou agente. Ali, a mulher do Zé Moacir ensinou agente muitos cantos. Que ela também dançava marujada.”

Além de entoar os cânticos e tocar pandeiros, as marujas também dançam. Três ritmos sonoros cadenciam a Marujada: a dobradinha lenta, a dobradinha repicada e a machagada. Os passos e movimentos que compõem a dança variam de acordo com cada um desses ritmos.

“Porque a pessoa vai ali, não é só bater o instrumento, não. Tem que dançar. Cada hora que muda o ritmo, ela dança diferente.”

Antes das apresentações da Marujada o grupo se reúne em uma roda e cada um, em silêncio, faz a oração de sua preferência pedindo proteção para a Marujada, para a apresentação que se seguirá e para cada um de seus componentes. Ao término da oração cada um faz o Sinal da Cruz para reforçar a proteção. Em seguida, todos tomam uma conta: bebem uma pequena quantidade de uma mistura feita com partes de plantas (não nos reveladas) curtidas na cachaça. Esta bebida

vai afastar eventuais infortúnios que podem ser criados na interação com outras danças e que possam *tombar* a Marujada de Ribeirão de Trás.

“Antes de começar todo mundo faz uma oração e o nome do pai e bebe uma continha (...) Toda dança tem que ter isso (...) A pessoa toma [a quantidade equivalente a] umas dez gotas mais ou menos. (...) Agente sempre pede essas pessoas mais velhas pra fazerem pra gente, temperar... [É] temperado com cachaça e põe no barro pra curtir. Passa por um processo... E é bom fazer Sexta-Feira Santa. Ailton que é dono dos caboclinhos também faz. Ele mesmo prepara. (...) Toma antes (...).Põe umas gotinhas na vasilha pra cada um. Isso é, uma conta mesmo. Num chega a beber não. Tem um copinho. Você vira assim devagarzinho. (...) Se você juntar tudo dá mais ou menos 10 gotas. (...) Isso é pra dança não tombar. Principalmente se tiver duas danças no lugar ou três, sempre uma dança avacalha. Porque tem dança, e isso é dos antigos, que vai pra desafiar os outros né, as outras. Tomando essa conta é muito difícil, mas sempre uma dança avacalha. (...) A que tiver mais fraca...”

Anualmente o grupo participadas coroações do Mês de Maria na comunidade quilombola (aos sábados do mês de maio) e da Festa do Trabalhador na sede de Dom Joaquim (comemorada no dia 1º de maio). Quando convidados pelos festeiros, participam da Festa de São Domingos (final de julho / início de agosto, na sede municipal), das homenagens à Santana (em 26 de julho, no distrito de Gororós), dos festejos de Nossa Senhora do Rosário (em julho, em Alvorada de Minas), da Festa de Santa Cruz (em setembro, na Jaguara, uma povoação vizinha) e da Festa de Nossa Senhora Aparecida (em Ribeirão de Trás). Em 2015, o grupo se apresentou no 1º Canjerê – Festival de Cultura Quilombola de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

O nome original do grupo é Marujada Feminina Nossa Senhora da Conceição de Ribeirão de Trás (Nossa Senhora da Conceição é a padroeira de Ribeirão), entretanto é também conhecido como Marujada de Ribeirão de Trás. Mais recentemente, após a Associação ASCAXAR ganhar visibilidade e da própria comunidade ter ficado conhecida como ASCAXAR, o grupo também passou a ser mencionado como Marujada da ASCAXAR.

Alguns associados da ASCAXAR planejam fundar uma marujada que de fato seja da ASCAXAR. Uma das regras da Marujada Feminina Nossa Senhora da Conceição de Ribeirão de Trás define que quando uma marujeira abandona o grupo, ela não pode voltar a compô-lo. Muitas dessas dançantes têm hoje o desejo de reintegrar-se à marujada. O novo grupo incluiria estas mulheres.

A principal transformação na Marujada desde sua fundação foi a composição do grupo: algumas componentes saíram e novas foram incorporadas. Em relação aos outros aspectos, como estrutura organizativa, indumentária, danças, cantos e instrumentistas, não houve mudanças a serem destacadas.

Como não são muito numerosos os eventos que extrapolam a rotina de ASCAXAR, além da função devocional a Marujada cumpre também o papel de divertimento para seus componentes e de entretenimento para os outros quilombolas quando as apresentações acontecem na comunidade.

A seguir transcrevemos as músicas cantadas pela Marujada Feminina de Ribeirão de Trás no dia do registro pela equipe de audiovisual do INRC Quilombos do Cipó (21 de maio de 2016).

O perfume eu ofereço	A terceira coroa
Pra nossa mãe rainha	Hoje eu quero te dar
Que é do céu e da terra	As imagens dessa terra
Farol de quem caminha	Lá no céu quero morar
Creio em Deus pai todo poderoso (2x)	É a ti mãe do céu te dedicamos
Pra livrar nossa marinha todo mal	Nosso amor e carinho sem igual
contagioso (2x)	(2x)
Rezar meu credo em cruz na hora de	
Deus amém (2x)	Nesta noite de grande alegria
Livrar nós do mal olhado (2x)	Faremos uma prece filial
-----	(2x)
Ô nova lima nova lima nova lima	De mãos dadas vamos todos venerar

Essa lima vai e vem e não merece
Ô batalha da comadre não padece
Quem bem fizer pra si é
Quem mal fizer pra si é

Ave Maria
Cheia de graça
(2x)

Senhor é convosco
Bendita sois vós
(2x)

Viva Nossa Senhora
De quem é o Brasil?
É de Maria

Senhora da Conceição
Protetora do lugar
(2x)

Abençoa esse povo
Que já vai te acompanhar
(2x)

Abençoa essa casa
E a quem nela morar
(2x)

E pedimos proteção e oração

Não despreze vossos filhos mãe
querida
Dai-nos vida e amor no coração
(2x)

É a ti mãe do céu te dedicamos
Nosso amor e carinho sem igual
(2x)

Nesta noite de grande alegria
Faremos uma prece filial
(2x)

Olhe sempre essas crianças
Que hoje veio aqui te coroar

Derrame suas bênçãos preciosas
A este povo aqui deste lugar
(2x)

É a ti mãe do céu te dedicamos
Nosso amor e carinho sem igual
(2x)

Nesta noite de grande alegria
Faremos uma prece filial
(2x)

E em troca ó mãezinha lhe pedimos
Que nos dê um cantinho lá no céu

Senhora da Conceição (2x)

Não deixa nada faltar

Nós somos vossos filhos

De mãe quero lhe chamar

Senhora da Conceição

Protegei esse lugar

Virgem, te saudamos

Vem nos amparar

Nós te suplicamos

Vem nos amparar

Nós somos vossos filhos

De mãe quero lhe chamar

Senhora da Conceição

Suas bênçãos derramar

Ó Maria mãe de Deus

Vem salvar os filhos seus

(2x)

Senhores donos da casa

Um pedido eu faço agora

(2x)

Em qualquer perigo

Vem nos amparar

Dai-nos seu abrigo

Vem nos amparar

Continuem sempre devotos

Da virgem Nossa Senhora

(2x)

Ó Maria mãe de Deus

Vem salvar os filhos seus

(2x)

Senhora da Conceição

Protetora do lugar

(2x)

Cheia de bondade

Vem nos amparar

Salve a humanidade

Vem nos amparar

Abençoa esses marujos

Que vai te acompanhar

Ó Maria mãe de Deus

Vem salvar os filhos seus

(2x)

Cheguemos (3x)

Cheguemos com muita alegria

Vimos para trazer o andor da virgem
Maria (2x)

Maricota chega na janela (2x)
Vem ver marujo que já vai pra guerra
(2x)
Olha guerra no mar!

REFERÊNCIAS SELECIONADAS

LOCALIDADE 04 – CUBAS

CAPELA DO DIVINO ESPIRITO SANTO DE CUBAS⁴⁹

A Capela do Divino Espírito Santo de Cubas está localizada em pequeno platô de encosta suave, com extenso gramado ao redor e de frente para uma grande pedreira natural coberta de vegetação. Em função do isolamento do conjunto ela pode ser avistada a partir da estrada principal de acesso até a localidade. A Igrejinha de Cubas, como é mais conhecida, data do início do século XX e foi construída por Antônio Costa Silva⁵⁰. Seu desenho não se assemelha ao desenho das capelas tradicionais da região, sendo talvez o único exemplar arquitetônico do município que apresenta cobertura em cúpula.

Foi construída em alvenaria de tijolos sobre as fundações de alicerce corrido de uma edificação anterior. Já passou por reforma e teve alguns dos seus elementos

⁴⁹ A descrição arquitetônica da Capela do Divino Espírito Santo de Cubas tem como principal referência o Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Ano 2004. Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. As informações foram atualizadas pela equipe do INRC Quilombos do Cipó.

⁵⁰ Antônio Costa Silva foi pai de Cassimiro Costa que é o padrinho de Geralda Cassimira de Assis.

originais substituídos. De todo modo, apresenta ainda originalidade de muitos dos seus elementos arquitetônicos. Ainda mantém as esquadrias, a cobertura e a torre com sua cúpula.

Não se tem conhecimento da autoria do projeto executivo da capela (provavelmente foi planejada pelo fundador da igreja). É constituída em volume único, conjugando os ambientes de nave e capela-mor. Tem forma retangular e coberta em duas águas com telhas de barro curvas, antigas, instaladas sobre engradamento de madeira com forma beirais encachorrados nas laterais. Na parte frontal da cobertura apresenta telha sem pontas na frente, sem cachorros ou cimalha.

Na reforma perdeu o coro e as janelas da fachada principal. Tem torre dianteira central baixa, embutida dentro do volume único. Esta torre apresenta cobertura em cúpula e é encimada por elemento em cruz. O frontispício tem apenas uma porta central em folhas duplas com almofadas baixas e um óculo (abertura em uma parede, para passagem da luz ou do ar) em forma de losango na altura da torre, com fechamento em estrutura de madeira formando uma estrela de oito pontas. Nas laterais apresenta também porta única encimada por óculos em losango. A parede dos fundos apresenta apenas uma porta pequena.

A capela apresenta um estado de conservação apenas razoável. Seu telhado demanda reparos.

A princípio, o próprio fundador da igreja (Antônio Costa) era a pessoa responsável por sua manutenção, uma função que mais tarde foi transferida para sua filha Santina Costa (falecida no início dos anos 2000) e que tomou conta da igreja por mais de 60 anos. Hoje ela é guardada por Dona Didica, quem cuida da igreja e da festa desde o início dos anos 1980. A igreja de Cubas é hoje pouco frequentada e por isso são poucos aqueles devotos que contribuem de algum modo para sua conservação. Como Dona Didica recebeu a incumbência de cuidar da edificação, os custos com a manutenção são quase totalmente despendidos por sua família. Ela destacou que o telhado precisa ser reformado e não há verba.

A Festa do Divino Espírito Santo ocorre todo ano em um final de semana de junho ou agosto, na Igrejinha de Cubas ou Capela do Divino Espírito Santo. Durante esse

período acontecem os seguintes eventos na Capela do Divino Espírito Santo: reza do terço (no sábado), levantação da bandeira no adro (no sábado); missa (no domingo); coroação do rei e rainha (no domingo).

A Igrejinha de Cubas foi incluída no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro no ano de 2004.

Três elementos integrados de valor histórico compõem com a Capela do Divino Espírito Santo. Internamente, um retábulo de madeira, com estruturas e entalhes decorativos bastante elaborados; Externamente, duas casas do início do século XX. Uma localizada a poucos metros da capela construída por Antônio Costa e outra na parte mais baixa da encosta onde está a capela. A casa mais próxima da igrejinha foi construída por um genro de Antônio Costa chamado Jerônimo Silva (casado com Santana Costa, filha de Antônio Costa). Hoje esta casa pertence a uma família de Sete Lagoas. Já a casa mais abaixo da encosta foi deixada por Antônio Costa para seu filho Cassemiro Costa. Nesta casa mora a família de Dona Geralda Cassemiro de Assis (Dona Didica), afilhada de Cassemiro e quem recebeu a casa de herança de seu padrinho.

A seguir, apresentamos a descrição de cada um desses elementos a partir de documentos que compõem o Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro.

O Retábulo

O retábulo é antigo, do início do século 20, em estilo eclético e está localizado na capela-mor da Capela do Divino Espírito Santo. A sua parte inferior é dividida em cinco setores enquadrados e separados por elementos arquitetônicos em colunas com seção circular. Na parte central no enquadramento central observamos o sacrário com porta com verga ogival decorada com elemento em coração encimado por elemento em cruz e folhas na parte de baixo. O setor intermediário do altar apresenta peanhas com dosséis laterais, com fundos pintados com motivos fitomórficos, sendo enquadrados em forma ogival delimitada por desenhos geométricos ao centro, camarim em estrutura ogival com uma imagem do Divino sobre o trono e outra raionada aplicada na parte superior do fechamento de fundo. A entrada do camarim é decorada com finos elementos

curvos e o interior pintado. A parte superior é delimitada nas laterais por elementos arquitetônicos em colunas, ensimadas por elemento em torre. Apresenta colunas com aplicações de elementos em motivos fitomórficos verticais. O fechamento superior em ogiva apresenta finas estruturas curvas sobrepostas a ela. Pode apresentar repintura, o que só pode ser confirmado a partir de prospecções. O retábulo apresenta vestígio de degradação pela umidade e pelos insetos xilófagos.

Casa que foi de Santina e Jerônimo (hoje de uma família de Sete Lagoas):

Esta casa foi construída no início do século 20 pelo senhor Jerônimo Silva, casado com Dona Santina Costa (filha de Antônio Costa). Tem estilo colonial, de acordo com o modelo das séries antigas da região. Está localizada a poucos metros do lado esquerdo da capela do povoado, em uma encosta suave. Seu desenho se assemelha ao desenho das sedes das fazendas da região. É constituída em volume principal com dois pavimentos e volume anexo em pavimento único do lado direito, correspondendo aos setores de serviços, com forno e dispensa, mas com a mesma tipologia arquitetônica. O sistema construtivo da casa e de seu anexo é de estrutura autônoma de madeira e vedações em taipa e adobe. A casa tem dois pavimentos na parte da frente, correspondendo ao caimento do terreno de assentamento. Tem pisos e esquadrias em madeiras, com cancela na porta principal alcançada por escada de pedras. No pavimento superior ficam os ambientes de salas, quartos e cozinha e no inferior os de depósito, além de dormitórios. A cobertura quatro águas é em telhas antigas, curvas, de barro. Em seu entorno há árvores frutíferas e ainda áreas de pastagens. Localizada na entrada do povoamento de Cubas. A casa apresenta ainda originalidade de muitos os seus elementos arquitetônicos, mantendo a sua estrutura de madeira em peças de braúna, os pisos e as esquadrias. O piso em Assoalho da casa tem peças de Jatobá e Jacarandá. Tem Oratório de tamanho médio embutido na parede do ambiente da sala. No pavimento inferior fica o quarto de cangalha. Nesta casa também se hospedavam os tropeiros que viajavam pela região. Já teve engenho de cana, monjolo de mandioca e moinho de milho.

Casa de Dona Geralda e família:

Esta casa foi construída no início do século XX por Antônio Costa Silva (que também construiu a capela). Nela morou seu filho Cassemiro Costa. Cassemiro não teve filhos e a casa ficou para sua afilhada, Geralda Cassemiro de Assis (Dona Didica), esposa do senhor José Geraldo de Assis (Geraldo Milim), atuais proprietários. Tem estilo colonial, de acordo com o modelo das séries antigas da região. Está localizada um pouco abaixo da Capela, em região de encosta. O sistema construtivo da casa é de estrutura autónoma de madeira e vedações em taipa e Adobe. Tem planta em formato de um “L”. A casa tem varanda alta na parte da frente, correspondendo ao caimento do terreno de assentamento, formando porão. Tem piso e esquadrias em madeiras com vigas retas e com varanda na fachada principal alcançada por escada de pedras do lado esquerdo. A varanda apresenta guarda-corpo fechado com régua de madeira. No pavimento superior ficam os ambientes de salas, quartos e cozinha e no inferior o depósito e dormitórios. A cobertura é em quatro águas e em telhas antigas, curvas, de barro. Apresenta desnível interno entre os ambientes da frente e dos fundos da casa, com degraus descendo para cozinha e serviços. No entorno observa-se árvores frutíferas e ainda áreas de pastagens. Logo abaixo da casa observamos curso de água formada pelas belas paisagens naturais, com boas opções para banhistas. A casa apresenta ainda originalidade de muitos dos seus elementos arquitetônicos, como a estrutura de madeiras em peças de braúna, os pisos, os forros de esteira e as esquadrias. Algumas paredes já foram refeitas, porém segundo o modelo tradicional original. O seu estado geral é de pleno funcionamento de todo o conjunto. No pavimento inferior fica um ‘quarto de cangalha’, já que na fazenda se hospedavam os cavaleiros que viajavam pela região vindos da região da Lapinha, onde trocavam açúcar, rapadura e café.

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE CUBAS

A Festa do Divino Espírito Santo de Cubas foi fundada há mais de 100 anos por Antônio Costa Silva (pai de Antônio Cassimiro, o padrinho da atual guardiã da festa, Geralda Cassimira de Assis, conhecida como Dona Didica). Nesta época a Igrejinha de Cubas ainda não havia sido construída. Por aproximadamente dez

anos os rituais religiosos da celebração aconteceram na residência do fundador, que então construiu a Capela do Divino Espírito Santo de Cubas.

A festa acontece nos meses de julho ou agosto. Começa na noite de um sábado com o ritual de erguimento do mastro e termina na tarde de domingo com a distribuição de doces. Durante os dias festivos o povoado, normalmente sossegado, transforma-se em um lugar movimentado, com grande circulação de pessoas. Por volta das 19 horas de sábado a comunidade e os visitantes se reúnem na Igrejinha de Cubas para a reza do terço. Depois erguem o mastro no adro da igreja ao som de cantos devocionais entoados pelos presentes e de vários estouros de rojões. Após a subida da bandeira o festeiro distribui um caldo, um feijão tropeiro ou algum outro alimento a todos os presentes.

Muitos dos visitantes pernoitam em Cubas em barracas de *camping*, na casa de Dona Didica ou acordados em torno da fogueira ou no Bar do Geraldo (filho de Dona Didica), uma construção recente (de data não identificada) próxima à igreja.

Os rituais dominicais começam com um almoço oferecido pelos festeiros na casa de Dona Didica. Após o almoço, por volta de 14 horas, um padre da paróquia de Conceição do Mato Dentro celebra a missa. Ao término da missa a comunidade local e os visitantes se reúnem na Procissão do Divino, que sai da igreja, contorna a mesma, passa em frente à casa de Dona Didica e para ela retorna. No interior da igrejinha os festeiros (coroados no ano anterior como Rei e Rainha do Divino) passam a coroa para um novo casal que se responsabilizará pela festa do ano seguinte.

Antigamente era assim, o padre vinha cedo, celebrava a missa e almoçava e na parte da tarde que ia fazer a procissão e passar as coroas. Mas tem muito tempo que mudou e está fazendo tudo numa hora só. (...) Tinha padre que vinha e dormia aqui. Hoje não, vem e volta. Tinha padre que gostava de vir no sábado e ir embora no domingo de tarde. Agora já marca a festa pra duas horas e vem e vai embora. (Dona Didica, abril de 2016)

Após os rituais que acontecem na igreja com a presença do padre, todos vão para a casa de Dona Didica. Lá os festeiros distribuem doces a todos os presentes.

Atualmente os festeiros oferecem doce de laranja, mamão, batata e leite, mas já foi comum (há uns 30 anos) o doce de milho e o de feijão andu.

A casa de Dona Didica funciona como local de apoio para realização da festa. Lá os festeiros se hospedam e distribuem o caldo no sábado e o almoço do domingo. Lá também se hospedam familiares da proprietária e dos festeiros, entre outros visitantes.

Antigamente os visitantes se distribuíam pelas várias casas de moradores de Cubas. Entretanto, há aproximados 20 anos iniciou-se um processo de esvaziamento do povoado (e um consequente enfraquecimento da festa). Desde a retomada da festa na década de 2000, após um ou dois anos sem celebração, o uso de barracas pelos visitantes passou a ser a estrutura de hospedagem mais comum. A casa que foi de Antônio Costa foi um importante local de referência para a realização da festa. Entretanto há aproximadamente dez anos foi vendida para uma família do município de Sete Lagoas/MG e a casa de Dona Didica se tornou o principal lugar de apoio para a festa.

Além de receber a família do festeiro e outros visitantes, a casa de Dona Didica serve ainda de apoio para a marujada e para a preparação e produção dos integrantes do reinado. *No passado* o cortejo e a marujada saíam de diferentes casas, variando a cada ano. A casa de Dona Didica também é o local de preparação o almoço e dos doces, mas com mão de obra organizada pelos festeiros. Alguns costumam já levar os doces prontos para apenas distribuir em Cubas. Os recursos para o almoço e os doces são dos festeiros. Muitos festeiros pedem a amigos e parentes doação de mantimentos para a produção do almoço e dos doces.

Como em geral observa-se nas festas do Divino Espírito Santo em Minas Gerais, a festa em Cubas gira em torno do Reinado do Divino. Este reinado é composto por um rei e uma rainha, que são os festeiros. Os festeiros trajam vestimentas baseadas em modelos usados pela família imperial do Brasil. Durante o cortejo, o rei e a rainha são escoltados pelas seguradeiras de quadro – seis moças que seguram varas que delimitam a área ocupada pelo reinado. Tanto a indumentária do rei e da rainha como a das seguradeirassão alugadas pelos festeiros em lojas especializadas. Antigamente cada festeiro comprava o tecido e encomendava o

feito das roupas a costureiras. A cada festa a indumentária era renovada. Os festeiros costumavam guardar aquelas roupas como lembrança da celebração realizada. Nesta época, as seguradeiras vestiam vermelho, por ser esta a cor do Divino Espírito Santo. Hoje costumam trajar roupas brancas. Na perspectiva de Dona Didica, as vestes anteriores eram mais bonitas. Ela pretende, quando novamente for festeira, criar os modelos, comprar os cortes de tecidos e encomendar o feito das vestimentas.

Na década de 2000 a festa estava sendo pouco frequentada e ficou um ou dois anos sem ser realizada. Para dar continuidade a tradicional festa de Cubas, Dona Didica resolveu fazer ao menos uma festa simples e concentrada no domingo. Nesse ano ela foi a festeira, ofereceu sanduíches ao invés de refeições e não distribuiu doces. No ano seguinte a celebração foi realizada por um festeiro do distrito de Tabuleiro (município de Conceição do Mato Dentro) e muitos moradores deste distrito participaram. Desde então, o povoado voltou a ficar bastante movimentado no final de semana da celebração, em especial por pessoas vindas de Tabuleiro.

A festa é frequentada por pessoas de localidades rurais da região, especialmente do distrito de Tabuleiro e do distrito de Itacolomi (ambos distritos de Conceição do Mato dentro), além de moradores da sede municipal e de Belo horizonte. Os moradores de Três Barras e Buraco já foram mais frequentes na festa, entretanto a participação desses quilombolas é hoje menos expressiva. Como descrito acima, desde meados da década de 2000, o público da festa é representado principalmente por pessoas vindas de Tabuleiro. Algumas chegam a pé, mas a maioria de carro. A maior parte dos presentes é jovem. *Antigamente* os visitantes chegavam sempre aos sábado, hoje muitos pernoitam em Cubas também na sexta-feira.

No ano de 2016 um novo padre foi encaminhado para atuar nas celebrações católicas em Cubas. Muitos sacerdotes católicos quando se tornam padres de uma paróquia buscam implantar novos costumes, muitas vezes ferindo as práticas já consolidadas pelas comunidades. Este novo padre, por exemplo, entende que a distribuição de doces não compõe a estrutura de uma Festa do Divino e, sim, as festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário.

Buscando fundamentar o posicionamento do novo padre, Dona Didica se lembra que durante sua infância não havia distribuição de doces. Depois [em uma época em que ela não soube precisar, nem mesmo vagamente] alguns festeiros trouxeram esta prática para a festa em Cubas.

Outro posicionamento do novo padre é a compressão de que as festa católicas devem ser celebradas em acordo com o calendário oficial da igreja. A agenda católica define o dia 31 de maio como a data celebrativa do Divino. Entretanto, em Cubas a festa sempre aconteceu nos meses de julho ou agosto. Seguindo a orientação do padre, Dona Didica planejava realizar a festa de 2017 no mês de maio. Explicou que em 2016 a festa aconteceu em julho porque o padre chegou no início do ano quando a data da festa já havia sido acordada com os festeiros, ainda em 2015.

Desde 2013 uma imagem de Nossa Senhora Aparecida acompanha a procissão do Divino Espírito Santo. Dona Didica não conversou sobre esse aspecto com o padre, mas receia que ele se oponha a esta prática.

Antes do dia da festa é preciso preparar todos os locais de referência para a celebração. É preciso capinar a grama do adro da igreja, limpar e organizar a igreja e preparar a fogueira. Dona Didica também prepara sua casa, que é lugar de apoio para a festa.

Algumas pessoas contribuem anualmente para a execução da festa: uma senhora chamada Bia que ajuda a entoar os cânticos católicos; um senhor chamado Geraldo (zelador da igreja de Tabuleiro); uma moça de Itacolomi (distrito de Conceição do Mato Dentro) que ajuda na leitura da missa; dois homens de Tabuleiro e um de Conceição do Mato Dentro que ajudam a capinar o adro da igreja.

Após o fim da festa a principal tarefa é a limpeza. É preciso limpar o entorno da igreja, o interior da igreja e a casa de Didica. Ela destaca que “Tem uns festeiros que têm consciência e limpam tudo, mas tem outros que já não limpam. Que agente tem que sair catando, que tem criação, né...” (Dona Didica)

Dona Didica e sua família oferecem, portanto todo o apoio necessário aos festeiros para a organização e execução da festa. Eles destacam que para que uma

festa seja bem planejada é importante que os festeiros entrem previamente em contato com ela para juntos elaborarem a festa, cada um dentro de suas funções. Entretanto, como os festeiros se alternam a cada ano, nem sempre há uma comunicação eficiente. “Eles costumam ligar antes pra combinar, mas tem uns também que costumam chegar na hora. Dois dias antes, pra arrumar. Se agente já não tiver com as coisas organizadas...”

Com relação à participação da marujada, Dona Didica não se lembra de ternos de congado nas festas mais *antigas*. De todo modo, ao longo da história, a festa incorporou a Marujada. Não são todos os festeiros que convidam os marujeiros, entretanto sempre se esperara que estejam presentes na celebração.

OFÍCIO DE ALVENARIA tRADICIONAL DE BARRO E MADEIRA

A alvenaria é uma técnica de produção de muros a partir da utilização de blocos, tijolos, pedras ou lajotas unidos entre si por uma argamassa, que pode ser feita de areia ou barro. Sua origem se dá na pré-história, consistindo em um dos mais antigos sistemas de construção da humanidade, as primeiras alvenarias eram feitas em pedras ou em tijolos secos ao sol. (CAVALHEIRO, 2013) No Brasil, esse tipo de construção se inicia no período colonial, sendo utilizados principalmente para seu feitio pedras, tijolos de barro cru e taipa de pilão.

Na comunidade de Cubas, essa técnica é utilizada para a construção de moradias e outras edificações importantes do local. Os recursos mais utilizados são o adobe e o pau-a-pique. O adobe é uma lajota feita de barro que deve conter argila e areia, acrescenta-se fibras vegetais e estrume de boi para melhorar sua resistência. O pau-a-pique é uma técnica muito conhecida e utilizada não só pelas comunidades negras rurais mas também pelos indígenas, pois todos os seus materiais são naturais, possuindo grande resistência e durabilidade.

Em Cubas, assim como em outras comunidades rurais, essas matérias primas são extraídas das matas da região e trabalhadas pelos moradores que aprenderam a técnica com seus antepassados. Além de ser uma importante referência cultural para a comunidade, esse ofício também é fonte de renda para as pessoas que

conhecem a técnica. Através da preparação do barro constitui-se o adobe que é amarrado com madeiras e cipó para fazer a estrutura das casas. O ofício ocorre na comunidade de Cubas, sendo uma técnica muito antiga passada de geração a geração (o entrevistado diz que aprendeu com o pai, que por sua vez, aprendeu com o avô), sendo principalmente utilizada para construção de moradia na comunidade. Alexandre nasceu em Cubas, no ano de 1976, e desde os oito anos de idade, acompanhava o pai e o avô em trabalhos de construção de casas de alvenaria de adobe e pau-a-pique, esteios de braúna para reforma de currais. Dessa forma aprendeu o ofício e hoje em dia faz dele sua fonte de renda, trabalhando na construção e restauração de casas de alvenaria de barro na região, pois além de ser fonte de renda sua e de sua família, ele acredita que é necessário valorizar esse ofício que aprendeu com os antepassados.

O ofício consiste primeiramente na extração da matéria prima para fazer o adobe, para produzi-lo é necessário amassar o barro com o pé e acrescentar água, e com a enxada misturam capim, cipó, é importante amassar bem para evitar que futuramente o barro rache muito. Após essa preparação, o adobe fica secando entre 15 e 20 dias até estar pronto. Com o adobe pronto utiliza-se cipó e madeira para construir colunas de sustentação realizando uma amarração deste, duas pessoas realizam essa etapa, uma puxando e a outra firmando. Quando pronta essa amarração é levantada. Duas pessoas, uma de cada lado do adobe já amarrado, vai acrescentando barro nos meios vagos entre os cipós e madeiras. São necessários mais 15 ou 30 dias para que esse barro fique seco. Depois do amarreio e do barro chapado seco, é dado o acabamento com uma massa fina feita de barro, areia e estrume de boi.

REFERÊNCIAS CULTURAIS

LOCALIDADE 05 – MATIÇÃO

As festas contém a reza, e muitas delas ultrapassam essa parte solene, com momentos de descontração (forró, cachaça, samba e cerveja) que não têm hora

para acabar. Nessas grandes festas, como no caso da celebração dos Padroeiros e da Reza de São João armam-se palcos e equipamentos para apresentação de bandas e instalam-se barraquinhas que vendem bebidas e alimentação. Essa *parte dançante* pode iniciar durante a *parte da devoção*, e nesse caso em um espaço afastado para evitar maior incômodo aos devotos (como na Reza de São João); ou pode acontecer em um momento separado, reservando-se a *dança* e o livre divertimento para depois da celebração (como na Festa dos Padroeiros da comunidade). Em todas essas rezas, como uma *parte* (das mais importantes) entre as *partes*, o candombe faz ocupação *firmando a força* da reza acontecida. Os candombeiros se reúnem no terreiro, próximos do mastro que suspende a bandeira do Santo. Assim que a reza termina, irrompe a sua *ferveção*: um círculo de pessoas se forma ao redor dos tocadores e um candombeiro, a cada vez, ocupa o centro diante dos tambus⁵¹, dançando, girando, curvando-se com os ombros, cantando versos que são respondidos pelos candombeiros de ao redor. Os temas variam de louvações e enigmas à ocorrências do dia-a-dia. Ao primeiro cessar dos tambus (que são reaquecidos à fogueira para afinação, e retomados de tempos em tempos, ao longo da madrugada) marca-se o fechamento da *parte santa* da festa e sua liberação para que as outras partes aconteçam sem detrimento da devoção.

Existem também as rezas que não investem na parte da festa que *não tem a ver com a religião*. A Reza de Santa Cruz, que é um dos rituais da comunidade que tem mais longa duração, *não tolera* mais que uma pequena barraca, disposta no alto do morro, afastada do Cruzeiro, que vende alguma comida ou bebida e oferece gratuitamente o quentão, que assim como a distribuição de biscoitos é parte da obrigação do festeiro. Há também as rezas bem pequenas, que em geral são *só da comunidade*, como a reza de São Pedro e de São Benedito. Mesmo nessas rezas, há partes dentro das partes, um cantinho ou momento *fora*, aberto para a diversão.

As promessas de festas, na maioria dos casos, foram feitas pelos *antigos* e transmitidas para algum filho ou um cônjuge, pela sua cumplicidade na *parte* da

⁵¹ 'Tambus' são os três tambores do candombe, de tamanhos e tonalidades sonoras distintas, talhados em tronco de saboeira ou bananeira do campo (árvores do cerrado mineiro), geralmente acompanhados pelo guaiá (chocalho), a puíta (instrumento tipo uma grande cuíca, soando grave) e a caixa (tambor com membranas paralelas).

devoção. *Fazia promessa para sarar... E quando sarava, fazia a reza num ano e tomava por devoção essa reza. Tomava aquilo por devoção e fazia a reza todo ano e não parava mais... Até que alguém da família pegava com a reza pra levar em diante e não acabava com essa obrigação* (Dante).

Tomar conta de uma festa-reza é acolher para si a responsabilidade com a continuação de uma relação antiga com santos, almas, guias e ancestrais. Essa relação implica cuidados rituais e prevenção contra as *tentações* que fazem de *um tudo para perturbar* o ambiente e comprometer a obrigação. Como descreve Genário, que toma conta de duas rezas muito importantes na comunidade (de Santa Cruz e de São Benedito) que foram promessas do seu pai, o finado Jair de Siqueira: *Em dia de festa a gente fica estressado porque é muita coisa para arranjar e tem vezes que a gente só conta com a ajuda mesmo é de Deus. Então é dia que a gente tem que vigiar pra evitar a intriga, as brigas. E é uma coisa que a gente não pode largar, porque veio do nosso pai, antes dele do nosso avô... É uma missão* (Genário). Mesmo que a vida agora seja outra, como no caso de Jairnei, sua irmã, convertida em evangélica há mais de 20 anos, *mesmo assim eu não me afasto da missão do povo de Matição... da religião deles... do folclore deles... E é por causa de meu pai. Ontem mesmo eu tava dançando batuque... Tava me lembrando do meu pai: ele criou nós com isso tudo* (Jairnei).

Participar e ajudar nas rezas-festas é um importante modo de relação, pela aproximação de uns parentes com os outros, e de cada qual com a memória e a presença daquele ancestral que era o dono da antiga festa-reza. Esse modo de relação se associa, mais ou menos diretamente, às outras ações implicadas nessa produção: a ativação de memórias; a homenagem aos antigos; a atração da providência divina, *chamando* o santo para curar e garantir a *fortaleza*; a ligação com os guias que vêm consagrar a louvação; também a atração de algumas *almas perturbadas*, de antigos festeiros ou candombeiros, que chegam inconvenientes e zangados, insatisfeitos com algum proceder – uma vez que *a festa tá mudando demais, já não fazem como era antigamente* (Bina). Esses espíritos bravos avançam para o ‘mundo dos vivos’ querendo dominar, retomar a chefia do candombe, orientar ou atrapalhar a sua execução. Nesses momentos é preciso saber cortar *a influência* e afastá-los com firmeza. Se não, *adoece um candombeiro*,

embaraça o candombe, cala o tambu, traz má sorte pro ano todo, é muita a atrapalhação. A gente sente. Quando a gente entra num candombe... os que já se foram... eu sinto que eles tão ali no meio com o povo. Quando eu estou no candombe você pode ver, eu escuto muito. Tem nego que quer entrar no candombe de qualquer jeito... Eu digo: Opa pera aí companheiro! Não é assim não. Cantar de qualquer jeito... não pode. Tem lugar que eu sinto que os candombeiros antigos naquele lugar, eles estão ali. É igual quando a gente sai com a Folia de Reis: se você não segurar bem o pé, não rezar, não pedir a Deus mesmo... É difícil a folia! Porque tem 'esse lado' dos foliões que já se foram, que eram uns foliões mais ignorantes, entendeu? Então, às vezes, eles querem embaraçar uma folia. Já aconteceu da gente tentar sair com a folia e não conseguir. De amarrar alguma coisa. Então a gente tem que ter firmeza, pegar com oração. (Dó, 40 anos, candombeiro, filho de Nilse de Siqueira).

Isso que chamam de *ignorância* de finados foliões, a *ignorância dos antigos*, parece ser o seu envolvimento com a magia e uma disposição imediata para *fazer mal*, brigar e guerrear, resolvendo conflitos *na base do feitiço*, da *amarração*, da ofensa mágica e contundente a um opositor, as vezes *por qualquer motivo à toa*. Nesse sentido, ser ignorante é, ao mesmo tempo, ser *sabido*, conhecedor de *umas partes* que já não se aprova mais, depois que a Família Siqueira, chefiada pelo Pai Benjamin, acolheu a *doutrinação*; que antigamente *essas coisas* eram comuns, mas hoje em dia *não pode deixar mais acontecer*, como reforçam e insistem os anciãos. Quem sabe dos cortes e afastamentos necessários para a *libertação da festa* e reversão dos males são esses anciãos, os Velhos Siqueiras: Divina *na parte dos guias*; Nilse, Bina, Dante e Badu com a firmeza da oração; Isaura, candombeira capitã de Moçambique⁵², com a sua mestria no desfazimento *da amarração* – todos *trabalhando no santo* (expressão de Divina), cada qual com a sua doutrina, seus respectivos feitios e efeitos. *Essa parte do candombe*, a maioria dos anciãos

⁵² Grosso modo, o Moçambique pode ser apresentado como um dos grupos, chamado de *guarda*, de guerreiros (vassalos e capitães) que compõem o campo de forças agenciado no Reinado – esse sistema celebrativo bastante complexo, centrado na coroação de reis negros e adoração de Maria, presente em Minas Gerais. Os festejos do Reinado apresentam uma estrutura organizacional e uma dinâmica ritual complexas, que desafiam qualquer interpretação apressada sobre a sua significação. Levantação de mastros, novenas, cortejos, coroação de reis e rainhas, cumprimento de promessas, folguedos, leilões, cantos, danças, banquetes, mistérios, rezas e benzeções, embaixadas, pontos, simpatias, são alguns dos elementos que compõem a multiplicidade da celebração.

julga inadequada para a atualidade de Matição. Preferem não divulgar tais engenhos, evitando que os jovens se afetem, *porque é uma parte complicada, perigosa, que não vale a pena mexer, porque não precisa mais* (Badu).

A reza de Santa Cruz é a mais longa celebração religiosa de Matição, com duração aproximada de doze horas. Os devotos se concentram no alto de um morro, ao redor de um grande cruzeiro onde rezam, cantam e dançam, batendo candombe defronte a fogueira. Essa parte da reza dura cerca de quatro horas e é participada por grande quantidade de gente, praticamente todos da comunidade e, se o dia coincide com um final de semana, visitantes de povoados vizinhos e de outras cidades. A Alvorada de Santa Cruz inicia em seguida à reza no Cruzeiro quando, retornados do alto do morro os devotos peregrinam pela madrugada, de casa em casa (contando-se quase todas as 29 residências da comunidade). A quantidade de gente nesse momento é bem menor, reduzindo-se em geral a poucos devotos do quilombo, os mais *apegados com Santa Cruz*, entre os quais um pequeno grupo de candombeiros (que são no mínimo cinco tocadores e um puxador). Seguem rezando aos pés das cruzinhas que ficam enfeitadas na entrada dos terreiros das casas. A alvorada precisa terminar antes da sete horas da manhã que é quando *as cruzes sobem para o céu*, onde haverá uma ‘outra festa’, *a festa delas junto de Deus* (Nilse).

Essa reza começou por iniciativa de Benjamin e Josefa, pais dos Anciãos Siqueiras, depois que Benjamin *teve uma visão*: um grupo de pessoas *todo mundo vestido de branco*, rezando em procissão ao redor de um cruzeiro antigo, *pros rumos do Caminho Fundo*, por onde ele passava voltando da pesca, de madrugada. Benjamin acompanhou essas pessoas pensando que era *gente vivo*, na intenção de ajudar na reza que achou bonita e julgou importante. Quando chegou bem perto, as *visões* sumiram deixando claro que *os penitentes não eram desse mundo nosso*. O acontecimento foi logo compreendido como manifestação da *necessidade dessas almas que estavam perturbadas sem reza, sem oração*. A partir de então, reuniu esposa, filhos, amigos e outros parentes e fundou mais essa obrigação, muitas vezes cumprida solitariamente, *só mamãe e papai na cruz, mas mesmo assim eles iam, porque alma penada precisando de reza é coisa muito séria, pode trazer complicação pro lugar* (Isaura).

Depois dos pais falecidos, quem *pegou essa reza* foi o filho *Jair* (Jair de Siqueira) que junto com um companheiro *Seu Antônio d'Olaia*, candobeiro e pequeno fazendeiro da vizinhança de Matição, passaram a reza da beira do Caminho Fundo para o alto de um morro na propriedade de *d'Olaia*. Nesse morro instalaram um pequeno cruzeiro, que depois foi trocado por outro maior, onde rezam atualmente. A reza então acontece há pelo menos três gerações do quilombo Matição. Quem *toma conta dessa reza* depois da morte de *Jair* é seu filho *Genário*, que *não pode parar a missão pra não dar peso na alma de papai. Senão ele fica contrariado e a alma dele fica sem lugar* (Genário).

Esse compromisso de seguir com a obrigação do ancestral é das coisas mais sérias no quilombo. *Essa reza é muito antiga... No tempo do meu pai rezava lá na cruzinha, na beira da estrada lá. O pai e a mãe. Depois é que ficou essa tradição do cruzeiro. O cruzeiro não era aqui. Era aquele lá do caminho da assombração*⁵³. *A mãe rezava nas cruzes, mas o cruzeiro era aquele lá. Batia o candombe e rezava lá. Depois cumpadre Jair e Antônio d'Olaia fizeram esse cruzeirão (Divina). Quando eu me entendi por gente papai já fazia essa reza. Nós fomos seguindo ele... Seguindo até que Deus tirou ele. Mas nós continuamos fazendo a tradição para não acabar essa tradição. Assim eles falavam: que da primeira vez eles faziam numa cruz pequena... Mas foi crescendo...o povo foi aumentando... Papai fez um cruzeiro grande. Daí foi gastando, gastando... acabando.. Eu fui e refiz o cruzeiro. Usei um parajú [pau que dura muito tempo] pra não gastar e todo ano ter que fazer de novo. Antes de ter esse de cá, rezava lá, naquele cruzeiro mais antigo, indo pro Caminho Fundo. Rezava ali. Fazia o candombe nele a noite toda! Depois fez esse de cá... Passou a rezar nesse de cá e largou aquele lá* (Genário).

É preciso seguir com a reza prometida e zelar para que ela continue acontecendo da maneira mais correta. *Ao menos duas caixas de foguete, é preciso soltar nessa festa que é como Cumpadre Jair fazia e não pode deixar de fazer, não. Porque é pra Santa Cruz! Santa Cruz pede, precisa dessa zoada que é pra fazer ouvir no mundo inteiro que hoje é o dia dela. Cumpadre Jair não deixava de soltar foguete. Hoje ele*

⁵³ O Caminho Fundo, onde começou a reza de Santa Cruz, é famigerado por ser território assombrado. Muitas são as histórias de encontros com visões nesse caminho que desde os tempos remotos é bastante usado pela gente de Matição. É o caminho que liga o quilombo à Fazenda de Baixo, onde os ancestrais foram escravizados e alguns descendentes trabalharam até pouco tempo atrás.

deve estar revirando no caixão (Bina). Jair deve estar chorando... ele comprava foguetes todo ano... Desde cedo ele estourava. Devia de soltar ao menos um. Ano passado eu doeí. Esse ano os homens que prometeram não deram nenhum. Prometeram fazendo gracinha (Isaura). Esse lamento das irmãs Bina e Isaura feito durante uma reza de Santa Cruz, demonstra como ficam os velhos quando a festa não acontece do modo como *tem que ser*. Esse modo é definido pela *forma como era antigamente*. Até aquele momento da reza nenhum foguete havia sido estourado, conforme fazia o finado irmão. Nessa missão de *fazer como era antes*, outros parentes e amigos podem (e devem) se sentir na obrigação de ajudar (limpando o alto do morro, decorando o cruzeiro, preparando a comida e o quentão, mobilizando os demais parentes para a doação dos foguetes ou da lenha para a fogueira que é acesa para a reza). Mas muitas das vezes o que acaba acontecendo é um sobretabalho do festeiro que toma para si toda a tarefa como sacrifício e persistência, deferente à devoção.

Segundo Genário, no que respeita à doutrina católica oficial, *essa reza do cruzeiro significa é... O calvário por onde Jesus passou com a cruz. Significa a passagem de Jesus na Terra e o sofrimento dele. Porque essa caminhada que a gente faz é uma penitência. Ranca daqui pra ir lá no alto morro rezar. Volta. Reza nas cruzinhas todas...* Nessa linha de interpretação orientada pelo catolicismo, enquanto Genário enfatiza o Calvário, Dona Nilse associa a reza com a Ressurreição. Numa tarde de dois de maio, véspera da celebração, enquanto decorava a *cruz do seu terreiro*, perguntei que sentido tem festejar a Santa Cruz, se há alguma relação com as almas. Ela pareceu hesitar na resposta e depois falou que a celebração é uma lembrança da ressurreição de Jesus Cristo, do seu renascimento depois da crucificação. *Mas a gente aproveita pra rezar pras almas também. Porque todo santo tem um dia. E o dia três é o dia da Santa Cruz. A gente enfeita as cruzes porque estamos vestindo elas. Porque às seis horas da manhã do dia três que é o dia da Santa Cruz, é a festa delas no céu! Então elas tem que subir bem vestidas, bonitas, coloridas, elas todas, pra festa delas no céu. Que se elas ficam peladas elas não entram pra essa festa e ficam por aqui perturbadas, apaixonadas porque querem festejar com as outras cruzes que entraram porque estavam vestidas.* A homenagem da alvorada nas casas só pode ser feita nos terreiros onde tem a cruz

devidamente fixada e decorada. *Sem cruz não pode cantar e sem estar enfeitada também não... Senão ela vai pelada atrás da outras... E fica pra traz* (Nilse).

Mais ao largo da doutrina católica⁵⁴ e por mais perto do quilombo Matição, parece-me que o que é feito no dia da Santa Cruz é todo um *trabalho* de reafirmação de vida aos vivos, e de confirmação (e apaziguamento) da morte aos mortos, lembrando-se os finados e pedindo pela sua *salvação*. A homenagem à Santa Cruz agencia um cuidado especial com as almas *santas e benditas*, mas também com aquelas *penadas, perdidas*, apegadas ao *nosso mundo*. É preciso rezar para a sua elevação aos céus, para a sua libertação da Terra, libertando-se ao mesmo tempo o mundo dos vivos dos males que podem ser causados pela permanência de assombrações, que muitas vezes são finados queridos, mas nem por isso menos repreensíveis por negarem-se a *fazer sua passagem*. Esse cuidado e empenho no convencimento para a aceitação da morte (e afirmação da vida) é um *trabalho no santo*, como diz Divina – dedicado à libertação das almas e à sua condução à *glória, o reino do céu*.

Eu: Mas essa festa afinal, celebra o quê Dona Divina? É uma reza pra quem?

– *É das almas. É das almas, essa reza.*

Eu: A gente reza pras almas que tão precisando de ajuda pra subir?

– *É as almas... é muita gente!!!*

Para cada *casa rezada* na alvorada os devotos cantam ao menos três cantigas em honra a Santa Cruz e cumprem um Pai Nosso com Ave Maria, defronte as cruzinhas colocadas no chão, em intenção dos parentes falecidos que habitaram ali: *Pela alma de Cristiana Gonçalves, que siga a luz eterna dela; Um pai nosso e uma ave Maria pela alma de meu pai e de minha mãe, porque aqui era morada deles; Que Santa Cruz que avise à Maria, dona da casa, que estivemos aqui*. São mensagens e *intenções* afirmadas pela madrugada, seguidas pelo candombe que com alegria e vigor arremata a louvação. Entoam cantigas para *dar vivas* a Santa Cruz. Assim reforçam um agradecimento pelos pedidos alcançados e fazem novas solicitações. As velas acesas à frente da cruz firmam os pedidos iluminando seus caminhos para a realização.

⁵⁴ Digo aqui 'ao largo' certa de que esse é um ponto de vista meu, pois, da perspectiva da maioria dos devotos de Matição, seu cuidado com as almas em nada contraria ou se afasta da doutrina católica.

A cada Pai Nosso e Ave Maria, fazem um comentário indicando a orientação desses pedidos que podem ser *em intenção* dos mortos, pelo seu apaziguamento: *Pedir o eterno descanso para a alma desse morto, que despreze a terra e vá para seu mundo próprio* (Nilse). Ou dedicados aos vivos para o alcance de vitórias: *Que Santa Cruz que ajudai a todos nós que participamos dessa alvorada, que tenha misericórdia de nós...que nos ajude. Na vida a saúde, a alegria, a paz, a união, tudo de bom que nós encontremos em nosso caminho! Livrai-nos de todos os males contaminosos! Santo Cruzeiro dá força pra esse ano para todos os presentes! Que assim seja* (Nilse) !

*Deus vos salve ò cruz bendita
Deus vos salve ò cruz bendita
Que está no tempo sereno
Que está no tempo sereno
Onde foi crucificado
Onde foi crucificado
Meu Jesus de nazareno
Meu Jesus de nazareno*⁵⁵

A intensidade dessa festa produz efeitos marcantes: extenua os corpos, embriaga os sentidos, liga e desliga afetos e recordações. Os cantos reverberam pela madrugada de muito frio. Velhos firmando a reza e jovens batendo os tambus se conciliam nessa penitência que é também uma curtição. Há muita alegria. Há também contrição. Divina percute o seu sininho (na umbanda chamado de deja), tilintando, pontualmente ao longo da celebração. Esse toque incisivo – que desconfio ser um meio direto de comunicação com as almas, ao redor – sobrepõe-se a outros gestos como uma camada de mistério sobre as tantas outras camadas de ação. A festa faz vertigem. Na última das casas preparadas para a celebração, o que é sempre indicado pela cruz devidamente *vestida* e assentada no terreiro, Nilse alerta a todos que é preciso *fechar a reza* pois não pode passar de sete horas da manhã que é quando as cruzeiros vão para o céu. Fazem as últimas solicitações: *Que se leve todos os pensamentos ruins. Que sejam levados com a Santa Cruz! Um pai nosso com ave Maria por alma dos falecidos todos! Que desprezem a terra e vão pro mundo próprio deles. Que sigam a vida eterna! Um pai Nosso com Ave Maria em intenção dos donos dessa casa que a Santa Cruz ampare eles: dai vida e união.*

⁵⁵ Cantiga à Santa Cruz, entoada no Matição, em 2012 e 2013.

Santa Cruz protege todos que estiveram com a gente e àqueles que tiveram vontade de vir e não puderam. Para o ano nós estaremos todos juntos aqui novamente (Nilse). Estivemos unidos e permaneceremos unidos. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém. Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo (Divina) !

Recomeça o candombe, fechando a louvação.

*Se a morte não me levar tamborim
Se a terra não me comer tamborim
Aiaiai, tamborim
Para o ano eu voltarei tamborim⁵⁶*

*

REFERÊNCIAS CULTURAIS

LOCALIDADE 06 – TRÊS BARRAS

MARUJADA DE TRÊS BARRAS

A Marujada de Três Barras foi criada por Moisés, um dos fundadores da comunidade quilombola. Moisés era o mestre do terno e seu filho João Pereira o contramestre. Antes de morrer, possivelmente por volta de 1940, ele transferiu o posto de mestre para seu genro Zé Gomes (casado com sua filha Dalina), permanecendo João Pereira na função contramestre. Zé Gomes comandou a marujada até a sua morte (vagamente indicada como por volta de 1975).

“O Moisés começou [a marujada] e depois deixou para o Zé Gomes, genro dele, casado com a Dalila. O Zé Gomes tocou muito tempo essa marujada que até eu dancei muito. Depois o Zé Gomes foi indo foi indo e não aguentou. Foi ficando cada vez mais fraco, mais doente foi largando a marujada. Ele e o João Pereira, irmão da Dalina. Zé Gomes era mestre e tio João [João Pereira, filho de Moisés] era contramestre da marujado. Tinha também meu tio Zé Queiroz, irmão do meu pai que era também mestre de marujada.[possivelmente mestre-piloto] Era os três mandões e a turma de

⁵⁶ Cantiga de despedida, muito entoada aos finais de grandes festas do Reinado, e no candombe em Matição.

marujeiro para canta e toca instrumento”. (Zé Maria - José Maria Queiroz -, 79 anos, neto de Moisés e integrante da marujada quando coordenada por Zé Gomes. Depoimento registrado em fevereiro de 2016).

Após o falecimento de Zé Gomes, a marujada permaneceu temporariamente inativa. Mais tarde (talvez por volta de 1985), Zé Gominha, filho de Zé Gomes, reergueu o grupo em parceria com o contramestre Chico do Pedro (neto de Moises). Ainda antes de morrer (no final dos anos 2000) Zé Gominha deixou a marujada por questões de saúde. Novamente a marujada ficou paralisada por alguns anos. Ainda antes da morte de Zé Gominha, Chico do Pedro reergueu o terno na condição de mestre. A posição de contra-mestre passou a ser ocupada por João de Pedro, um bisneto de Moisés. Chico do Pedro morreu no início dos anos 2010, quando João de Pedro passou a mestre, sendo hoje o atual mestre da Marujada das Três Barras. João de Pedro conta com a parceria de um mestre chamado Chiquito, nascido e residente em uma comunidade rural do município chamada Parauninha. Ao longo da história, portanto, a marujada já teve cinco mestres e quatro contra mestres com parentesco ligado ao seu fundador.

Mestre	Moisés	Zé Gomes (genro de Moisés)	Zé Gominha (filho de Zé Gomes/ neto de Moisés)	Chico do Pedro	João de Pedro
Contra-mestre	João Pereira (filho de Moisés)	João Pereira	Chico do Pedro (neto de Moisés)	João de Pedro (bisneto de Moisés)	Chiquito (de Parauninha)

Ao menos enquanto sob a coordenação de Zé Gomes (quem substituiu Moisés), a Marujada tinha entre seus membros alguns marujeiros nascidos em Rio Preto, um povoado de Conceição do Mato Dentro: Zé Queiroz, que foi destacado por Zé Maria, e Antônio e Geraldo Queiroz, que foram citados por Zé do Olimpo (78, anos, morador de Buraco). Zé do Olimpo também contou que em Buraco “tinha

gente que dançava lá [na Marujada das Três Barras]”.

O atual mestre, João de Pedro, reside em Conceição do Mato Dentro e possui uma casa em Três Barras onde costuma passar os finais de semana. Ele e Zé Silva (José da Silva), 66 anos, são os únicos integrantes nascidos em Três Barras. João Pedro coordena a Marujada ao lado de Chiquito, de Tabuleiro: “eles trabalham unidos, os dois são mestres e contra-mestres”.

Com o passar dos anos a Marujada de Três Barras foi perdendo seus integrantes, alguns porque mudaram de religião, outros por questões de saúde e outros por morte. O mesmo processo viveu os ternos de marujadas de duas comunidades da área rural de Conceição do Mato Dentro: Tabuleiro (que é um distrito) e Parauninha (um povoado no distrito de Itacolomi). Movidos pela intenção de dar continuidade a esta manifestação cultural, os marujeiros se uniram na Marujada de Três Barras. Somando os marujeiros das três localidades a Marujada consegue reunir uma média de 12 pessoas.

Os marujeiros de Tabuleiro e de Parauninha algumas vezes também compõem com a Marujada de Conceição do Mato Dentro quando convidados pelo mestre Zé Geraldo.

Às vezes acontece também de dar duas festas no mesmo dia. A Marujada de Conceição é chamada num lugar, a Marujada de Três Barras é chamada para outro local. Então aqueles companheiros que trabalham junto com nós tratam pra ir com o outro também. Onde é que falta companheiro pra um e pra outro. (Zé Silva, novembro de 2016)

Zé Silva, que ao lado do mestre João de Pedro são os dois únicos marujeiros de Três Barras em atividade, por vezes é convidados para acompanhar a Marujada de Conceição.

Sempre o mestre me convida. Eles já vieram aqui... Mas acontece mais de eu não querer ir. Não é por falta de união não, que eu sou amigo de todos. Mas meu grupo é outro, né. Então não vou intrujar com eles não. Eu acho o sistema deles diferente do nosso. Meu ritmo é um, o deles é outro. Então eu vou ter que me esforçar muito pra seguir aquele ritmo deles. E o nosso trabalho não, eu já chego... Eles falam que marujada tem que ter ensaio. Eu

não, no grupo que eu trabalho eu posso passar um ano sem brincar na marujada. Mas no dia que chega, eu já sei o que eu tenho que fazer, o que eu posso fazer. Agente já tem aquele ritmo. Eles, o ritmo deles é outro. (Zé Silva, novembro de 2016)

Na estrutura organizativa de uma marujada, além do mestre e do contra mestre, há também o mestre piloto. Zé Maria (José Maria Queiroz), 79 anos, que compôs a marujada quando o mestre era Zé Gomes, explica que o mestre puxa as músicas e passa ao contramestre; o contramestre passa as músicas ao piloto; o piloto repassa a música aos outros marujeiros. Não muito diferente, Zé Silva explica da seguinte forma: o mestre puxa a marcha; o contra mestre e o mestre piloto respondem para o coro; a fila [os outros marujeiros] junto com eles entoa.

O último mestre piloto de Três Barras foi Joaozinho de Deca (criado em Buraco mas que é neto de João Baiano, um dos precursores de Buraco). Ele é mestre piloto, entretanto *tem muito tempo* que não compõe com a Marujada. Joaozinho de Deca é um dos mestres do artesanato em taquara em Três Barras.

A marujada se organiza em duas fileiras. Cada uma delas precedidas de um guia. Os guias tocam violão e conduzem os outros “companheiros de fila”. Zé Silva é “companheiro de fila”, mas quando falta um guia ele ocupa a posição. Atualmente um dos guias da Marujada é um violeiro chamado Jair, de Parauninha.

Mestre, contramestre e mestre piloto se posicionam entre as filas “pra comanda a turma”. Os companheiros de fila tocam violão (o guia), pandeiro, caixa e cavaquinho. Cada marujeiro leva seu próprio instrumento. A princípio um sanfoneiro também compunha o grupo.

Mestre, contramestre e mestre piloto carregam uma bengala, que é um galho de árvore aplainado com uma faca e ornamentado com fitas coloridas. É a bengala que confere o comando aos mestres e contra mestres.

“Chega um horário que nos faz uma historia bonita. Junta o mestre, contra mestre e mestre piloto, os três no meio ali. Então eles cantando uma marcha e as varinhas tudo cruzando. Porque todos os três usam a bengala. Fala bengala. Então canta a marcha e batendo ela no meio ali. Nós falamos é bengala, uma bengalinha. Eu falo varinha porque se eu falar bengala você

não vai entender.” (Zé Silva, novembro de 2016)

Os marujeiros que compõe as filas trajam calça e camisas brancas e capacetes ornamentados com espelhos e fitas coloridas. Além de entoar os versos lançados pelos mestres e tocar os instrumentos, também dançam: “É caminhando e dançando. [...] É tipo uma moda, tipo uma valsa. [...] Não tem nome certo não. É a pessoa dançando assim, balanceando o corpo [move o corpo em demonstração]. Um pé na frente outro atrás, um pé na frente outra atrás. Ele vai e volta. [risos]. (Zé Silva, novembro de 2016)

Antes de qualquer exibição da Marujada o grupo se concentra em orações como Ave Maria, Pai Nosso e Salve Rainha. Neste momento nunca se esquecem de oferecer uma Ave Maria para os companheiros que morreram.

A Marujada de Três Barras tem como função compor as celebrações da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Ela está presente na “levantação da bandeira” de Nossa Senhora e nos cortejos do “rei e rainha velhos” entre a casa dos festeiros e a igreja e do “rei e rainha novos” após a coroação dos mesmos. Por ser uma forma de expressão ligada a Festa de Nossa Senhora do Rosário, o local de execução da marujada coincide com os lugares onde acontecem alguns dos rituais da celebração: em geral nas proximidades de uma igreja ou capela e pelos caminhos que ligam o templo religioso às casas de referência dos reis e rainhas.

Ao menos ao longo do século XXI, a Marujada das Três Barras não participa mais todos os anos da Festa de Nossa Senhora do Rosário na comunidade, como explicado. A Marujada de Três Barras só está “em pé” por conta da união com os marujeiros de outros lugares. Para reunir o grupo é preciso articular uma logística de deslocamento de todos os componentes até o lugar da festa, o que demanda um custo financeiro. Por isso, vários festeiros optam por chamar ternos de outros lugares, nem sempre de marujos. Dentre esses, o mais frequentemente convidado em Três Barras é a Marujada de Conceição do Mato Dentro.

A Marujada, assim como qualquer terno de congado, apenas participa de uma festa quando convidada pelo festeiro, que providencia o transporte do grupo.

Entre as participações mais recentes, a Marujada esteve na Festa do Rosário em Conceição; nos últimos dois anos em uma festa de um povoado chamado Baú

(Conceição do Mato Dentro) e que foi fundada há três anos; e em outubro de 2016 participou de uma festa no bairro Maria Helena, em Belo Horizonte.

Há mais de dez anos é convidada anualmente para a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Candeias⁵⁷, um lugar localizado depois do distrito de Itacolomi para quem parte da sede de Conceição. Esta festa é bastante frequentada por pessoas da região. Em Candeias, a Marujada das Três Barras se une com os marujeiros dos Alves (outro povoado rural de Conceição do Mato Dentro) e formam um grupo de mais de vinte pessoas.

“Lá no Alves também era muita gente, mas está fracassada, pouca gente. É aí que une com agente. Quando acontece de vinte, vinte e tantas pessoas é porque une. Aí o grupo cresce. Para num morrer a história.” (Zé Silva, novembro de 2016)

FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DAS TRÊS BARRAS (ou Festa do Rosário)

Apesar do patrono da igreja católica de Três Barras ser o Menino Jesus, é a Nossa Senhora do Rosário que mobiliza a principal festa na localidade. Não foi identificado o início das comemorações em honra a Nossa Senhora do Rosário em Três Barras. Dona Marieta (Marieta Lurdes da Silva), 88 anos, lembra que a imagem de Nossa Senhora chegou a Três Barras por volta de 1940. Terezinha (que faleceu em 2016 e foi entrevistada em 2015 aos 74 anos de idade) foi uma importante liderança da comunidade católica local e assegurou que a devoção da família do negro Moisés por Nossa Senhora do Rosário sempre foi a mais expressiva em Três Barras. Zé do Olimpo, 78 anos, morador de Buraco também relaciona Moisés e seus filhos Zé Pereira e Joaquim Pereira com a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Moisés foi o responsável por fundar a Marujada, cuja função está associada a esta festa.

A Marujada tem como função cortejar o “rei e rainha velhos” até a igreja e acompanhar o “rei e rainha novos” após a coroação, além de participar da

⁵⁷Candeias é citada em vários sites como comunidade quilombola. No site da Fundação Cultural Palmares não há ainda referência a este quilombo.

“levantação do mastro”. Salvo algum imprevisto, anualmente a festa conta com a participação de uma marujada. A princípio era sempre a Marujada de Três Barras. Ao longo do século XXI, em função de diversos eventos que incidiram sobre o grupo, alguns festeiros passaram a convidar outros ternos, nem sempre de marujos. Dentre esses, o mais frequentemente convidado é a Marujada de Conceição do Mato Dentro.

A celebração começa em uma quinta feira, primeiro dia de um trido. No sábado à noite, por volta das 19 horas, os devotos da religião católica erguem a bandeira de Nossa Senhora do Rosário. Este momento conta com a participação da marujada e é envolto por cânticos devocionais e estouros de rojões. A ornamentação da Bandeira de Nossa Senhora do Rosário é uma das funções dos festeiros. Alguns deles, além de enfeitar a bandeira também a substituem por uma nova.

Os rituais de domingo iniciam com a Procissão dos Reis Velhos no início da tarde. Neste ritual o Reinado de Nossa Senhora do Rosário é representado por um casal de rei e rainha, uma princesa e oito súditos (dois homens que seguram dois guarda-sol e seis meninas segurando varas de bambus que circundam a família real.). Todos trajam roupas que aludem ao período colonial no Brasil. Os festeiros são os responsáveis por providenciar a indumentária do Reinado de Nossa Senhora do Rosário.

Em seguida, por volta das 14 horas o padre da paróquia de Conceição do Mato Dentro celebra uma missa festiva. Na sequência, a comunidade e visitantes corteja, em uma procissão que rodeia a igreja, aqueles que em seguida serão coroados como os novos reis. De volta ao interior do templo, o rei e a rainha velhos entregam a coroa para o novo casal representante de Nossa Senhora do Rosário.

Por fim, os festeiros agradam os visitantes e a comunidade oferecendo em nome de Nossa Senhora um almoço e distribuindo doces, em geral, de laranja e mamão. A princípio os doces eram feitos em Três Barras com a ajuda da comunidade. Atualmente os festeiros distribuem doces comprados fora da localidade.

Os participantes da festa são, principalmente, moradores do distrito de Tabuleiro, do povoado Tijucal, da sede municipal de Conceição do Mato Dentro e de Belo

Horizonte.

Ritualmente os responsáveis pela festa são os reis e as rainhas. Mas para que a festa aconteça é fundamental a atuação de alguns comunitários mais dedicados aos eventos da igreja católica. Hoje estas pessoas são Zé da Silva, sua filha Neuza e o esposo Anivaldo. Até o ano de 2016 Terezinha, que *desde menina* ajudou na igreja, protagonizava a produção de todas as celebrações católicas em Três Barras com o apoio de Zé Silva, Neuza e Anivaldo. Com sua morte em 2016, os três companheiros assumiram a coordenação da igreja e seus eventos.

No início dos anos 2010, ou talvez um pouco antes, a festa não foi celebrada por dois anos consecutivos por que não houve candidatos a festeiros. Ao longo dos anos 2010, a maior parte das festas (se não todas as que aconteceram) foi promovida por festeiros “de fora” de Três Barras. No ano de 2016 a festa estava sob a responsabilidade de uma mulher residente em Belo Horizonte, mas que por motivos de saúde precisou abandonar a função. De todo modo, a festa não deixou de acontecer e foi registrada pela equipe de audiovisual do INRC Quilombos do Cipó. Organizada por Zé Silva, sua filha e seu genro, foi uma festa simples, sem os rituais ligados ao rei e a rainha. Convidaram a comunidade para o trido, de quinta feira a sábado. No sábado levantaram a bandeira e no domingo, 25 de setembro, o padre celebrou a missa, seguida de uma procissão ao redor da igreja. Nesta festa não houve participação de qualquer marujada uma vez que quem convida e custeia o transporte da marujada são os festeiros.

IGREJA DO MENINO JESUS DAS TRÊS BARRAS

A igreja católica de Três Barras foi erguida provavelmente no final da década de 1930, em homenagem ao Menino Jesus, desde então, padroeiro da comunidade. A imagem de Menino Jesus chegou a Três Barras nesta mesma época, trazida por Frei Dionísio. A Igreja do Menino Jesus de Três Barras está vinculada à Diocese de Guanhanes.

Atualmente é gerida por Zé Silva (que foi o principal interlocutor do INRC quilombos do Cipó com relação à caracterização da Igreja do Menino Jesus), sua filha Neuza (Neuza Maria da Silva) e o seu esposo Anivaldo. Até 2016, Terezinha

era a principal referência na organização das atividades da igreja. Zé Silva, Neuza e Anivaldo já eram bastante atuantes, mas Terezinha ocupava papel de destaque. Após sua morte, os três companheiros assumiram coletivamente a responsabilidade pela manutenção e organização das atividades da Igreja.

O primeiro zelador da Igreja foi João Cecílio da Silva, conhecido como 'Janjão' e filho de Joaquim da Silva (indicado por Terezinha como um dos precursores de Três Barras ao lado de Moisés). Janjão foi substituído por seu filho Raimundo de Matos. Os zeladores seguintes foram todos netos de Joaquim da Silva, na seguinte ordem: Sebastião Silva, Terezinha e Zé Silva (junto com sua filha Neusa Maria da Silva e seu esposo, que é um tataraneto de Joaquim da Silva).

No altar mor da igreja estão distribuídas onze imagens. Ele é composto por um recuo em formato de arco com a parte ao fundo pintada na cor azul, sendo o primeiro plano deste recuo distribuído em degraus pintados em dourado. Dois retábulos laterais simples completam o altar mor. No degrau mais alto e ao centro está a imagem de Menino Jesus, sendo a maior de todas. Em um nível abaixo e posicionado a direita do Menino Jesus encontra-se Nossa Senhora do Rosário e a esquerda São José. Essas duas imagens são de tamanho médio quando comparadas ao tamanho da imagem do padroeiro e das menores. Três imagens menores ficam dispostas em um degrau mais abaixo da imagem do padroeiro: a esquerda está São Sebastião; a direita Nossa Senhora Aparecida; ao centro Jesus Crucificado. No entorno do arco que compõe o altar mor, surgem outras três imagens. No ponto mais alto, a do Divino Espírito Santo, à direita do arco sobre uma prateleira está a imagem de São Francisco e a esquerda, também sobre uma prateleira, a imagem de Santa Bárbara. Os dois retábulos laterais são feitos em madeira pintada na cor azul. No retábulo à direita esta a imagem de Nossa Senhora de Fátima e no da esquerda a imagem de São Benedito.

Um domingo por mês, um padre da paróquia de Conceição do Mato Dentro celebra uma missa em Três Barras. A cada visita do padre a Três Barras a igreja colabora com aproximadamente R\$40,00 de ajuda de custo para o deslocamento do sacerdote, residente em Conceição do Mato Dentro. Nos outros domingos quem guia a celebração é Neuza, seu esposo e um cunhado (irmão de Anivaldo).

Zé Silva e outros católicos que frequentam a igreja também ajudam na celebração. Em geral a igreja recebe aos domingos uma média de dez devotos, sendo um número um pouco maior nos dias que recebe o padre.

Vai pouca gente. Dez, doze pessoas ou menos de dez. Antigamente a igreja enchia. Hj o pessoal desanimou (...) Eu acredito que a televisão tirou muito o animo da pessoa. (...) Agora tem uma missa na televisão né. [canal] Rede Vida, [canal] Aparecida do Norte. Então você fica ali. Nem sabe o que está acontecendo na igreja. Outra hora (...) preocupa com a novela. (...) [E as pessoas que mudaram de religião...?] Isso tem a ver, mas muito pouco porque até na igreja evangélica num esta tendo muita gente não. No inicio muita gente frequentava a igreja evangélica. Mas hoje em dia... (...) Tem celebração quarta, sexta e domingo [na igreja evangélica frequentada pela esposa e filhade Zé Silva]. Tem dia que minha filha e esposa vão lá e chegam lá tem quatro, cinco pessoas. Então não é por causa de religião que o povo enfraqueceu não. Enfraqueceu por esmorecimento mesmo... (Zé Silva, novembro de 2016)

Com relação à manutenção da igreja, Zé Silva e seu genro são os mais dedicados. São principalmente os dois que executam as obras e reparos necessários.

Leilões realizados ao longo de mês de maio (o Mês de Maria), são a principal fonte de renda da igreja. Esses leilões acontecem as quartas, aos sábados e aos domingos de maio, mas a princípio ocorriam todos os 31 dias do mês. Seja quando aconteciam todos os dias, ou atualmente, os leilões são sempre antecidos de uma reza dentro igreja. Ao fim da reza iniciam o leilão no adro da igreja. Até por volta dos anos 1980 aos domingos do mês de maio, igreja também se tornava palco das celebrações de Coroação de Maria.

Zé Silva destaca que os valores dos lances dos leilões estão se reduzindo ao longo do tempo. Ele se lembra que cada prenda já foi arrematada por até três vezes seu valor real. Hoje são arrematadas por valores inferiores ao custo real da prenda. O leiloeiro é Anivaldo que ocupou a posição antes preenchida por seu pai. Os prêmios são variados, como por exemplo, verduras, feijão, bolo, queijo, doce e quitandas. Em geral colhidos ou produzidos pelos moradores de Três Barras.

As principais despesas da igreja são com energia elétrica, a ajuda de custo oferecida ao padre, gastos com reparos de infraestrutura e uma anuidade de R\$ 60,00 paga à Diocese de Guanhães referentes aos folhetos de liturgia.

Até por volta do início dos anos 2000 a Igreja do Menino Jesus também recebia a Festa de Santa Cruz no dia 03 de maio. Enfeitavam o Cruzeiro, levantavam a bandeira e rezavam um terço. Após a celebração, o festeiro de Santa Cruz convidava a comunidade para um forró em sua casa.

A Igreja do Menino Jesus de Três Barras também acolhe outras duas celebrações anuais: a Festa do Menino Jesus e a Festa de São Sebastião. Essas festas ficaram inativas por mais de dez anos e recentemente foram retomadas. A do Menino Jesus foi reerguida em dezembro de 2015 (dia 25) e a de São Sebastião em setembro de 2016. Ambas se concentraram em um único dia e se resumiram em uma missa celebrada pelo padre, uma procissão ao redor da igreja e uma “farofa com refrigerante” distribuída à comunidade. A princípio essas duas celebrações eram comemorados em uma única festa, sempre em janeiro. Não há festeiro do Menino Jesus ou de São Sebastião, seja no passado ou na atualidade; são celebrações preparadas coletivamente.

Além da Igreja do Menino Jesus, em Três Barras existem mais duas igrejas e uma terceira em construção. Uma delas é a Igreja Deus é Amor fundada aproximadamente em 2009 por José Maria Queiroz, 78 anos, um dos netos de Moisés Pereira. Um ano antes, José Maria havia se convertido à religião evangélica em uma igreja de Buraco. A outra igreja é a Igreja Batista Central. Uma das principais lideranças da comunidade, Sidinei Seabra da Silva, 27 anos frequenta esta igreja. (Sidnei foi o principal operador da mobilização política local para reconhecimento de Três Barras, Buraco e Cubas como quilombolas). A igreja em construção também é evangélica e está sendo erguida no terreno de ‘Nozinho’, que é filho de Zé Gominho, um neto de Moisés que foi por muitos anos chefe da Marujada das Três Barras. Nozinho é mestre na arte de produzir artefatos em taquara.

Descrição arquitetônica da Igreja do Menino Jesus

Apesar de ser denominada como “igreja” sua modesta estrutura arquitetônica

poderia caracteriza-la como uma “capela”. A Igreja do Menino Jesus possui tipologia que representa a arquitetura vernacular típica das construções no interior de Minas Gerais, no século XX. Essa tipologia se caracteriza pela utilização de técnicas e materiais tradicionais, em grande parte adquiridos nas proximidades da localidade.

A capela está implantada em uma praça na região central da comunidade, em terreno aberto sem fechamentos ou afastamentos. As ruas do perímetro da praça são de trânsito local e possuem um tráfego de veículos leve, limitando-se aos moradores e algum visitante. Seu entorno imediato é composto por uma vegetação de médio porte e algumas edificações de volumetria baixa.

A edificação possui planta retangular composta por nave, sacristia e coro. Sua volumetria consiste em dois volumes principais, a nave e um anexo. A nave possui pé direito alto; coro no segundo pavimento, na entrada; e sacristia, em pé direito mais baixo, como de costume, atrás do altar. O anexo encontra-se na parte posterior e lá estão localizados os banheiros. Esses volumes se encontram em posição perpendicular, estando o volume principal de frente para o povoado.

O sistema estrutural possui alicerce de pedras e alvenarias autoportantes constituídas por tijolos maciços cerâmicos pintados na cor branca no lado externo da igreja.

A fachada principal possui único pano pintado na cor branca, com marcação de pilares com frisos em azul e torre sineira central. Possui porta central ladeada por duas janelas. As janelas e a porta principal são feitas com folhas de madeira, tendo sido utilizada uma técnica conhecida como “folha de canga”. A porta possui verga reta e duas folhas com almofadas e está pintada na cor azul, assim como as janelas que possuem vergas em arco pleno, enquadradas em madeira. Têm duas folhas com sistema de abrir e suas ferragens e trancas são feitas em ferro.

No alto da torre, na parte externa encontra-se o sino que é tocado por uma janela simples com enquadramento também em madeira pintada na cor azul. O coroamento é feito com platibanda em formato triangular encimado por um pequeno telhado e uma cruz com armação de metal e fechamento e vidro.

O acesso ao interior da edificação é feito através de dois degraus de escada em

todo o perímetro da edificação principal, revestida em ardósia polida. Ao adentrar pela capela portas laterais de madeira, idênticas a porta principal e três vãos de janelas superiores marcam a iluminação, ventilação e acesso ao bem. São vãos abertos com vergas em arco pleno.

O coro é acessado por escada na lateral esquerda da nave. Sua estrutura é feita em madeira, parte pintada na cor azul e parte (guarda corpo) em madeira natural. A nave possui piso em cerâmica com textura rajada, que varia em tons de marrom e cinza em fundo branco. As paredes são pintadas, sendo meia parede inferior em azul e meia parede superior na cor branca.

A sacristia na parte posterior possui acesso pelas laterais do altar, através de duas portas pequenas, uma a esquerda e outra a direita. O piso da sacristia é revestido com cerâmicas de dimensões 50x50 cm, com textura e desenhos ortogonais nas cores marrom e cinza. Duas portas fazem acesso as laterais do edifício e duas janelas fazem sua ventilação e iluminação. Todas as esquadrias são feitas em madeira, tipo canga, pintadas na cor azul.

O telhado possui duas águas e é composto por telhas cerâmicas coloniais. O beiral aparente possui guarda pó e cachorrimento em peito de pombo feitos em madeira e pintados na cor azul. As tesouras do telhado e toda sua estrutura são feitas em madeira. O forro da nave e da sacristia é feito em tabuado de madeira em cor natural, fixados por encaixe macho-fêmea.

3 Terceira parte - considerações finais, com indicação de possíveis ações de reconhecimento e salvaguarda das comunidades e expressões culturais inventariadas.

[EM DESENVOLVIMENTO]

Quadro de comparação da presença das referências culturais mais recorrentes, em cada um dos seis quilombos pesquisados:

Referências Culturais	Açude	Buraco	ASCAXAR	Cubas	Matição	Três Barras
Coroação de Maria	X		X		X	X
Festa a santos de devoção	X	X	X	X	X	X
Rezas/novenas/tridos/novenas	X	X	X	X	X	X
Santa Cruz	X		X		X	X
Caxambu		X				X
Moda		X				X
Serenata			X			X
Folia de Reis	X		X		X	
Recortado		X	X			X
Catopé						X
Caboclo	X		X			
Marujada			X			X
Candombe	X				X	
Desafio		X				X
Encomendação das Almas	X				X	
Queima do Judas	X				X	
Caminhadas ao cruzeiro pedindo por chuva	X	X	X			X
Mutirão	X	X	X			X
Ofício de Parteira	X	X	X			
Remédio à base de plantas	X	X	X	X		X
Moinho d'água para fubá	X		X	X		X
Melado de cana	X	X	X			X
Farinha de mandica e polvilho	X		X	X		X
Doces	X	X	X			X
Benzeção	X	X	X			X
Artesanato em taquara	X	X	X	X		X
Azeites/óleos	X	X	X			
Azeite de mamona	X	X	X			
Sabão de decoada	X	X	X			X
Fiar linha	X	X	X			
Rapadura			X			
Casa de barro e madeira	X	X	X	X		X
Pisquim		X		X		X

Ameaças aos quilombos:

Parque do Tabuleiro e Parque Serra do Intendente

As comunidades quilombolas de Buraco, das Três Barras e a de Cubas

estão localizada na divisa do Parque Natural Municipal do Tabuleiro e nas proximidades do Parque Estadual Serra do Intendente. O Parque Natural Municipal do Tabuleiro, enquadrado como Unidade de Conservação de Proteção Integral, foi criado por decreto municipal (Nº 2.063) em 23 de julho de 2013 em substituição ao Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo (este criado por decreto municipal em 1998). Já o Parque Estadual Serra do Intendente foi criado pelo Decreto sem número, de 29 de março de 2007, pelo Instituto Estadual de Florestas, que administra o parque. Está inserido nos Distritos de Tabuleiro e Itacolomi, no município de Conceição do Mato Dentro.

Em abril de 2015, iniciaram-se os estudos para a elaboração do Plano de Manejo dos dois parques. Os trabalhos têm duração estimada de um ano e meio (<http://cmd.mg.gov.br/meio-ambiente/tabuleiro-e-serra-do-intendente-ganham-plano-de-manejo>), portanto, com previsão de publicação para outubro de 2017.

As regras de uso dos parques se confrontam ao modo de vida quilombola, que dependem do manejo dos recursos naturais para subsistência. Além disso, responsáveis pelos parques informaram aos quilombolas sobre o projeto de ampliação do Parque Natural Municipal do Tabuleiro e os quilombolas receiam que o parque possa incidir sobre seu território. O parque já se encontra na divisa com os três núcleos quilombolas (Buraco, Três Barras e Cubas).

Um representante quilombola supõe que as regras rígidas hoje impostas aos quilombolas em relação ao uso dos recursos naturais estejam relacionadas ao regulamento dos parques que pode incidir não só na área dos mesmos, mas também em seu entorno.

Plano diretor

O Plano Diretor (2016) transformou Três Barras em zona urbana e a determinou como um povoado pertencente ao distrito de Tabuleiro.

Os quilombolas acreditam que essa alteração invisibiliza a comunidade. Receiam que a partir deste marcador temporal se torne mais difícil a destinação de recursos municipais para melhorias de infraestrutura que beneficiem os quilombolas. Supõem, especialmente em função do potencial turístico da

Cachoeira do Tabuleiro (a mais alta de Minas Gerais e a terceira maior do Brasil), que os benefícios, por exemplo, na qualidade das estradas, tenda a favorecer apenas a sede do distrito. Não existe uma relação entre Tabuleiro e Três Barras, Buraco e Cubas que justifique a inclusão dos quilombos como pertencentes ao distrito de Tabuleiro.

Buraco e Cubas estão praticamente invisibilizadas no documento. Não está claro no mesmo, mas subentende-se que o Plano Diretor localiza Buraco e Cubas como áreas rurais que compõe a localidade de Três Barras.

Comunidades Quilombolas de Três Barras, Buraco e Cubas, Conceição do Mato Dentro, MG, 25-04-16.

O presente documento descreve as graves situações de cerceamento de direitos de quilombolas das Comunidades Quilombolas Três Barras Buraco e Cubas, em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, entre 2013 e 2016. Tais situações envolvem ações de fazendeiros vizinhos às comunidades e de instituições municipais e estaduais que tem desrespeitado os direitos à circulação, à segurança alimentar, de acesso ao território, de acesso à educação e à infra-estrutura básica para a garantia das condições de vida dessas comunidades.

O objetivo do presente documento é a ampla dos casos visando a mobilização de ações de apoio e reparação aos prejuízos causados às Comunidades Quilombolas de Três Barras, Buraco e Cubas, nos últimos anos, contando com a manifestação oficial de instituições como o Ministério Público, o IPHAN-MG, o IEPHA-MG, o Gesta-UFMG, dentre outros grupos e instituições relacionados com direitos humanos, direitos de populações tradicionais, patrimônio cultural, justiça social e ambiental.

Ata da Reunião da Associação da Comunidade Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas – Município de Conceição do Mato Dentro – 20 de março de 2016

Ata da reunião da Associação Comunitária Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas.

Aos dias 20 de março de 2016, os integrantes da associação se reuniram na Igreja Evangélica Ministério Pentecostal Fogo Puro, na comunidade do Buraco para discutir alguns assuntos referentes às três comunidades.

- Abastecimento de água: Há dois anos conseguimos o material pelo governo do Estado e a prefeitura ficou responsável para fazer o posto artesiano mas a empresa contratada não terminou de fazer tudo.
- Programa Minha casa, Minha vida: As construções das casas pararam e a comunidade não teve nenhum retorno sobre o que aconteceu.
- Interdição do Caminho da Cachoeira: O caminho que a comunidade utiliza para ir ao trabalho e também para pegar o ônibus e ir para a cidade.
- Transporte Escolar: O dono do transporte Escolar que busca as crianças no Buraco falta muito e não tem um bom relacionamento com a comunidade.
- A comunidade esta sendo multada na preparação de terras para o plantio (são terras já utilizadas há anos para a plantação).

Na reunião ficou definido que esse documento seria encaminhado ao ministério público, juntamente com a lista de presença para que nos ajudasse a encontrar soluções para esses problemas.

Nada mais a tratar, lavro essa ata que será assinada por mim e os demais presentes.

Assinaturas da Ata da Reunião – 20 de março de 2016

20 03 16	
Associação Comunitária e Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas - ACQTBBC-	
Reunião Dia 20-03-16	
Assinaturas	CPF
Assinaturas	135.885.256-10
Mariana	135.884.986-21
evandira	391.703.778-55
flavio	056.517.076-70
Maria das Neves	065.332.356-56
Estela Pereira dos Santos	073-382-216-93
Antonia maria Aparecida dos santo mendes	031.307.486-03
Helena rubem da Silva	099.094-726-27
Paulo Roberto da Silva	04.043.566-41
Valter Gomes da Silva	068.308.296-58
Adelino Caminha da Silva	054920360-45
Isaac Ribeiro de Oliveira	079337.766-80
Jose Honizete Aparecido mendes	496.224.308-05
Antonio Geraldo Da Silva	000600506-32
Jose Ribeiro da Silva	046.280.236-31
Sidinei Seabra da Silva	079.663.816-00
Jose Helder dos Santos	065.979.936-75
Alu. da Silva	023938886-27
Dorci Antonio da Silva	937 1306 9
Silvestre Carlos da Silva	
Jose de Paula Maria da Silva	048070556-90
Hailton Gomes da Silva	056.500-216-35
Demilson Fico da Silva	064.517.296-04
Paulo Claudionor pereira S.	092-451-166-46
Leilton Lira dos Santos	113.265.756-35
Ueslei Lucas dos Santos	143-429.546-05
manoel dos Santos	025161696-71
medina Silvana da Silva	030738876-03

ANEXO à Ata da Reunião

Abaixo, descrevemos sucintamente as situações de cerceamento sofridas pelas

Comunidades Quilombolas de Três Barras, Buraco e Cubas, nos últimos 3 anos, envolvendo fazendeiros vizinhos e instituições administrativas municipais (Conceição do Mato Dentro) e estaduais (MG).

Redução do território quilombola de Buraco e ausência de terras para plantio

Quase a totalidade do território atualmente ocupado pelos quilombolas de Buraco é confinante aos herdeiros de Teófilo Jorge. Essa área é administrada pela herdeira Cláudia. O restante do território quilombola faz divisa com a fazenda de *Salabim e Zé Boi*, comprada de um dos herdeiros da família Jorge.

Os quilombolas de Buraco narram episódios de fazendeiros que adquiriram terras dos quilombolas em troca de mantimentos, nos tempos difíceis. Transferiram partes de suas terras de herança para conseguir gêneros de primeira necessidade – alimentos, remédios, condução para tratamento de saúde, pagamento de tratamento de saúde. Os moradores de Buraco já foram exclusivamente lavradores que cultivavam principalmente milho e feijão, em terreno dos antepassados da atual fazendeira Cláudia. Trabalhavam em regime de “parceria”. Há aproximadamente 10 anos a prática agrícola foi praticamente extinta na comunidade, quando a fazendeira optou pela pecuária. “Agora tudo é pasto”, lamenta Demilson. Os quilombolas, desde então, não possuem terras para o cultivo agrícola, nem próprias e nem em “parceria”. Ao que parece a fazenda de Cláudia tem muitas porções de terra improdutivas.

Os quilombolas de Buraco estão hoje proibidos de extrair madeira verde (usada, por exemplo, para fazer cercas) na fazenda por imposição da fazendeira Cláudia e do “pessoal da ambiental” (Polícia Militar Ambiental e/ou Instituto Estadual de Florestas, não sabem precisar). Em relação à madeira seca, foram também proibidos pela fazendeira. Eles têm dúvidas se o “pessoal da ambiental” também proíbe a extração de madeira seca, ou se é uma imposição apenas da fazendeira. Várias famílias possuem apenas fogão a lenha em casa.

Os quilombolas de Três Barras e Cubas também relatam cerceamento ao uso dos recursos naturais. Muitos precisam comprar lenha para uso nos fogões.

Parque do Tabuleiro e Parque Serra do Intendente

A Comunidade Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas está localizada na divisa do Parque Natural Municipal do Tabuleiro e nas proximidades do Parque Estadual Serra do Intendente. O Parque Natural Municipal do Tabuleiro, enquadrado como Unidade de Conservação de Proteção Integral, foi criado por decreto municipal (Nº 2.063) em 23 de julho de 2013 em substituição ao Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo (este criado por decreto municipal em 1998). Já o Parque Estadual Serra do Intendente foi criado pelo Decreto sem número, de 29 de março de 2007, pelo Instituto Estadual de Florestas, que administra o parque. Está inserido nos Distritos de Tabuleiro e Itacolomi, no município de Conceição do Mato Dentro.

Em abril de 2015, iniciaram-se os estudos para a elaboração do Plano de Manejo dos dois parques. Os trabalhos têm duração estimada de um ano e meio (<http://cmd.mg.gov.br/meio-ambiente/tabuleiro-e-serra-do-intendente-ganham-plano-de-manejo>), portanto, com previsão de publicação para outubro de 2017.

As regras de uso dos parques se confrontam ao modo de vida quilombola, que dependem do manejo dos recursos naturais para subsistência. Além disso, responsáveis pelos parques informaram aos quilombolas sobre o projeto de ampliação do Parque Natural Municipal do Tabuleiro e os quilombolas receiam que o parque possa incidir sobre seu território. O parque já se encontra na divisa com os três núcleos quilombolas (Buraco, Três Barras e Cubas).

Um representante quilombola supõe que as regras rígidas hoje impostas aos quilombolas em relação ao uso dos recursos naturais estejam relacionadas ao regulamento dos parques que pode incidir não só na área dos mesmos, mas também em seu entorno.

Interdição da Cachoeira de Três Barras

Para se chegar à comunidade de Buraco existem dois principais caminhos: pela estrada ou por um atalho passando pela Cachoeira de Três Barras. Este último é o mais usado pelos quilombolas e ambos os trajetos são geralmente feitos a pé. O atalho economiza aproximadamente 30 minutos de caminhada (enquanto o trajeto pela estrada demanda uma caminhada de aproximados 90 minutos, pelo

trevo gastam uma média de 60).

Na segunda quinzena de 2015, os proprietários da Cachoeira de Três Barras, conhecidos como *Salabim* e *Zé Boi*, interditaram a cachoeira e, conseqüentemente, o atalho usado há décadas pelos quilombolas, possivelmente desde a fundação do quilombo.

Antes da interdição, os proprietários procuraram o presidente da associação quilombola pedindo uma reunião com a comunidade para discutirem sobre o fechamento da cachoeira. Na reunião, se comprometeram em implantar um atalho alternativo, com uma passarela sobre o rio e um cabo de aço como corrimão. Essa passarela não foi construída e, de todo modo, não seria funcional aos quilombolas, pois, por exemplo, não permite que uma pessoa atravesse o rio carregando sacolas ou uma compra de mercado.

Na reunião, os proprietários argumentaram que fechariam a cachoeira por determinação da Polícia Militar Ambiental ou do IEF (não souberam precisar), em função de desmatamento e lixo no entorno da cachoeira produzidos por turistas. Caso não proibissem o acesso à cachoeira, seriam multados no valor de 100 mil reais, explicaram os dois proprietários.

Alargamento do caminho de acesso à casa de Demilson e Família, em Buraco

No início de 2015, o quilombola Demilson, para que pudesse chegar de carro até a sua residência, alargou a trilha de acesso onde não havia árvores de médio ou grande porte, apenas arbustos e mato. Um trecho de 20 metros do caminho alargado (totalizando uma área de 60 m²) se sobrepõe às terras de uma fazenda vizinha que é confrontante com quase a totalidade do território atualmente ocupado pelos quilombolas. Uma parte dessa fazenda foi no passado propriedade dos quilombolas de Buraco, contam os moradores mais antigos a partir de relatos dos primeiros quilombolas a ocupar a região. Demilson foi denunciado pela dona da fazenda, Cláudia, e multado pelo Instituto Estadual de Florestas em R\$ 1.300,00, acusado de desmatamento. Demilson recorreu à multa (para o que teve um gasto de quase R\$ 2.000,00 com um advogado). Em primeira instância, Demilson foi absolvido.

Alargamento de trilho de acesso entre Buraco e Três Barras.

Há aproximadamente 1 ano, outro quilombola de Buraco, Josimar, foi denunciado pela mesma fazendeira e multado pelo “pessoal da ambiental”. Ele havia capinado o mato que nascia em um trilho, tapado alguns buracos e alargado o trilho em aproximadamente 50 cm por um trecho de 2 km para que ele e outros moradores de Buraco pudessem trafegar de moto. Este trilho é usado há décadas pelos quilombolas, mas a princípio apenas para trajetos a pé ou com cargueiro. Hoje a moto é um importante meio de transporte em área rural, por isso a necessidade de adequação do caminho.

Preparação da terra para plantio em Cubas

Por volta do final de 2015, umas das famílias quilombolas de Cubas foi multada – acusada de desmatamento - por preparar a terra para plantio em uma área que há anos destinavam às suas roças. O terreno está localizado em uma fazenda onde plantam em parceria com o proprietário. Havia ficado um ano sem plantar. Foram multadas pelo “pessoal da ambiental”.

Abastecimento de água na comunidade de Buraco

No ano de 2013 a Comunidade Quilombola aprovou um projeto para a construção de um poço artesiano na comunidade Buraco e receberam do Governo Federal 30 mil reais para escavação do poço e aquisição dos canos para a ligação hidráulica entre o poço e as casas. Conseguiram também uma caixa d’ água, esta através da EMATER. Em contrapartida, a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro se comprometeu a arcar com os custos da mão de obra para instalação da caixa d’água e as ligações hidráulicas até as casas, assim como se responsabilizou pelos custos com geração de energia para o funcionamento da bomba. No início de 2014, com a verba disponibilizada pelo Governo Federal, o poço foi perfurado e os canos e a caixa d’água comprados. Entretanto, a prefeitura municipal não disponibilizou uma equipe para as instalações hidráulicas. Os canos estão, desde essa época, empilhados no terreno de um dos comunitários. As peças mais expostas ao sol e à chuva estão já danificadas e precisam, portanto, serem substituídas. Os representantes da comunidade frequentemente procuram a

prefeitura em busca da efetivação do serviço, mas sem respostas conclusivas.

As casas de Buraco são hoje abastecidas por nascentes e não há qualquer controle sobre a qualidade da água. Frutos, folhas e animais contaminam a água desde a nascente até as residências. A água proveniente das nascentes não é suficiente e recorrentemente falta em parte das casas.

Ao menos uma nascente está localizada nas terras da fazenda dos herdeiros de Teófilo Jorge. Sobre essa fazenda e a água que abastece o quilombo, o quilombola Expedito Silvano da Silva conta que “é terra demais! Só para boi porque o povo ficou circulado. A gente sem nada. Bois bebendo encima de nascente que abastece a gente de buraco. Água que usamos para beber. Estamos sendo escravos deles, bebendo água que os bois bebem antes. Querem governar tudo. Até lenha estão impedindo de tirar no mato.”

Minha Casa Minha Vida

Em 2014 a comunidade quilombola de Buraco foi beneficiada pelo Programa *Minha Casa Minha Vida* / Programa Nacional de Habitação Rural. A prefeitura ficou encarregada de contratar a firma para a construção das casas. Ainda em 2014 as obras começaram. Entretanto, antes de concluir as casas, a empresa contratada paralisou as obras. Boatos na cidade de Conceição do Mato Dentro afirmam que o proprietário encontra-se atualmente detido por decisão da justiça. Representantes do quilombo buscam respostas na prefeitura, entretanto não recebem qualquer informação sobre o retorno das obras.

Transporte Escolar do Buraco

A empresa vencedora da licitação para o transporte escolar dos alunos de Buraco matriculados em escolas da sede municipal frequentemente se recusa a buscar as crianças na comunidade. Seu proprietário, Hernando Juca, alega que a má conservação da estrada pode danificar seus veículos. Quando ele avalia que a estrada pode prejudicar o carro escolar (o que é frequente), o motorista realiza apenas uma parte do trajeto e as crianças de Buraco precisam caminhar por volta de 3 km.

“Ponte do Edir”

Esta ponte está localizada na estrada que liga a MG10 (via de acesso a sede de Conceição do Mato Dentro) aos povoados de Buraco e Cubas. Trata-se de uma ponte de madeira, sem muro ou grade de proteção, passagem de pedestres e corrimão e que não suporta o tráfego de veículos pesados. Aos pedestres e carros que atravessam a ponte, o risco de acidentes graves é grande. As margens do rio são altas e seu leito é repleto de pedras. Caminhões com materiais de construção entregam o material antes da travessia da ponte. O restante do trajeto os quilombolas precisam fazer de cargueiro ou de carro (para aqueles que o possui). Em audiência pública realizada no povoado de Três Barras, por volta de 2012, o prefeito se comprometeu em substituir a ponte de madeira para acesso às comunidades de Buraco e Cubas por uma de alvenaria, construída segundo critérios adequados para a segurança dos que a atravessam. Algum tempo após a audiência, a prefeitura reforçou a ponte com toras de eucalipto e não se falou mais na substituição por uma ponte de cimento.

Plano diretor

Os quilombolas informam que o Plano Diretor Participativo do Município de Conceição do Mato Dentro elaborado em 201/2015 propõe que a Comunidade Quilombola de Três Barras, Buraco e Cubas pertence ao distrito de Tabuleiro. Eles acreditam que essa alteração invisibiliza a comunidade. Receiam que a partir deste marcador temporal se torne mais difícil a destinação de recursos municipais para melhorias infraestruturais que beneficiem os quilombolas. Supõem, especialmente em função do potencial turístico da Cachoeira do Tabuleiro (a mais alta de Minas Gerais e a terceira maior do Brasil), que os benefícios, por exemplo na qualidade das estradas, tenda a favorecer apenas a sede do distrito. Não existe uma relação entre Tabuleiro e Três Barras, Buraco e Cubas que justifique a inclusão da comunidade quilombola como pertencente ao distrito de Tabuleiro.

Segundo informação mais atualizada no site da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro: “Depois de aprovado em audiência pública no dia 7 de abril, o Plano Diretor Participativo 2015 foi entregue na última segunda-feira (04) à Câmara

Municipal, órgão que irá avaliar as adequações da lei para posterior sanção, ou não. Segundo informações do Legislativo, o PDP está sob os trâmites da Casa e ainda não há previsão de quando o documento irá para votação em plenária.” Acesso em 23/04/2016. <<http://cmd.mg.gov.br/noticias/plano-diretor-e-entregue-para-votacao>>

4 Quarta parte - fontes bibliográficas, entrevistados e anexos considerados importantes para contextualização do inventário.

[EM DESENVOLVIMENTO]